



INTERSECÇÕES

Revista de Estudos sobre Práticas Discursivas e Textuais

ISSN: 1984-2406

Centro Universitário Padre Anchieta Jundiaí/SP - Graduação e Pós-Graduação em Letras

EDIÇÃO ESPECIAL TEMÁTICA
LINGUAGEM E MORAL: ALGUMAS QUESTÕES

EDIÇÃO 23

ANO 10

NÚMERO 2

AGOSTO 2017

Organização: Profa. Dra. Ana Cristina Carmelino

Prof. Dr. Márcio Antônio Gatti

Prof. Dr. Sírio Possenti

EDIÇÃO ESPECIAL TEMÁTICA
LINGUAGEM E MORAL: ALGUMAS QUESTÕES

ARTIGOS

APRESENTAÇÃO.....	6
Sírio POSSENTI.....	6
PROBLEMAS DE MORAL E DISCURSO: EM PAUTA O EMBATE ENTRE A CAUSA INDÍGENA E O AGRONEGÓCIO	8
Ana Carolina VILELA-ARDENGHI	8
Fernanda MUSSALIM	8
ENTRE HUMOR, JORNALISMO E ÉTICA_(MAIS) UM CASO POLÊMICO.....	33
Ana Cristina CARMELINO	33
Márcio Antônio GATTI.....	33
VIRTUDE DISCURSIVA E DESTACAMENTO EM ENUNCIADOS POLÊMICOS: AS DECLARAÇÕES DE TEMER NO DIA INTERNACIONAL DA MULHER	55
Érika de MORAES	55
Lafayette Batista MELO.....	55
DA (I)MORALIDADE EM RIR DE DEUS: ESTEREÓTIPO E VIRTUDE DISCURSIVA	77
Hélio OLIVEIRA	77
Filipo FIGUEIRA	77
PLÁGIO: CONSIDERAÇÕES ÉTICAS NO CONTEXTO DE AVALIAÇÃO DE ESCRITA	98
Marcela Franco FOSSEY.....	98
O “DILMÊS” NA WEB E EM OUTROS DISPOSITIVOS: UM ACONTECIMENTO DISCURSIVO MORAL?	110
Roberto Leiser BARONAS	110
Julia Lourenço COSTA	110
MORAL: INTENÇÃO, EUFEMISMO E CONTEXTO.....	126
Sírio POSSENTI.....	126

APRESENTAÇÃO

Sírio POSSENTI

Marie-Anne Paveau lançou há poucos anos uma obra dedicada à questão das virtudes discursivas. O livro se chama *Linguagem e moral* (2015), na sua tradução brasileira (Editora da Unicamp). Seus temas são diversos: desde as palavras inadequadas, segundo julgamentos da sociedade, até a mentira e o debate levado a cabo com má fé ou agressividade.

O que faz uma palavra ser inadequada não tem sido um problema da linguística: um palavrão segue regras fonológicas, morfológicas e sintáticas (faça o teste, leitor...). Quem percebe problemas em sua enunciação – pelo menos em sua enunciação pública – é o cidadão.

Uma evidência? Recentes gravações – as legais e as menos legais – de políticos e empresários escancaram uma de suas faces, pouco lisonjeira, segundo tais valores. Tanto que alguns deles, em suas defesas, não negaram com muita veemência o que disseram, mas se mostraram arrependidos de terem usado palavrões.

Quem diz o que é ou não um palavrão é a sociedade: como repete Sophie Moirand no prefácio à obra, Paveau leva em conta uma *folklinguistics* (anteriormente considerada apenas no caso das palavras tabu, mas como um tema quase marginal; mais recentemente, pelo menos em parte, ou indiretamente, nos estudos de cortesia), como uma evidência de que há uma relação entre valores sociais e língua.

A conjunção de moral com linguagem oferece um problema com muitas faces. Paveau retoma filósofos que se dedicaram a algumas destas questões bem como comentários de cidadãos que aprovam ou reprovam o emprego de determinadas expressões.

Basta pensar na questão do politicamente correto, cujo debate é contínuo nas mídias brasileiras, talvez mais claramente, hoje, quando se discute a questão dos limites para o humor e a grosseria dos comentários postados nos diversos espaços eletrônicos para dar-se conta de que se trata de um problema vivo.

Este pequeno dossiê tem o sentido de fazer andar a questão entre analistas do discurso. O leitor verá que não apenas se aplicam conceitos de Paveau a novos dados, mas que, de certa forma, a questão é tensionada na análise de fatos específicos e de diversas ordens.

Parece um campo promissor de pesquisas. Não deixemos que se reduza a disputas judiciais.

Campinas, agosto de 2017.

**PROBLEMAS DE MORAL E DISCURSO:
EM PAUTA O EMBATE ENTRE A CAUSA INDÍGENA E O AGRONEGÓCIO**

Ana Carolina VILELA-ARDENGI¹

Fernanda MUSSALIM²

Resumo: Este trabalho pretende, partindo de Paveau (2015), operar com a noção de virtude discursiva, para analisar os metadiscursos que circularam em torno do sambanredo de 2017 da escola de samba carioca Imperatriz Leopoldinense. Tomado como “acontecimento discursivo moral”, o referido samba foi atacado pelo setor do agronegócio que, em contrapartida, sofreu ataques dos militantes da causa indígena. Nesse contexto, conforme demonstramos por meio das análises, é o discurso do agronegócio que se apresenta como não virtuoso, na medida em que atenta contra os direitos humanos. Em nossa abordagem, mobilizaremos ainda, especialmente, as noções de ajuste à memória e decência discursiva.

Palavras-chave: Filosofia do discurso. Discurso. Moral. Causa indígena. Agronegócio.

Abstract: *The present work intends to operate with the notion of discursive virtue, following Paveau (2015), in order to analyze the metadiscourses that circulate around the 2017 samba-plot of Imperatriz Leopoldinense, a Rio de Janeiro samba school. Taken as a moral discursive fact, this samba was attacked by the agribusiness sector, which in turn was attacked by militants of the indigenous cause. Within this context, our analyses point to the agribusiness discourse as a non-virtuous one, insofar as it violates the human rights. Our approach particularly draws on the notions of memory alignment and discursive decency.*

Keywords: *Discourse philosophy. Discourse. Moral. Indigenous cause. Agribusiness.*

¹ Professora do Instituto de Linguagens (IL) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Cuiabá-MT. E-mail: vilela.ardenghi@gmail.com

² Professora do Instituto de Letras e Linguística (ILEEL) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Uberlândia-MG. Bolsista Produtividade em Pesquisa (PQ) pelo CNPq. E-mail: fmussalim@gmail.com

Minha hipótese é que, no conjunto dos usuários de uma língua tomada nos contextos culturais, históricos e sociais, realmente existem critérios morais para a produção discursiva. (Marie-Anne Paveau)

Primeiras palavras

O carnaval carioca de 2017 ficou marcado – dentre tantas outras questões – por uma polêmica envolvendo o samba-enredo de uma das escolas de samba do seu grupo principal, a Imperatriz Leopoldinense. O referido samba intitulava-se “Xingu, o clamor que vem da floresta” e foi recebido pelos ruralistas como uma afronta ao agronegócio brasileiro.

No caso em tela, organizamos o *corpus* em torno das matérias, notas e vídeos, que trataram do samba-enredo da escola Imperatriz Leopoldinense, situando esses materiais em dois posicionamentos extremos, pró-agronegócio e pró-indígenas. O objetivo é, na esteira da concepção de virtude discursiva, tal como proposta por Paveau (2015), analisar esse conjunto de textos em torno da divulgação do referido samba-enredo, tomado como um “acontecimento discursivo moral”, que, nas palavras da autora, seria um “conjunto de comentários de ordem moral em torno de um discurso proferido” (PAVEAU, 2015, p. 216). O agronegócio aponta para os “desajustes” do samba-enredo, mas também sofre reações, vindas, especialmente, de militantes da causa indígena e, em alguma medida, da própria escola de samba. Toda essa produção metadiscursiva em torno do samba-enredo insere esse acontecimento em um espaço bastante interessante para testar a produtividade da teoria proposta por Paveau.

Nosso percurso contemplará, em um primeiro momento, considerações sobre algumas contribuições da autora para a teoria do discurso, não apenas para situar a entrada teórico-metodológica pela qual optamos neste artigo, mas também para apresentar, ao público brasileiro, um recente espaço de reflexão aberto para a Análise do Discurso. Em seguida, passaremos à análise do *corpus*, buscando operacionalizar, especificamente, a noção de virtude discursiva, tal como concebida por Paveau (2015). Nesta seção, optamos por realizar um batimento entre o processo analítico e a

apresentação dos conceitos mobilizados, no intuito de melhor relacionar tratamento de dados e mirante teórico. Por fim, procederemos às considerações finais.

As dimensões cognitiva e filosófica da Análise do discurso: um espaço aberto de reflexões

Marie-Anne Paveau, em recentes publicações, vem realizando um movimento de abertura da Análise do discurso em direção a novos campos do conhecimento. Abordaremos, nesta seção, dois momentos da empreitada teórica da autora que, apesar de constituírem propostas distintas, estão, de diversos modos, relacionados.

O primeiro momento diz respeito à publicação de seu livro *Os pré-discursos: sentido, memória e cognição* (2013). Nele, Paveau se propõe, a partir da formulação da noção de *pré-discurso*, a dotar a Análise do discurso de uma dimensão cognitiva, justificando que isso enriqueceria e renovaria as práticas de análise dos discursos.

Por dimensão cognitiva, a autora compreende “os processos de construção de conhecimentos e sua configuração no discurso a partir de dados recebidos pelos sentidos, pela memória e pelas relações sociais” (PAVEAU, 2013, p. 9). Suas referências teóricas, nas Ciências cognitivas, inscrevem-se na linha sociocultural, que concebe a cognição como um fenômeno discursivo, situado em contextos históricos e sociais. Mais especificamente, a autora se filia à corrente da *cognição distribuída*, que repousa sobre o pressuposto de que “a cognição deixa, por assim dizer, a ‘cabeça’ do indivíduo, para se tornar um fenômeno social e distribuído” (BISCHOFBERGER, 2002, *apud* PAVEAU, 2013, p. 9).

O foco da abordagem de Paveau (2013, p. 12) recai sobre o que ela chama de “determinações pré-linguísticas”, isto é, recai sobre dados anteriores à formulação da linguagem. Sua pretensão é debruçar-se sobre o problema da “caixa preta” das informações prévias “que informa os discursos e, sobretudo, sobre o ponto de articulação entre esses dados anteriores e as produções verbais”. A autora admite, pois, que os discursos se apoiam em saberes e crenças partilhadas, mas considera que, da perspectiva da Análise do discurso (mirante do qual faz sua proposta), a natureza desse

apoio ainda é pouco esclarecida. Com base nisso, postula a existência de *pré-discursos*, definindo-os com “um conjunto de quadros pré-discursivos coletivos (saberes, crenças, práticas), que dão instruções para a produção e para a interpretação do sentido no discurso” (PAVEAU, 2013, p. 130). O termo “pré-discurso”, portanto, não é imotivado; diz respeito a um tipo de anterioridade discursiva, que opera na negociação da partilha, da transmissão e da circulação do sentido nos grupos sociais: “o locutor dispõe de informações prévias, tratadas e estocadas antes de produzir discursos”, o que não impede que “essas informações sejam também construídas e negociadas no discurso, enquanto apresentadas como pré-discursivas” (PAVEAU, 2013, p. 20).

Um outro momento da empreitada teórica de Paveau, em que a autora realiza um movimento de abertura em direção a novos campos de conhecimento, está representado no livro *Linguagem e moral: uma ética das virtudes discursivas* (2015). Neste livro, Paveau trata das relações entre ética e linguagem ou, mais especificamente, da dimensão moral dos enunciados. Nesse espaço de reflexão, a teoria do discurso extrapola – mais uma vez, como ocorre por ocasião da formulação do conceito de *pré-discurso* – sua dimensão ideológica, hegemônica ao longo de toda a história da Análise do discurso de linha francesa, incluindo no horizonte de seus interesses questões de ordem moral, relativas às normas sociais, às “boas maneiras do dizer”, à moral languageira, enfim, ao que, de forma muito procedente, a autora se refere como *virtude discursiva*. Nesse horizonte, vislumbram-se questões como “o que pode ser percebido como ofensivo”, “o que pode ser concebido como moral/imoral”, “o que pode ser concebido como politicamente correto/incorreto” e assim por diante.

Mas que relações existem entre as propostas de consideração de uma *ética das virtudes discursivas* e da noção de *pré-discurso*? Duas relações parecem-nos bem evidentes. A primeira delas está relacionada à não presença de marcas explícitas desses fenômenos na materialidade linguística. Os sentimentos oriundos das normas sociais não estão inscritos nas palavras, nem nas construções sintáticas; são os juízos feitos dos enunciados que definem o caráter virtuoso ou não virtuoso do que se diz, e não a forma dos próprios enunciados. Nesse sentido, a problemática da *virtude discursiva*, como a dos *pré-discursos*, é da ordem do pré-linguístico, porque, apesar de sua natureza discursiva (observa-se a virtude ou a não virtude dos enunciados nos/pelos discursos –

nos/pelos processos metadiscursivos, por exemplo), a possibilidade de sua abordagem implica a consideração de conhecimentos anteriores à formulação da linguagem.

A segunda relação que nos parece relevante considerar diz respeito à implicação entre moral e juízo de valor, implicados na análise da *virtude discursiva*, e os saberes, crenças e valores, implicados no tratamento dos *pré-discursos*. A avaliação dos enunciados (o juízo de valor, o julgamento moral) sustenta-se sobre os saberes, as crenças e os valores que constituem os quadros *pré-discursivos* distribuídos intersubjetivamente nos grupos sociais. Há, pois, uma continuidade entre essas duas empreitadas teóricas de Paveau, que se situam, em última instância, na articulação entre a Análise do discurso e a cognição social – reservando, entretanto, à “ética das virtudes discursivas” o mérito de, ao mesmo tempo, propor elementos para uma ética do discurso acadêmico (relativa aos problemas de deformação das teorias, ao roubo de ideias, à requalificação ou atribuição errônea de conceitos, etc.); formular questões de ética à linguística (a questão da moralidade das palavras ou do discurso, por exemplo), não muito afeita às relações entre linguagem e moral; lançar as sementes para o diálogo entre a Análise do discurso e uma filosofia do discurso. Conforme esclarece a própria autora:

Meu procedimento nesta pesquisa será o de propor uma organização epistemológica das propostas da linguística, que consiste em incorporar uma reflexão filosófica que trata dos ambientes da produção verbal. Esse é o objetivo da filosofia do discurso, da qual proponho aqui uma descrição, antes de apresentar uma maneira de integrar o ético no linguístico, por meio do conceito de *virtude discursiva*. (PAVEAU, 2015, p. 187)

O conceito de virtude discursiva, como é possível perceber a partir desse trecho, é central na proposta de Paveau, que busca a integração do ético no linguístico. Por esse motivo, será, fundamentalmente, com base nessa noção que empreenderemos a análise do *corpus* recortado para este artigo. Entretanto, outros conceitos, tanto do quadro teórico proposto pela autora, quanto do quadro teórico proposto por Dominique Maingueneau, serão convocados ao longo da análise e oportunamente apresentados, fazendo valer, conforme já apontado, o batimento entre tratamento de dados e mirante teórico.

Análise de um “acontecimento discursivo moral”

Embora tenha sido divulgado ainda em 2016, foi em janeiro de 2017 que o samba-enredo da escola carioca Imperatriz Leopoldinense ganhou espaço nos noticiários nacionais. Diversos veículos de comunicação ligados ao agronegócio brasileiro vieram a público manifestar sua indignação e repudiar a escola pela escolha do tema. Foram programas de televisão, notas de associações ruralistas, pronunciamentos de representantes legislativos que pediam, inclusive, a abertura de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para “descobrir” de onde viria o dinheiro que patrocinava o carnaval da escola. A escola reagiu, divulgou nota assinada por seu presidente e um vídeo em que seu carnavalesco, Cahe Rodrigues, tenta rebater os argumentos apresentados nos diversos meios – que, em geral, giravam em torno de poucas questões (porém significativas, de um ponto de vista discursivo).

Apresentamos a seguir, na íntegra, o samba-enredo, colocando em destaque os versos que foram alvo das manifestações contrárias por parte de representantes do agronegócio:

Brilhou a coroa na luz do luar!
Nos troncos a eternidade a reza e a magia do pajé!
Na aldeia com flautas e maracás
Kuarup é festa, louvor em rituais
Na floresta, harmonia, a vida a brotar
Sinfonia de cores e cantos no ar
O paraíso fez aqui o seu lugar
Jardim sagrado, o caraíba descobriu
Sangra o coração do meu Brasil
O belo monstro rouba as terras dos seus filhos
Devora as matas e seca os rios
Tanta riqueza que a cobiça destruiu!

Sou o filho esquecido do mundo
Minha cor é vermelha de dor
O meu canto é bravo e forte
Mas é hino de paz e amor!

Sou guerreiro imortal derradeiro
Deste chão o senhor verdadeiro

Semente eu sou a primeira
Da pura alma brasileira!

Jamais se curvar, lutar e aprender
Escuta menino, Raoni ensinou
Liberdade é o nosso destino
Memória sagrada, razão de viver
Andar onde ninguém andou
Chegar aonde ninguém chegou
Lembrar a coragem e o amor dos irmãos
E outros heróis guardiões
Aventuras de fé e paixão
O sonho de integrar uma nação

Kararaô, Kararaô, o índio luta por sua terra
Da Imperatriz vem o seu grito de guerra!

Salve o verde do Xingu, a esperança
A semente do amanhã, herança
O clamor da natureza a nossa voz vai ecoar
Preservar!

Como se nota pelo grifo acima³, não são muitos versos que estão no centro da polêmica suscitada pelo samba-enredo. Além deles, foram também alvo das críticas duas alas⁴ que a escola levou para a avenida: ala 09 (olhos da cobiça) e ala 15 (fazendeiros e seus agrotóxicos). É em torno desse debate que se situa o acontecimento a ser analisado aqui.

A proposta de Paveau (2015, p. 66) interessa-se, nas palavras da própria autora, pelo “valor moral dos enunciados em contexto”, por uma abordagem linguística que permita identificar enunciados virtuosos, isto é, que estejam de acordo com a *virtude discursiva*. Nesse sentido, Paveau (2015, p. 216) propõe uma definição para a virtude discursiva que a toma como “uma disposição do agente-falante para produzir enunciados ajustados aos valores subjacentes às inter-relações dos agentes, a maneira de dizer o estado das coisas e o modo de integrar-se na memória discursiva na qual se tecem os discursos de uma sociedade, em dado estado de sua história”. É preciso

³ O leitor poderá confirmar esta informação consultando as matérias e notas listadas ao final como referências do *corpus*. Além disso, o carnavalesco da Imperatriz Leopoldinense, Cahe Rodrigues, em vídeo-resposta divulgado em razão da polêmica gerada, afirma que foi, principalmente, “uma ala e alguns versos” que foram alvo das críticas. O vídeo pode ser acessado em <<https://www.youtube.com/watch?v=fCnp1rRVQPY>>. Acesso em: 3 ago. 2017.

⁴ Há algumas notícias que comentam uma terceira ala, mas, em geral, os comentários restringem-se às duas apresentadas.

destacar que a proposta de Paveau (2015, p. 226) considera que “a virtude discursiva manifesta-se nas disposições dos agentes em relação ao discurso coconstruído no ambiente”. A partir de tal definição a autora ainda esmiúça a noção, apresentando o que chama serem suas “propriedades”: i) existência; ii) disposição reflexiva; iii) plasticidade axiológica.

De maneira bastante resumida, as propriedades acima dão conta de que (i) há reações morais aos discursos, ou seja, a virtude dos discursos tem uma existência que, para Paveau (2015, p. 216), se dá nos ambientes cognitivos; (ii) os discursos são resultado de um ajuste aos agentes-falantes, que avaliam suas falas, inclusive antecipando possíveis efeitos que elas possam produzir; (iii) os valores são mutáveis, negociáveis e adaptáveis, de modo que um enunciado não virtuoso pode vir a ser virtuoso.

Ilustraremos inicialmente essas propriedades tomando um recorte do *corpus* constituído para este trabalho. Trata-se, na verdade, de um dos vídeos que viralizou a respeito do samba-enredo da escola carioca, em que a jornalista Fabélia Oliveira, no programa “Sucesso no campo”, da afiliada da TV Record em Goiás, falou por mais de cinco minutos contra os carnavalescos da referida escola⁵. A jornalista questiona o papel de “heróis” atribuído aos indígenas e reivindica esse papel para o “homem do campo”, assumindo-o, em sua fala, como o “verdadeiro” herói nacional:

(1) Os versos estariam perfeitos para descrever o homem do campo, o agricultor, o pecuarista. Não para descrever índios! Alguma coisa contra os índios? Não! Eles querem preservar a sua cultura? Estão corretos e eu sou em favor disso! Eles querem a mata para preservar a cultura deles? Pois então eles vão viver da cultura deles! Eu sou em favor dessa preservação se o índio for original. Agora, deixar mata reservada para comer de geladeira, isso não é cultura indígena, não. Eu sinto muito! A minha opinião pode chocar agora muitos brasileiros, mas se o índio quer preservar a cultura, ele não pode ter acesso à tecnologia que nós temos: ele não pode comer de geladeira, tomar banho de chuveiro e tomar remédios químicos. Porque há um controle populacional natural: ele vai ter que morrer de malária, de tétano, do parto... É! A natureza!
(transcrição nossa)

⁵ O vídeo pode ser acessado em: <<https://www.youtube.com/watch?v=krJrmxYshe4>>. Acesso em: 3 ago. 2017.

O excerto acima é bastante representativo não apenas em relação à polêmica em si, mas também no que tange à proposta de Paveau de se trabalhar com a noção de virtude discursiva. Primeiramente, em relação à *existência*, é inegável que houve uma reação de caráter moral ao discurso materializado no samba-enredo da Imperatriz, um discurso de defesa e valorização dos povos indígenas, em especial aqueles do Xingu. A reação *existe*, como propõe a autora, no âmbito cognitivo, justamente porque “as sociedades possuem codificações éticas das práticas da linguagem que distinguem os bons e os maus discursos” (PAVEAU, 2015, p. 131) e, diante de um “acontecimento discursivo moral”, conseguimos reunir comentários de tipo moral sobre o discurso proferido. Também no recorte apresentado é possível perceber que Fabélia materializa linguisticamente a sua *atitude reflexiva* quando diz que sua “opinião pode chocar agora muitos brasileiros”. Isso mostra que ela antecipa os possíveis efeitos que sua fala terá. Em termos de *plasticidade axiológica*, poderíamos exemplificá-la com a disputa do valor “heroísmo”: a jornalista não aceita que ele seja atribuído aos indígenas, mas defende que “os versos estariam *perfeitos* para descrever o homem do campo” (grifamos). Assim, vê-se aí materializado um processo de *negociação* desses valores, por parte da jornalista, que aponta, em certa medida, que o samba não é “virtuoso”.

Apresentadas como uma espécie de “referência” da virtude discursiva, essas três propriedades determinam, por assim dizer, os parâmetros que balizam a tomada da noção proposta como meio de articular linguagem e moral. Assim, a proposta de Paveau (2015) prevê, em última análise, três tipos de ajuste do discurso virtuoso – ou, correlativamente, de desajuste do discurso não virtuoso: i) ajuste a uma memória discursiva do ambiente em referência; ii) ajuste ao estado do mundo (ou à realidade); e iii) ajuste aos agentes. Iremos, especialmente a partir de (i) e (iii), analisar o *corpus* aqui constituído.

Moral e verdade: e quando o desajuste é fruto de um “erro de interpretação”?

Na polêmica em que se situa o “acontecimento discursivo moral” suscitado pelo samba-enredo da Imperatriz Leopoldinense, é possível organizarmos o cenário e

apresentá-lo a partir de dois grandes posicionamentos: aquele que defende o agronegócio, de um lado, e, de outro, aquele que defende a causa indígena. É a disputa entre “agro é bom” e “agro é tóxico”, respectivamente, se quisermos mencionar dois enunciados que condensam, no cenário contemporâneo, os posicionamentos aqui implicados. Esse modo de organização não terá impacto no objeto de nossas análises, uma vez que não estamos discutindo aqui a polêmica propriamente dita, mas a relação entre moral e linguagem a partir do quadro proposto por Paveau (2015). Nessa divisão binária, podemos situar, então, o *corpus* reunido da seguinte maneira:

Pró-agronegócio	Pró-causa indígena
16 notas de repúdio de diferentes entidades ligadas ao agronegócio (ABCZ, FAMASUL, APROSOJA – juntamente com FAMATO, ACRISMAT, AMPA, APROSMAT, APROSOJA BRASIL –, ABCB SENEPOL, ORPLANA, IBRAFE, FAEG, ACCS, ABRAPA, ANGUS, ASSOCITRUS, AIBA, FPA, ANDAV, ACRISUL, Novilho Precoce MS) ⁶	3 notícias de sites considerados à esquerda no espectro político (Justificando, da Carta Capital, Brasil de Fato e Diário do Centro do Mundo)
2 podcasts do radialista Fábio Mezzacasa de Sinop (replicado em diversos outros sites de notícias)	1 coluna do G1, da colunista Amelia Gonzalez.
1 Vídeo da jornalista Fabélia Oliveira	1 nota da própria escola de samba
2 vídeos do programa Mercado & Companhia, do Canal Rural.	1 vídeo do carnavalesco da Imperatriz, Cahe Rodrigues
3 notícias de sites ligados ao agronegócio (Beefpoint, Agron, Notícias Agrícolas)	
1 publicação de blog (Blog Código Florestal) também ligado ao agronegócio	

Há ainda inúmeros comentários às publicações reunidas, outras postagens em redes sociais – às quais se seguem outros tantos comentários – que, ainda que tenhamos reunido, não serão aqui objeto de análise, embora não escapem (e até reforcem) os posicionamentos explicitados nos dois lados considerados desta polêmica. Além disso, há duas notícias que compõem o *corpus* mas que não colocamos em nenhum dos lados por terem um *efeito* de neutralidade maior, não assumindo explicitamente nenhum dos

⁶ As siglas encontram-se listadas ao final deste artigo e as notas foram todas compiladas na notícia do site Agron, que consta das referências do *corpus*.

lados, mas expondo os dois posicionamentos através de falas de seus representantes: uma notícia do portal Terra e outra do site do Canal Rural⁷.

O caso em tela nos parece especialmente interessante de ser analisado à luz da proposta de Paveau (2015) porque, por um lado, é certo que estamos diante de um “acontecimento discursivo moral”, isto é, há um conjunto de textos reunidos, de metadiscursos que demonstram uma indignação moral diante de um dado enunciado, no caso, o samba-enredo. Por outro lado, há também outros metadiscursos que apontam para uma indignação moral em relação à reação dos setores do agronegócio ao samba-enredo em questão. Diante desse quadro, alguns questionamentos irão se impor durante as análises, uma vez que, se formos olhar restritivamente para a proposta de Paveau (2015), teríamos de dizer que o samba-enredo poderia/deveria ser considerado um enunciado não virtuoso em razão de um certo tipo de desajuste apontado nos enunciados que reagem a ele. Este, contudo, não parece ser o caso – ou, ao menos, não parece ser um caso prototípico, como veremos.

Dissemos acima que a polêmica era, na verdade, situada em torno de poucos versos do samba-enredo da Imperatriz, mais especificamente dos seguintes: “Sangra o coração do meu Brasil/ O belo monstro rouba as terras dos seus filhos/ Devora as matas e seca os rios/ Tanta riqueza que a cobiça destruiu!”. As reações ao samba-enredo apontavam, como uma espécie de crítica central, o fato de que a escola havia chamado o agronegócio de “belo monstro”. Vejamos alguns exemplos:

(2) Sobre o agro, chamado de “o belo monstro”, o samba diz “sangra o coração do meu Brasil, o belo monstro rouba as terras dos seus filhos, devora as matas e seca os rios. Tanta riqueza que a cobiça destruiu”. Haverá também uma ala chamada “os olhos da cobiça”. (Blog Código Florestal; grifamos)⁸.

(3) Na contramão da realidade, a escola de samba mostra um cenário distorcido e irresponsável, criando alas que generalizam as más práticas agrícolas e o desrespeito ao meio ambiente, como a Ala 09 – Olhos de Cobiça e a Ala 15 – Fazendeiros e seus agrotóxicos, além de trechos do samba onde o produtor é descrito como “belo monstro”, devorador de matas e rios, ladrão de terras e ambicioso. (Nota da Orplana; grifamos).

⁷ Vide referências do *corpus* ao final.

⁸ Optamos por não manter as referências do *corpus* em caixa alta para diferenciar das referências teóricas. Nesse mesmo sentido, também optamos por utilizar, nas citações presentes no corpo do texto, os nomes completos dos enunciadores responsáveis pelos materiais que compõem o *corpus* selecionado.

(4) Antes de mais nada, é preciso esclarecer e reforçar que o país do samba é sustentado pela pecuária e pela agricultura. *Chamados de “monstros” pela escola, nós, produtores rurais*, respondemos por 22% do PIB Nacional e, historicamente, salvamos o Brasil em termos de geração de renda e empregos. (Nota da ABCZ; grifamos).

(5) Assim, *chamar o agro de “belo” faz sentido, mas acusá-lo de ser “monstro” é inaceitável*. (Nota da Abrapa; grifamos).

Diante da repercussão dessas reações, a escola de samba divulgou nota e vídeo esclarecendo, dentre outras questões, que a referência de “belo monstro” não era o agro, mas a usina hidrelétrica de Belo Monte – dado que constava, aliás, da sinopse do samba disponibilizada na página da escola desde a divulgação:

(6) Até em função de certa confusão registrada em algumas dessas falas, ressaltamos e esclarecemos que no trecho de nosso samba “o Belo Monstro rouba a terra de seus filhos, destrói a mata e seca os rios” estamos nos juntando às populações ribeirinhas, às etnias indígenas ameaçadas, aos ambientalistas e importantes setores da sociedade que se posicionaram contra a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte. *Não é uma referência direta, portanto, ao agronegócio*, como alguns difundiram. (Nota da Imperatriz Leopoldinense; grifamos).

(7) Houve um grande engano por parte de todo o segmento do agronegócio que pegou a ala do agrotóxico e esse pedaço do samba e *vestiu uma carapuça* e deduziu ali que a escola estaria fazendo um movimento contra o agronegócio. (Cahe Rodrigues, em vídeo de resposta às críticas que a escola recebeu; grifamos).

Os excertos de (2) a (5) são exemplos da recusa de “monstro” para (des)qualificar o agronegócio ou, mais diretamente (como em 3 e 4), o próprio produtor rural. Trata-se de uma “metáfora virtualmente degradante” (PAVEAU, 2015, p. 249), o que faz com que haja aí um *desajuste à memória linguageira e discursiva*, que é prontamente identificado no ambiente cognitivo, colocando o samba-enredo no espaço de um discurso não virtuoso, dadas as reações a ele, também de acordo com a proposta de Paveau. No entanto, como mostram (6) e (7), não se trata de uma referência ao agronegócio ou aos produtores, mas à usina de Belo Monte. Ou seja, é fruto de um “mal-entendido”. O recorte (7), porém, coloca ainda uma outra questão: ao fazer uso da expressão “vestir a carapuça”, o carnavalesco “devolve” a responsabilidade ao próprio setor do agronegócio, que teria assumido a culpa sem que ela lhe tivesse, de fato, sido imputada (pela escola, vale dizer). Assim, se as referências do samba-enredo eram, para os seus autores,

Verso original	o belo monstro	rouba as terras	dos seus filhos
Referências para a escola	Usina de Belo Monte	Figurativamente, pois o governo desapropria as terras e realoca a população. No entanto, trata-se de ato unilateral, sem consulta à população.	Populações cujas casas seriam afetadas pela construção da usina – essencialmente populações ribeirinhas

para as associações que emitiram as notas e para demais veículos ligados ao agronegócio, as referências retomavam, no caso destes versos, algumas polêmicas bastante significativas para o setor nos últimos anos:

Verso original	o belo monstro	rouba as terras	dos seus filhos
Referências para o agro	O próprio agro ou os produtores	Terras em disputa com comunidades indígenas, em processo de demarcação	Populações indígenas, que têm lutado pelas demarcações

Em decorrência dessas referências assumidas pelo setor do agronegócio, um bom resumo da interpretação que, dessa posição, fazem do samba-enredo é o seguinte:

(8) A *afronta*, neste Carnaval, veiculada nos últimos dias pela escola de samba em questão, é *inaceitável* sob qualquer aspecto. *Colocar os nossos produtores agrícolas como vilões a serem combatidos, que destroem o meio ambiente e áreas indígenas, é de uma má-fé imperdoável.* (Nota do IBRAFE; grifamos).

Assim, o desajuste apontado aqui pelos metadiscursos coloca uma questão importante: haveria, de fato, um desajuste à memória, no mesmo sentido que apontado em Paveau (2015), isto é, neste caso, pelo uso de uma metáfora degradante (“monstro”)? A pergunta se coloca justamente – e isso torna a situação aqui particularmente interessante – porque esse desajuste é fruto de um “erro de interpretação” do lado “ofendido”! Ou, para nos valermos de um outro quadro teórico-metodológico, estaríamos diante de uma polêmica que, como tal, poderia ser explicada por meio de um processo de interincompreensão regrada (MAINGUENEAU, [1984] 2005).

Parece haver aí, então, dois problemas implicados: de um lado, o uso de “monstro” e, de outro, aquilo que o “monstro” faria (roubar terras, secar rios etc.).

Considerado o contexto da polêmica, o roubo de terras e os danos ao ambiente são, de fato, acusações que se fazem ao agronegócio pelos militantes da causa indígena, muito embora esse discurso não tenha sido totalmente incorporado no samba em tela. Assim, o desajuste referente a esse ponto seria em relação à realidade. Esse tipo de ajuste gira em torno do conceito de verdade, o que seria um problema para os analistas do discurso. Paveau (2015, p. 275), porém, afirma que esse ajuste é “em parte calculável ou descritível nos pré-discursos”, uma vez que se deveria “levar em conta a dimensão moral como componente do ambiente dos enunciados e compreender a partir de quais critérios eles são avaliados, inclusive por si mesmos, e, sobretudo, qual é o impacto dessa valoração moral sobre o sentido deles” (PAVEAU, 2015, p. 292). Nesse sentido, diremos aqui que o discurso do agronegócio não aceita como “verdadeira” a acusação de roubo de terras e destruição ambiental, o que colocaria o samba-enredo em desajuste à realidade. No entanto, mais uma vez, é preciso lembrar que essa leitura só é possível no interior da semântica da polêmica que se dá entre os posicionamentos do agronegócio e da causa indígena *lato sensu*. A Imperatriz Leopoldinense, contudo, coloca-se – especificamente em relação a esses versos – fora desse contexto, uma vez que aponta para uma outra referência: não é o agronegócio que rouba e destrói, mas a usina de Belo Monte.

“Chumbo trocado”: problematizando a decência discursiva

Ao tratar do ajuste aos agentes, Paveau (2015, p. 227) propõe a noção de decência discursiva, “que consiste em produzir discursos que não humilhem os agentes do ambiente e garantam também aos grupos potencialmente humilháveis uma espécie de aumento de proteção discursiva, de tal maneira que se conserve a ideia de ‘sociedade decente’”. Olhemos para a questão sob este prisma, então.

Se os representantes do posicionamento pró-agronegócio consideram que o samba-enredo apoia-se em “uma mentira” ou em “idiotices” (Miguel Daoud, Mercado & Companhia), que está “cheio de potocas”, aqueles, que defenderam e apoiaram a escolha e o samba da escola, consideram que o agronegócio faz parte de um “sistema que não

enxerga um palmo adiante dos cifrões” (Amelia Gonzalez, G1), que os ruralistas estão “acostumados a olhar apenas para o próprio umbigo, sem enxergar um palmo além da sua soja transgênica” (Alan Tygel, Brasil de Fato). Há, assim, um “fogo cruzado”, uma troca de ofensas mútua que ocupou espaço nas mídias nacionais.

Essa, digamos, “simetria” nas críticas de um lado e de outro está materializada também em torno da ideia de “desconhecimento”: ambos os lados se acusam de não conhecer “a realidade”. Nos programas de TV, comentaristas e apresentadores “convidam” os sambistas e seus defensores a conhecerem “tribos”, “aldeias”, “reservas”⁹, a conhecer o “verdadeiro” homem do campo, a “sustentabilidade” do agronegócio brasileiro. Do outro lado, fala-se em “ignorância, preconceito e ódio”, em “baixar um véu” sobre a questão – além das referências do parágrafo anterior que reforçam a mesma ideia.

Não é possível, contudo, sustentar que há uma “simetria” de fato entre ambos os posicionamentos. Naturalmente, o setor do agronegócio é economicamente poderoso e, além disso, política e socialmente influente no Brasil; o mesmo não ocorre com as diversas etnias indígenas. Prova disso é a “visita” que a Sociedade Rural Brasileira fez à escola carioca e cujo resultado foi o anúncio da mudança de nome da ala 15 de “Fazendeiros e seus agrotóxicos” para “Uso indevido de agrotóxicos”. Outro aspecto é que, em termos de uso linguageiro, um levantamento lexical, por exemplo, do *corpus* reunido mostra que o *ethos*¹⁰ agressivo do discurso do agronegócio contrapõe-se a um *ethos* mais argumentativo e por vezes irônico presente nos textos dos que defendem o samba-enredo da escola. O uso de termos como “potoca”, “idiotice”, “mentira”, “discurso medíocre” são alguns dos exemplos. O *ethos* típico do setor do agronegócio é, aliás, lembrado em diversos textos, ao se dizer, por exemplo, que o setor é um dos mais “*poderosos e furiosos* quando precisa fazer autodefesa”, que o samba “tem gerado *revolta* no setor” ou, ainda, quando se faz referência à “*ira dos produtores agrícolas*”. Além

⁹ Aqui fizemos questão de colocar entre aspas os termos usados pelos enunciadores (e, infelizmente, não há espaço aqui para uma discussão pormenorizada, já que não se trata do tema deste trabalho) porque cada um desses termos revela não apenas posicionamentos, mas graus de conhecimento e de engajamento na questão indígena no Brasil.

¹⁰ A noção de *ethos* dá conta, grosso modo, da voz que “sustenta” um texto, mesmo que escrito; trata-se do “tom” que dá autoridade ao que é dito no texto (MAINGUENEAU, 2002). Categoria do nível da enunciação, o *ethos* articula corpo e discurso: “a instância subjetiva que se manifesta através do discurso não se deixa perceber neste apenas como um estatuto, mas sim como uma voz associada à representação de um ‘corpo enunciante’ historicamente especificado” (MAINGUENEAU, 2006, p. 271).

disso, não há simetria também quando não são os representantes de ambos os lados que têm “voz”: em que espaços é possível “ouvirmos” os indígenas?

Lembramos a esse respeito do livro de Spivak (2010), *Pode o subalterno falar?*, que faz, já no título, um questionamento pertinente. De fato, devemos nos perguntar em que medida aqueles que estão colocados em uma posição contra-majoritária em nossa sociedade e, principalmente, os que estão à margem dessa estrutura têm, verdadeiramente, o direito de falar e ser ouvido. O próprio carnavalesco Cahe Rodrigues afirma, em entrevista ao Terra, que os indígenas são “um povo que sofre muito para manter seus princípios, *um povo que não tem voz*, não tem seus direitos respeitados” e que foi nesse intuito que se buscou “despertar a consciência das pessoas”. O que se vê, contudo, é que não apenas os indígenas não têm direito à voz, mas também aqueles que ousam lhes emprestar a sua para denunciar as suas mazelas são recebidos com a mesma agressividade:

(9) E aí vem uma escola de samba *mal informada, mal informada...* eu vou dizer por que vocês são mal informados: vocês falam dos índios... *vocês conhecem uma tribo indígena? Vá conhecer pra vocês terem ciência de que o problema do índio não é problema de produtor rural, não é problema de terra, é problema de cidadania. [...] Antes de vocês ovacionarem a questão indígena, vão conhecer uma reserva indígena. [...] Quem conhece uma reserva indígena sabe do que eu estou falando.* (Miguel Daoud, no programa Mercado & Companhia).

(10) Então, eu acho até válido mostrar nossas belezas naturais e falar da preservação, mas esse discurso *mediocre* já está bem ultrapassado, né? Isso é conversa sabe de quem? De gente que quer chamar a atenção *se dizendo* ambientalista, mas que *nunca nem pisou aqui na Amazônia pra ver como as coisas funcionam.* (Fábio Mezzacasa, áudio de programa de rádio comandado por ele).

(11) Agora, *eu já passei* em aldeias indígenas onde tivemos que pagar o maior pedágio que era cinco vezes superior ao tradicional e com estradas horríveis! E aí tá lá o índio de Rayban – não era falsificado não, tá? – Rayban espelhado, aparelho nos dentes, antena parabólica, caminhonete Hilux. Isso não é preservar! Isso não é heroísmo! (Fabélia Oliveira, no programa Sucesso no campo, da Record de Goiás).

(12) [...] essa campanha da sociedade rural brasileira, ela tem que mostrar a origem e a mentira desse samba-enredo. É uma mentira! Não existe! Índio é explorado, não tem cidadania, vive numa situação de penúria que quem conhece uma reserva indígena sabe do que eu estou falando, quem conhece o Brasil agrícola sabe que não é o produtor rural que desmata o Brasil, sabe que há punição para quem desmata... Então *para com essas besteiras, vocês precisam ir à merda*, porque é a única forma que tem de contestar *essa idiotice* de que o produtor rural... ele

está acabando com [corte no vídeo]. (Miguel Daoud, no programa Mercado & Companhia).

(13) Muito provavelmente, quem entoará o enredo e o repetirá no calor da catarse carnavalesca, *já jamais conheceu o campo e ignora completamente* um dos maiores motivos de orgulho que qualquer brasileiro pode – e deveria – ter. (Nota da Abrapa, grifamos).

Os enunciados acima são repletos de exemplos de estruturas sintáticas, lexemas, expressões que apontam para o *ethos* agressivo a que nos referimos (cujo ápice seja talvez o “você precisam ir à merda”). Assumir um ponto de vista ético tal como o proposto por Paveau (2015, p. 312) implica analisar tais enunciados como sendo desajustados ou não virtuosos, na medida em que essa agressividade neles presente fere a ideia de decência discursiva definida pela autora. Sua proposta é, a esse respeito, bastante minimalista e considera que “discurso decente é o discurso no qual não só os agentes não se humilham mutuamente, mas que também é produzido num ambiente cujos valores não permitam a humilhação dos agentes”.

Generalizando um pouco a partir dos enunciados apresentados – mas sem cometer nenhuma injustiça – o discurso do agronegócio é, no que tange à questão indígena, desajustado em termos de decência discursiva, porque humilha, rebaixa os indígenas, porque defende seu extermínio enquanto povo (“tem que morrer de malária, de tétano, do parto”, como afirmou a jornalista Fabélia Oliveira). Trata-se de um discurso em desajuste, por exemplo, em relação ao discurso dos direitos humanos. O posicionamento da jornalista ecoa nos comentários e nos compartilhamentos alinhados ao discurso do agronegócio.

No entanto, como dissemos inicialmente, a polêmica instaurada nos parece particularmente interessante porque ela descortina um quadro, a partir do mesmo acontecimento, que coloca dois posicionamentos discursivos diametralmente opostos em cena acusando-se mutuamente a partir de enunciados de valor moral. Os recortes apresentados mostram que os desajustes detectados pelos metadiscursos em relação aos agentes não se encontram, digamos, num mesmo patamar. Embora Paveau cuide para tratar de casos que, inclusive, afetam pessoas e não grupos propriamente ditos, parece-nos que a própria ideia de “acontecimento discursivo moral”, apresentada pela autora, irá demandar um mínimo de “voz” e, claro, não parece haver como “blindar” o analista de certas valorações.

Memória e estereótipo

De volta à fala da jornalista Fabélia Oliveira – anteriormente recortada em (1) –, podemos encontrar ali a mobilização de um certo estereótipo do indígena, que ela chama de “índio original”, aquele que não teria mudado desde a chegada dos portugueses ao Brasil. Ao mesmo tempo, ela contesta uma representação do indígena como herói nacional, característica que ela deseja atribuir ao homem do campo, por sua vez retratado por um outro estereótipo: o do trabalhador braçal. Outros enunciados alinham-se a essa representação do “homem do campo”:

(14) Com o tema ‘XINGU - O CLAMOR QUE VEM DA FLORESTA’, o samba enredo e as fantasias da escola constroem um argumento onde o produtor rural é visto como destruidor, poluidor e violento e, nem de longe, representam o *homem do campo que trabalha em prol do desenvolvimento do país*. (Nota da FAMASUL; grifamos).

(15) Não podemos tolerar calados que a produção agrícola e seus trabalhadores sejam atacados e os defendemos junto às demais entidades que também defendem estes *heróis brasileiros e que enfrentam todo tipo de dificuldades enquanto se desgastam em produzir nossos alimentos*. Isso sem mencionar tecidos para roupas, toalhas, etc., couro para sapatos, bolsas, etc., entre inúmeros outros itens. (Nota do IBRAFE; grifamos).

(16) O produtor rural, faça sol ou faça chuva, *cumpra sua missão de fazer chegar à mesa do brasileiro o sagrado alimento*. Não podemos, portanto, em nenhuma hipótese, admitir ser réu de acusações caluniosas. Com muita garra e determinação fizemos do Brasil o grande “Celeiro do mundo”. (Nota da ABCB SENEPOL; grifamos).

(17) Seu moço escreveu um samba desentendido
Dizendo que eu, produtor, faço mal,
Trabalho, sou destemido, e agora me julga um animal irracional? (Versos de poema de Lidiane Rosseto, divulgado pelo site Notícias Agrícolas; grifamos).

(18) Com atraso de quase dois séculos, a agremiação carnavalesca resgatou do Nacionalismo Romântico o herói indígena, tão bem forjado por José de Alencar em sua obra O Guarani, e o transpôs, sem qualquer atualização, para os holofotes da Marquês de Sapucaí, com propagação maciça na mídia. *Contra esse herói brasileiro – o “bom selvagem” ingênuo e puro – elegeu como vilão o agricultor e todo o agronegócio, acusando-o de roubar as terras dos índios, destruir as matas e secar os rios*. (Nota da ABRAPA; grifamos).

As representações do homem do campo presentes nos excertos acima visam a deslocar, portanto, a “ancoragem” do herói nacional, e isso está relacionado a uma certa memória discursiva que assume o indígena como essa figura heroica de nossa história, uma das figuras “responsáveis” pela formação do povo brasileiro – memória, aliás, que o samba-enredo também atualiza, de certa forma. Os representantes do discurso do agronegócio, porém, recusam essa filiação, e buscam reescrevê-la, alçando o homem do campo ao posto de “herói nacional”, aquele que é o responsável não apenas pela produção de alimentos, mas também, por meio dela, responsável pelo desenvolvimento nacional (percentual do PIB). Esse argumento é reforçado também nos enunciados em que se coloca o índio como improdutivo; ou seja, em uma perspectiva puramente econômica, os indígenas¹¹ seriam “dispensáveis”, na medida em que não “produzem”, não geram riquezas para o PIB:

(19) A população indígena tem hoje mais terras do que o agronegócio. *E o que eles produzem?* Aqui em Santa Catarina os exemplos que temos de indígenas não são bons, estes não querem mais viver no seu *habitat natural* com seus próprios recursos, querem viver no mato, mas com celular, internet banda larga, carros 4x4 e tudo isso pago com o dinheiro do contribuinte e do agronegócio. (Nota da ACCS; grifamos).

Não produzem e vivem às custas de “outros”. Que outros? Do “contribuinte”, ou seja, dos que pagam impostos, e do “agronegócio”, que produz riquezas para o país. O excerto chama a atenção ainda pelo uso da palavra “habitat”. Embora, por definição, refira-se à área em que *seres vivos* conseguem viver, buscar alimentos etc., sabemos que é utilizada quase que exclusivamente para seres vivos *não humanos*. Assim, ainda que sutilmente, vemos materializado ali um processo de “desumanização”, em que se separam os indígenas dos demais seres humanos¹².

Contraposta a tal representação, o produtor rural seria, pois, herói, uma vez que, segundo esse posicionamento, é responsável pelo crescimento, pelo desenvolvimento do

¹¹ Não apenas os indígenas, mas também outras minorias que não são objeto deste trabalho, são tachados de improdutivo. A esse respeito, poderíamos lembrar, por exemplo, a polêmica declaração de Jair Bolsonaro, na sede do clube Hebraica, no Rio de Janeiro, em 04/04/2017: “Eu fui num quilombo. O afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. *Não fazem nada*. Eu acho que nem para *procriador* ele serve mais. Mais de R\$ 1 bilhão por ano é gasto com eles” (grifamos).

¹² A declaração de Jair Bolsonaro citada na nota anterior também é exemplo desse processo: o parlamentar usa o termo “arroba”, unidade de medida de peso usada, em geral, para animais.

país. Esse argumento é, porém, contestado pelo posicionamento contrário, que o considera “falacioso”:

(20) O primeiro argumento é o mais débil de todos; sabemos que a grande massa de produção agrícola se concentra nas *commodities* de exportação (soja, milho para ração, cana-de-açúcar), e o Censo Agropecuário de 2006 mostrou que 70% dos alimentos que chegam à nossa mesa vêm da agricultura familiar, mesmo tendo ela direito à apenas 24% das terras. Portanto, esse argumento é claramente falacioso.

Em relação ao PIB, a análise é um pouco mais profunda, mas o argumento não é menos falacioso. Em primeiro lugar, precisamos entender que o PIB representa o conjunto de riquezas produzidas pelo país. Não fala sobre distribuição de renda, nem geração de empregos. Não se importa no bolso de quem essa riqueza vai parar. (Alan Tygel, Brasil de Fato).

Há, assim, uma espécie de disputa em torno da representação do “herói nacional” e da sua legitimidade. As inscrições discursivas são, contudo, absolutamente discrepantes: se, para o discurso do agronegócio, o “verdadeiro” herói nacional seria aquele responsável, em última análise, pela geração de riquezas para o país (com seu trabalho de sol a sol), para o discurso militante da causa indígena, a ancoragem se dá numa matriz mais cultural e ambientalista, de modo que seriam os indígenas os heróis, por resistirem a tantas investidas contra sua existência *humana*, pela sua relação com o meio ambiente em que predomina a complementaridade, a não exploração ou, em uma palavra, a sustentabilidade, justamente um dos golpes (a questão do uso de agrotóxicos) mais “sentidos” pelos ruralistas.

A partir dos estereótipos colocados em cena, especialmente pelo discurso do agronegócio, teríamos, de um lado, o “índio original” – que viveria em seu *habitat* e não poderia *usar tecnologia* produzida pela inventividade *humana* – e, de outro lado, o “homem do campo” – que *trabalha* o solo –, cria animais e assim *alimenta* os demais brasileiros e *produz riquezas* para o país.

Diante das análises conduzidas até aqui, é possível dizer que para os metadiscursos que reagem negativamente ao samba-enredo da Imperatriz, enunciados pelos representantes do agronegócio, há um desajuste à memória, na medida em que discutem o valor “heroísmo”. Ao mesmo tempo, entretanto, essa memória, evocada pelos

enunciadores “pró-agronegócio”, coloca os indígenas em lugar não humano, ao qual não se poderia, por isso mesmo, atribuir o papel de herói. Nesse sentido, haveria, aqui também, um desajuste à memória, por se tratar de discurso que fere os direitos humanos: os indígenas não podem ser considerados como não humanos. Dessa perspectiva, o discurso do agronegócio apresenta-se como um discurso não virtuoso, considerando as condições históricas de sua produção.

À guisa de conclusão...

As contribuições da proposta de Paveau (2015) para a incorporação da dimensão moral nos estudos discursivos parece-nos incontestável. Em seu percurso teórico, a autora não apenas aponta o “vácuo” existente nos estudos de linguagem em relação ao tratamento da questão, mas ainda analisa tentativas, anteriormente empreendidas, que acabaram por cair em certas armadilhas. É, pois, em função desse percurso cauteloso, que Paveau propõe uma teoria bastante “amarrada”, mas que ainda (como toda boa teoria) impõe cuidados para o analista, afinal, estudar a moral a partir de sua assunção como discurso exige um certo gosto por “viver perigosamente” (mesmo que nos proponhamos a estudar o discurso da moral como se estudam os discursos sobre a mulher, por exemplo). Um dos caminhos seguros para essa empreitada seria, tal como proposto pela própria autora, identificar um acontecimento discursivo moral que não se reduza a uma indignação particular, mas que seja representativo de um conjunto mínimo de metadiscursos de cunho moral. Trata-se, em última instância, de garantir que a pesquisa seja sustentável do ponto de vista metodológico, uma vez que o analista tem que justificar, minimamente, a relevância histórica, analítica e explicativa do *corpus* de análise.

O trabalho, proposto e realizado neste artigo, parte de um acontecimento discursivo moral – tal como proposto por Paveau (2015). Entretanto, deparamo-nos, ao longo das análises, com uma inquietação que desejamos aqui compartilhar com o leitor, a fim de que possamos contribuir para o refinamento da teoria. Tal inquietação pode ser traduzida pela seguinte questão: por que, mesmo diante de um quadro que, do ponto de

vista teórico-analítico, deveria apontar para o samba-enredo como “não virtuoso” (em função dos inúmeros metadiscursos contrários produzidos a seu redor), era, na verdade, o discurso do agronegócio que, considerando suas condições históricas de produção, ia pouco a pouco se delineando como tal?

Uma resposta aceitável a essa questão deve considerar, minimamente, dois aspectos: a memória e a decência discursivas. Assim, considerando esses aspectos, arriscamos a formular uma hipótese (para nós, forte): a luta por ocupar um lugar em uma sociedade não pode passar (ou não deveria) pelo aniquilamento do “oponente”. A “anti-ética” do aniquilamento (mesmo quando não explicitamente assumida – embora às vezes o seja, como o fez a jornalista Fabélia Oliveira) parece fazer parte, em nossa sociedade, de certas zonas de fala de natureza atópica: há certos discursos aos quais é negada a visibilidade social. Esse seria o caso do discurso pornográfico (cf. MAINGUENEAU, 2010), do canibalismo, da pedofilia e do extermínio, para citar apenas alguns exemplos. A natureza atópica desses discursos faz com que, quando percebidos como fundamentos de juízos morais (como *pré-discursos*, portanto), sejam, quase que unanimemente, reconhecidos como “não virtuosos”. Um dos flancos de pesquisa que se abre, pois, para os pesquisadores que buscam esclarecer a relação entre linguagem e moral é a consideração da natureza dos discursos (e dos *pré-discursos*) mobilizados.

Referências

MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Discurso literário**. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. **O discurso pornográfico**. São Paulo: Parábola, 2010.

_____. **Gênese dos discursos**. Curitiba: Criar, 2005.

PAVEAU, M-A. **Linguagem e moral: uma ética das virtudes discursivas**. Campinas: Editora da Unicamp, 2015.

_____. **Os pré-discursos: sentido, memória, cognição**. Campinas: Pontes, 2013.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

Referências de *corpus*

Comunicado oficial do carnavalesco Cahê Rodrigues sobre o enredo da Imperatriz.

Carnaval Interativo. 04min48s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=fCnp1rRVQPY>>. Acesso em: 3 ago. 2017.

ENREDO da Imperatriz em defesa dos índios gera polêmica no Carnaval do Rio. **Terra**, 22 jan. 2017. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/enredo-da-imperatriz-em-defesa-dos-indios-gera-polemica-no-carnavaldorio,169aa5af5a9f2252f6f9d8f5a2993aa1u4b2xg2n.html>>. Acesso em: 3 ago. 2017.

ESCOLA de samba criticará o agro no carnaval 2017. **Blog Código Florestal**, 4 jan. 2017. Disponível em: <<http://www.codigoflorestal.com/2017/01/escola-de-samba-criticara-o-agro-no.html>>. Acesso em: 3 ago. 2017.

ESCOLA de samba Imperatriz Leopoldinense criticará o agronegócio no carnaval 2017. **BeefPoint**, 5 jan. 2017. Disponível em: <<http://www.beefpoint.com.br/cadeia-productiva/giro-do-boi/escola-de-samba-imperatriz-leopoldinense-criticara-o-agronegocio-no-carnaval-2017/>>. Acesso em: 3 ago 2017.

GONZALEZ, A. A polêmica do samba da Imperatriz entre os produtores agrícolas. **G1**, 13 jan. 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/natureza/blog/nova-etica-social/post/polemica-do-samba-da-imperatriz-entre-os-produtores-agricolas.html>>. Acesso em: 3 ago. 2017.

IGLECIO, P. Ronaldo Caiado quer CPI de samba-enredo que homenageia indígenas. **Carta Capital**, São Paulo, 12 jan. 2017. Justificando. Disponível em: <<http://justificando.cartacapital.com.br/2017/01/12/ronaldo-caiado-quer-cpi-de-samba-enredo-que-homenageia-indigenas/>>. Acesso em: 3 ago. 2017.

IMPERATRIZ Leopoldinense divulga nota oficial sobre samba-enredo criticado pelo agronegócio. **Canal Rural**, São Paulo, 13 jan. 2017. Disponível em: <<http://www.canalrural.com.br/noticias/noticias/imperatriz-leopoldinense-divulga-nota-oficial-sobre-samba-enredo-criticado-pelo-agronegocio-65580>>. Acesso em: 3 ago. 2017.

Jornalista detona samba da Imperatriz contra o agronegócio. Plantão News. Recorte do Programa Sucesso no campo (TV RECORD-GO). 05min48s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=krJrmxYshe4>>. Acesso em: 3 ago. 2017.

LETRA-vídeo polêmico: samba da Imperatriz Leopoldinense. **Agron**, 7 jan. 2017. Disponível em: <<http://www.agron.com.br/publicacoes/noticias/agencia-agron/2017/01/07/052525/letra-video-polmico-samba-da-imperatriz-leopoldinense.html>>. Acesso em: 3 ago. 2017.

LIDERANÇAS do agro repudiam samba enredo da Imperatriz Leopoldinense. **Notícias agrícolas**, 9 jan. 2017. Disponível em: <<https://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/agronegocio/185126-carnavalesco-da-imperatriz-leopoldinense-diz-que-nao-queria-ofender-o-agronegocio.html#.WU6Wu1L OpE4>>. Acesso em: 3 ago. 2017.

NOGUEIRA, K. Por que o samba enredo da Imperatriz Leopoldinense gerou ódio e revolta no agronegócio. **Diário do Centro do Mundo**, 11 jan. 2017. Disponível em: <<http://www.diariodocentrodomundo.com.br/por-que-o-samba-enredo-da-imperatriz-leopoldinense-gerou-odio-e-revolta-no-agronegocio/>>. Acesso em: 3 ago. 2017.

TYGEL, A. Imperatriz acerta em cheio umbigo do agronegócio. **Brasil de Fato**, 12 jan. 2017. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2017/01/12/imperatriz-acerta-em-cheio-umbigo-do-agronegocio/>>. Acesso em: 5 jun. 2017.

Vídeo polêmico. Agron. Recorte do programa Mercado & Companhia (Canal Rural). 4min05s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=3XTvjppcOx4>>. Acesso em: 3 ago. 2017.

Lista de siglas

ABCB Senepol	Associação Brasileira dos Criadores de Bovino Senepol
ABCZ	Associação Brasileira dos Criadores de Zebu
ABRAPA	Associação Brasileira dos Produtores de Algodão
ACCS	Associação Catarinense dos Criadores de Suínos
ACRISMAT	Associação dos Criadores de Suínos de Mato Grosso
ACRISSUL	Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul
AIBA	Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia
AMPA	Associação Mato-grossense dos Produtores de Algodão
ANDAV	Associação Nacional dos Distribuidores de Insumos Agrícolas e Veterinários
Angus	Associação Brasileira de Angus
APROSMAT	Associação dos Produtores de Sementes de Mato Grosso
APROSOJA	Associação dos Produtores de Soja de Milho de Mato Grosso
APROSOJA Brasil	Associação dos Produtores de Soja do Brasil
ASSOCITRUS	Associação Brasileira de Citricultores
FAEG	Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás
FAMASUL	Federação de Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul

FAMATO		Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso
FPA		Frente Parlamentar da Agropecuária
IBRAFE		Instituto Brasileiro do Feijão
Novilho	Precoce	Associação Sul-matogrossense de Produtores de Novilho Precoce
MS		
ORPLANA		Organização de Plantadores de Cana da Região Centro-Sul do Brasil

ENTRE HUMOR, JORNALISMO E ÉTICA (MAIS) UM CASO POLÊMICO

Ana Cristina CARMELINO¹³

Márcio Antônio GATTI¹⁴

Resumo: O presente artigo trata da polêmica e sua possível relação com a dimensão ética da linguagem e os limites do humor ou, ainda, do jornalismo. Para tanto, focaliza o caso específico de uma charge, buscando não apenas entender a raiz, mas também os desdobramentos da polêmica. Parte-se da hipótese de que a compreensão da polêmica depende de diversos fatores (gênero discursivo, suporte e campos envolvidos) que se imbricam e ressaltam aspectos morais da linguagem. Como apoio teórico, consideram-se os pressupostos da Análise do Discurso francesa, especialmente a partir dos trabalhos de Possenti (2013), Paveau (2015) e Maingueneau (1984, 2005, 2015).

Palavras-chave: Polêmica. (Limites do) Humor. Ética. Charge.

Abstract: *This paper deals with the controversy and its possible relation with the ethical dimension of the language and the limits of humor or, still, of the journalism. To do so, it focuses on the specific case of a cartoon, seeking not only to understand the root, but also the unfolding of the controversy. It starts from the hypothesis that the understanding of the controversy depends on several factors (discursive gender, support and fields involved) that interweave and emphasize moral aspects of language. As theoretical support, we consider the assumptions of the French Discourse Analysis, especially from the works of Possenti (2013), Paveau (2015) and Maingueneau (1984, 2005, 2015).*

Keywords: *Controversy. (Limits of) Humor. Ethic. Cartoon.*

Contextualizando a polêmica

¹³ Professora do Departamento de Letras da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Guarulhos – SP, Brasil. E-mail: anacriscarmelino@gmail.com.

¹⁴ Professor do Departamento de Ciências Humanas e Educação (DCHE), Centro de Ciências Humanas e Biológicas (CCHB), UFSCar, Sorocaba – SP, Brasil. E-mail: maggatti@ufscar.br

A charge mostrada abaixo é o mote que norteia a discussão feita neste artigo.



Figura 1 – Charge de Amarildo, para *A Gazeta* (ES) em 18 de fevereiro de 2017
Fonte: AMARILDO. Charge. Opinião. *Gazeta online*. 18 fev. 2017. Disponível em: <<http://beta.gazetaonline.com.br/opiniaio/2017/02/charge-do-amarildo--18-02-2017-1014025896.html>>. Acesso em: 3 ago. 2017.

Produzida e assinada pelo cartunista Amarildo Lima, para *A Gazeta*, de Vitória (ES), em 18 de fevereiro de 2017, a charge em questão levou o jornal a ser alvo de uma série de ações movidas por policiais militares, que, além de pedirem indenização por danos morais, exigiram a retirada do desenho de circulação de todos os meios de comunicação da Rede Gazeta. Caso polêmico, sem dúvida. Embora saibamos que este não seja o primeiro deles e que certamente não será o último a ser veiculado na mídia, o exemplo nos leva a refletir sobre questões que interessam aos linguistas: a polêmica e sua possível relação com a dimensão ética da linguagem e os limites do humor ou, ainda, do jornalismo.

A história, construída em três momentos, mostra dois personagens, um vestido de bandido e outro de policial, possivelmente comemorando o Carnaval em um espaço público. Os elementos que corroboram a leitura são o título acima dos personagens que

contextualiza o momento histórico “Carnaval 2017” e a presença de confetes e serpentinas (bolinhas e fitas coloridas de papéis comumente arremessados nesse tipo de festa) que voam sobre os foliões.

Na primeira cena, ao se encontrarem, os personagens se assustam um com outro, dado que pode ser visto pelas expressões faciais de ambos (olhos arregalados e bocas abertas) e pelo movimento para trás (mãos e pés levantados, como se o espanto os tirasse do chão). Há ainda a presença da metáfora visual (riscos sob as cabeças e as mãos), indicando o sobressalto do alarme. Na segunda cena, o personagem vestido de bandido diz: “Calma! Eu sou um policial fantasiado de ladrão”; e o outro, com expressão de alívio, diz “Ahh...”. A cena final contrasta com a expectativa esperada, pois o personagem vestido de policial responde: “É eu, um ladrão fantasiado de policial. É um assalto!”.

A quebra de expectativa na narrativa, uma das marcas do gênero charge (em geral, quando esta é construída por mais de uma cena), tende a criar um desfecho inesperado, o qual leva ao humor. No caso, nota-se uma “brincadeira” com a troca de papéis de ambos: policial se veste de bandido, enquanto ladrão se veste de policial. O inusitado, no entanto, foi a pessoa fantasiada de policial se apresentar como um bandido de verdade e se colocar prontamente em ação (na posição de assaltante) na festa de Carnaval.

As charges, como observam Possenti e Carmelino (2016, p. 126), críticas e tendencialmente humorísticas, relacionam-se a pessoas e a acontecimentos. Para interpretá-las, é necessário recuperar textos e/ou fatos, em geral veiculados pela imprensa, que motivaram sua criação. Sem tais informações, é difícil saber qual o seu tema e esclarecer como o riso é suscitado. Desse modo, se o leitor das charges não dispuser dos dados a que elas aludem, ou seja, se não tiver uma memória de tais informações, não consegue produzir a interpretação pretendida.

Nesse sentido, convém explicar que o desenho de Amarildo, capixaba que trabalha há 30 anos no jornal *A Gazeta* como chargista e editor de ilustração (como ele mesmo registra em seu blog), foi publicado no fim de semana que antecedeu o Carnaval oficial – quando os moradores de Vitória costumam celebrar a festa. Naquele momento, a PM (Polícia Militar) estava em greve, em um movimento que durou de 4 a 25 de fevereiro. Os manifestantes reivindicavam melhores condições de trabalho, como:

melhoria em frota; reajuste salarial; auxílio-alimentação; adicional por periculosidade e por insalubridade; adicional noturno; plano de saúde¹⁵.

A paralisação teve duas frentes de atuação, segundo se noticiou fartamente à época. Uma delas foi por intermédio das esposas dos policiais. Elas se posicionaram em frente a quartéis e batalhões de diferentes cidades do estado. Dessa forma, impediam o efetivo de sair às ruas. A outra frente foi protagonizada pelos próprios PMs, que se viram impedidos de atuar. Atitude polêmica: o governo viu no gesto um princípio de motim e chegou a ameaçar punições a parte da corporação¹⁶. Pela Constituição de 1988, a categoria não pode fazer greve¹⁷.

Sem a maioria do efetivo de 9.500 policiais nas ruas, instaurou-se o caos no estado. Foi um prato cheio para a imprensa: ônibus deixaram de circular, crimes passaram a ser registrados, comércio fechou as portas. Houve mais de cem mortes creditadas à greve. O governo federal disponibilizou efetivo militar para agir no Espírito Santo. Cenas da ação do Exército estiveram entre as mais exploradas pelos telejornais.

O movimento perdurou até os dias que antecederam o feriado de Carnaval – em 2017, a festa oficial ocorreu de 25 a 28 de fevereiro. Um acordo pôs fim à paralisação e as esposas dos PMs, enfim, saíram das portas de onde ficava a corporação¹⁸. A charge de Amarildo foi publicada nesse contexto. Como já dito, foi veiculada uma semana antes, quando se comemora o Carnaval antecipado em Vitória. O desenho buscou refletir a realidade? Não podemos afirmar isso, mas podemos dizer que foi assim que ele foi lido, ao menos pelos PMs que entraram com ação contra o jornal. Nesse sentido, é possível considerar diferentes formas de apreender a charge. Segundo entendemos, tais formas nos podem ajudar a explicar a polêmica instaurada por ela.

É fato que a produção gráfica de Amarildo gerou polêmica. Em nota publicada pela

¹⁵ MACHADO, V. PMs cobram reajuste, famílias fazem protesto e ES vive caos; entenda. **G1 ES**. 7 fev. 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2017/02/pms-cobram-reajuste-familias-fazem-protesto-e-es-vive-caos-entenda.html>>. Acesso em: 3 ago. 2017.

¹⁶ BORGES, J. Mais de 10% dos PMs do ES são processados pela Polícia Militar. **G1 - ES**. 17 fev. 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2017/02/pm-diz-que-1151-policiais-respondem-inqueritos-no-es.html>>. Acesso em: 3 ago. 2017.

¹⁷ PEREIRA, A. A. Por que os Policiais Militares não podem fazer greve? **Jurídico certo**. 14 fev. 2017. Disponível em: <<https://juridicocerto.com/p/andernaldopereira/artigos/por-que-os-policiais-militares-nao-podem-fazer-greve-3385>>. Acesso em: 3 ago. 2017.

¹⁸ Informações com base em: GREVE da Polícia Militar acaba em 23 cidades do Espírito Santo. Notícia. **Gazeta online**. 22 fev. 2017. Disponível em: <http://beta.gazetaonline.com.br/noticias/cidades/2017/02/greve-da-policia-militar-acaba-em-23-cidades-do-espírito-santo-diz-governo-1014027524.html>>. Acesso em: 3 ago. 2017.

própria *A Gazeta*, em 22 de março de 2017¹⁹, o jornal declara ter sido notificado (até o dia anterior, 21/03) de cinco ações em curso contra a publicação da charge: quatro na região metropolitana de Vitória e uma em São Mateus, no norte do Espírito Santo. De acordo com o editor-chefe do periódico, Andre Hees de Carvalho²⁰, as quatro ações da Grande Vitória tinham o mesmo texto, dado que indicava, segundo ele, haver “uma ação orquestrada para incitar a abertura de ações para intimidar e inibir” o trabalho jornalístico.

As ações judiciais, segundo *A Gazeta*, foram incitadas por duas mensagens de WhatsApp, uma de texto e outra de áudio (esta ainda apresentava um e-mail e um número de telefone de contato para quem se interessasse em processar o jornal), que conclamavam os militares a acionarem a Justiça por meio de ações individuais. A título de contextualização, trechos dessas mensagens (que foram veiculadas pelo jornal) são reproduzidos na sequência:

Frente as inúmeras notícias tendenciosas com fulcro em deturpar luta digna e legítima de nossa nobre e valerosa categoria, o grupo A Gazeta tem veiculado matérias que em muitas vezes são baseadas em falsos dados [...] Como ponto culminante da tentativa maquiavélica foi então publicado imagem tipo charge onde policial militar é transvestido de bandido (trecho da mensagem do texto escrito, **A Gazeta**, 22 mar. 2017).

A mensagem de áudio reforça: “Para que ela (a ação) ganhe força, legitimidade e poder, é necessário que os policiais militares entrem com a causa. [...] Quanto maior for o número de adeptos, maior será a chance de vitória” (trecho da mensagem de áudio, **A Gazeta**, 22 mar. 2017).

A polêmica instaurada levou o desenhista a optar pela cautela (uma autocensura?). Amarildo retirou a charge veiculada em seu blog, como comprova a imagem que lista os desenhos produzidos e publicados pelo cartunista dia a dia em sua página na internet. Vemos claramente que entre as charges postadas do dia 16 a 21 de fevereiro de 2017 há uma falha: a que deveria constar do dia 18 foi suprimida.

¹⁹ Fonte: A GAZETA é alvo de ações de policiais na Justiça. Notícias. Cidades. **Gazeta online**. 22 mar. 2017. Disponível em: <<http://beta.gazetaonline.com.br/noticias/cidades/2017/03/a-gazeta-e-alvo-de-acoes-de-policiais-na-justica-1014036473.html>>. Acesso em: 3 ago. 2017.

²⁰ SILVA, J. Jornal do Espírito Santo sofre ações em série após charge sobre a PM. **Folha de S.Paulo**. 23 fev. 2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/03/1868952-jornal-do-espírito-santo-sofre-acoes-em-serie-apos-charge-sobre-a-pm.shtml>>. Acesso em: 3 ago. 2017.

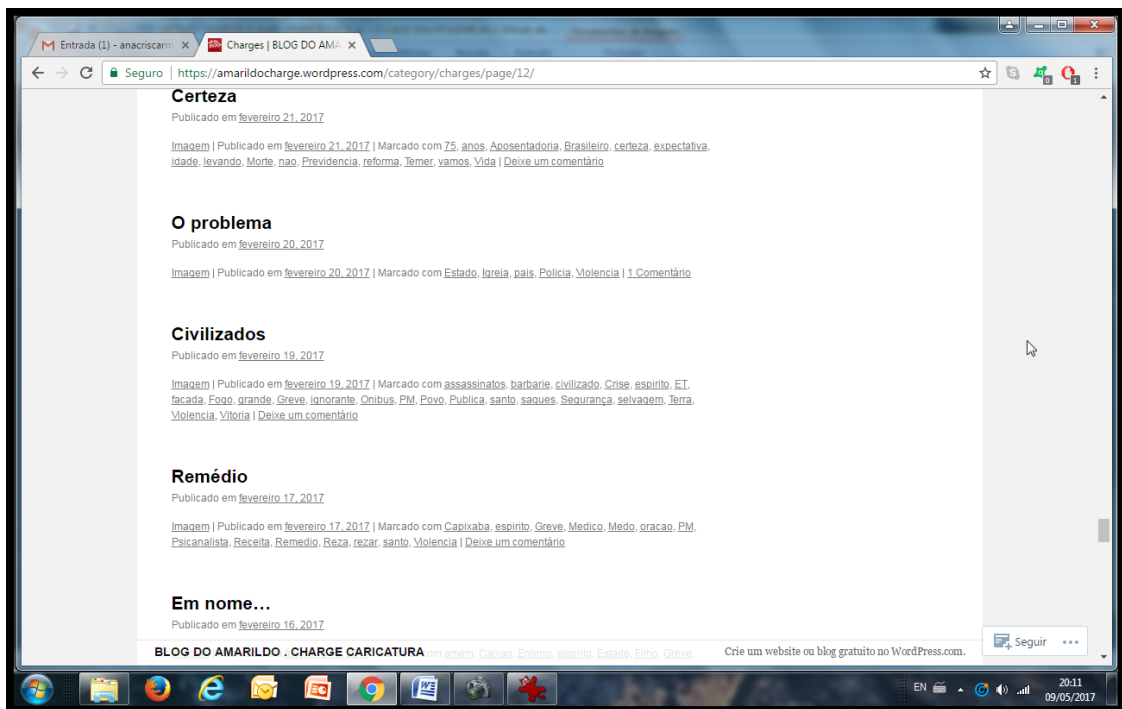


Figura 2 – Print da tela do Blog do Amarildo

Fonte: BLOG do Amarildo, charge caricatura. Disponível em:

<<https://amarildocharge.wordpress.com/category/charges/page/12/>>. Acesso em: 3 ago. 2017.

Partindo dessas considerações, há alguns pontos a serem observados. Um deles é entender a raiz e sua possível relação com a ética e os limites do humor ou, ainda, do jornalismo. Outro ponto é analisar elementos do ambiente que podem contribuir para a repercussão da polêmica. São estes os objetivos delineados neste artigo.

Com vistas a contribuir com as discussões sobre a dimensão ética da linguagem, partimos da hipótese de que o desdobramento da polêmica está ligado a diversos fatores (caso do gênero discursivo e suporte em que é veiculado e dos campos envolvidos) que se imbricam e ressaltam aspectos morais da linguagem, o que permite a relativização do enunciado enquanto virtuoso/não virtuoso, decente/não decente.

Alguns conceitos vistos à luz da Análise do Discurso nortearão a análise empreendida neste texto. Os dois primeiros são os de polêmica e limites do humor, lidos especialmente a partir do trabalho de Possenti (2013). Também se faz necessário o destaque para o fato de que humor sempre foi avaliado de forma distinta ao longo de sua história. O terceiro conceito é o de dimensão ética da linguagem, discutido por Paveau (2015), com base no que a autora chama de “virtude discursiva”. Estabelecidas e

discutidas tais noções, partimos, então, para o exame da polêmica e de seus desdobramentos.

A raiz da polêmica e sua possível relação com (os limites d) o humor e a ética

Entendida comumente como debate “em torno de questão que suscita divergências” (HOUAISS, 2001), a polêmica pode provocar disputas entre grupos, causar controvérsias entre diferentes campos discursivos²¹. Na Análise do Discurso, uma das possibilidades teóricas de estudo de polêmicas, como destaca Possenti (2013), seria a proposta por Maingueneau (1984), a partir dos conceitos de interdiscurso e interincompreensão:

a) o interdiscurso precede o discurso, o que significa que cada posicionamento implica um posicionamento contrário, cuja semântica é inaceitável. Logo, entre discursos há uma relação polêmica inevitável – cujo desenlace não depende, inclusive, como eventualmente se imagina, da competência ou da boa vontade dos debatedores; b) a relação polêmica produz uma interincompreensão, ou seja, tem como efeito que nenhum discurso “lê” o outro como tal, mas apenas a partir de sua própria semântica. Por exemplo, uma “ida à rua” é lida como manifestação ou protesto por um grupo (que a ela adere) e como “desordem” por adversários (a leitura do adversário é sempre um simulacro daquela de cada discurso). (POSSENTI, 2013, p. 350-351)

Tomando como base tais pressupostos para refletir sobre as polêmicas instauradas no que diz respeito aos limites do humor, Possenti (2013) propõe que uma das possibilidades de análise desse tipo de polêmica, seria examiná-la levando-se em conta dois semas básicos (e seus respectivos simulacros), os quais caracterizariam dois modos ver: a posição de que o “humor deve ser livre” apresentaria como sema fundamental a /liberdade/; em oposição, o posicionamento de que o “humor deve ter limites” traria o sema /limite/.

²¹ Desenvolvida por Maingueneau (2005), a noção de campo discursivo é caracterizada no interior de um universo e no qual o analista pode isolar espaços discursivos em que analisa relações entre discursos. Segundo o autor, “no conjunto dos discursos que interagem em uma dada conjuntura, o analista do discurso é levado a recortar campos discursivos, em que um conjunto de formações discursivas (ou de posicionamentos) estão em relação de concorrência” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 91)

Além disso, o autor destaca que:

os defensores da LIBERDADE leem qualquer argumento que proponha qualquer restrição ao discurso não como limite (o sema do adversário), mas como CENSURA (um simulacro de limite, um sema recusado). Os defensores do limite leem o sema fundamental do outro discurso não como liberdade, mas como ABUSO (que se materializa como “desrespeito”, “grosseria”, “falta de educação”, “falta de sensibilidade” etc.). (POSSENTI, 2013, p. 251)

Desse modo, nas palavras de Possenti (2013, p. 252), estariam em questão sempre dois discursos: “o da **liberdade** (direito de falar o que se quiser, mesmo que se trate de discursos agressivos) e o do **limite** (deve haver limites, podendo-se punir quem os ultrapasse)”. A tese defendida por Possenti nos leva a refletir sobre o caso da charge citada no início deste texto. O texto provocou reações diversas.

De um lado, policiais contestam o desenho, demonstrando que houve desrespeito (seria falta de limite na produção de humor?) e que por isso deve haver punição, justificando a ação movida contra o jornal. De outro, independentemente da forma como o humor presente no enunciado foi lido, seu enunciador é um humorista profissional – Amarildo, como dito, trabalha há 30 anos em *A Gazeta* como chargista –, o que lhe permite defender-se como tal. Daí sentir-se livre para produzir o que quiser. É o que podemos conferir nos trechos que seguem:

No mundo real, o ‘bandido’ é o arquirrival da polícia, é o seu maior empecilho no mundo do crime, de modo que a fantasia de polícia para ‘bandido’ é uma desmoralização a toda a Corporação, doutra banda, fantasia de ‘bandido’ para policial é uma ofensa sem precedentes contra aquele que jurou defender a sociedade do ‘bandido’ (trecho de uma das ações, **A Gazeta**, 22 mar. 2017)

A charge foi ambientada no carnaval. Tem um título grande: ‘Carnaval 2017’. O humor é da natureza das charges e cartuns. Eles não devem ser interpretados literalmente [...]

Como era carnaval, pensei em não fazer uma charge crítica, mas sim uma brincadeira de carnaval, que seria o encontro inusitado de um policial fantasiado de bandido e um bandido fantasiado de policial [...]

Nas representações de teatro, TV, cinema etc, quando aparece algum policial cometendo crime, eles estão dizendo que todos os policiais são criminosos? Claro que não (trechos de comentários de Amarildo, **A Gazeta**, 22 mar. 2017)

A propósito, quando a questão é humor (ou riso), é preciso destacar que o tema sempre dividiu opiniões quanto à sua expressão e função. Em resumo sobre como o riso foi entendido e apreciado por diferentes pensadores, ao longo da história, Skinner (2002) registra que é possível depreender tanto pontos de vista positivos quanto negativos. No primeiro caso, o fenômeno é tido como “expressão pura de alegria e prazer”, elemento leve da vida (p. 65); algo digno de ser encorajado (mesmo como expressão de escárnio) para reprovos vícios; forma de preservar a saúde (discurso médico, baseado na teoria dos humores), de evitar a melancolia; enfim, um meio de ser civilizado.

Já no segundo caso, o riso é tido como objeto de reprovação; logo, algo que deve ser evitado. As razões para isso são várias: escarnecer dos outros (em especial das fraquezas alheias, dos defeitos naturais que não podem ser corrigidos) é algo indigno, sinal de pusilanimidade; zombar em demasia é agir de forma ilícita; rir é antissocial, deselegante, grosseiro (tanto no sentido de incivilidade quanto de indelicadeza), indecoroso, “é algo baixo e inconveniente” (p. 74).

Tais considerações são, de certa forma, reforçadas por Minois (2003, p. 15-16), para quem o riso abriga mistério:

Alternadamente agressivo, sarcástico, escarneador, amigável, sardônico, angélico, tomando as formas da ironia, do humor, do burlesco, do grotesco, ele é multiforme, ambivalente, ambíguo. Pode expressar tanto a alegria pura quanto o triunfo maldoso, o orgulho ou a simpatia. É isso que faz sua riqueza e fascinação, ou às vezes, seu caráter inquietante [...]

Para citarmos um exemplo a mais, é preciso considerar os pressupostos de Cícero²² na arte da oratória. Segundo o autor, o uso do humor (ou ridículo, termo também empregado pelo autor) nos discursos públicos da antiguidade consiste em um recurso importante, já que pode tornar o auditório benevolente, produzir surpresa agradável, enfraquecer o adversário e amenizar a severidade e a tristeza. A contraparte também deve ser considerada, desse modo, para o cônsul, se o humor for malicioso,

²² Citemos aqui o capítulo que Cícero dedica ao riso e ao risível, que consta do segundo livro do **De Oratore** (55 a.C), uma das principais fontes dos estudos sobre humor (cf. CÍCERO, 2002).

cruel com as deficiências alheias e não sopesar o alvo da zombaria, o auditório e as circunstâncias do discurso, acaba sendo desfavorável.

Ainda conforme Cícero (1991), o bom orador deve respeitar os amigos, as autoridades e se resguardar de confrontos que possam trazer consequências graves. Para isso, alerta que o humor (riso ou risível) não deve ser utilizado de forma ilimitada. Trata-se de um expediente que precisa ser ajustado à situação, à causa e ao auditório (público). Sendo assim, é importante que o orador não ataque as pessoas que são caras aos ouvintes e que restrinja o uso do ridículo aos assuntos que não despertam intensa rejeição ou grande piedade. Como se vê, Cícero (1991, 2002) defende que o humor seja praticado dentro de determinados limites de respeitabilidade. Nesse sentido, verifica-se que, já na antiguidade, parece haver uma preocupação com uma medida para o uso do risível ou um uso que se poderia entender como mais adequado (ajustado) a certo contexto.

Segundo registram Carmelino e Ferraz (2017, no prelo), em seu último tratado, *De officiis*, Cícero (1913) retoma brevemente a questão do uso adequado do humor. Em meio à síntese das virtudes cívicas e morais que devem ser cultivadas (no caso, pelo cidadão romano), o autor aborda os dois tipos de gracejo possíveis: o primeiro, impróprio para o homem livre, já que se mostra petulante, infame e obsceno; o segundo, que expressa a jovialidade das pessoas bem-educadas, seria elegante, polido, engenhoso e engraçado.

Ao retomarmos a charge em questão, analisando-a sob a ótica dos pressupostos ciceronianos, poderíamos dizer que a brincadeira de Amarildo não tenha sopesado o alvo da zombaria: a categoria dos policiais militares. Esta se sentiu desrespeitada; dado que gerou o confronto. Logo, podemos interpretar que, aos olhos dos que se sentiram ridicularizados e humilhados, o humor não foi praticado dentro de certos limites de respeitabilidade, sendo, portanto, visto como petulante e infame. Mais ainda: não foi ajustado à situação e à causa. É o que mostram os fragmentos que seguem

O momento era de extrema sensibilidade. A polícia estava num momento difícil. Tinha parte da população que apoiava o movimento e outra que não, e veio essa charge, que os colocou em papel de bandido, de comparação mesmo (trecho da fala de Neiva Costa de Farias, advogada dos policiais que moveram a ação, **A Gazeta**, 22 mar. 2017).

A inadequação da produção humorística ao momento histórico também foi observada pelo próprio chargista:

Amarildo se disse surpreso com a reação negativa de parte da categoria dos policiais militares. “Acho que há um desgaste pelo que eles estão passando, a pressão grande. Acho que nunca aconteceu um momento tão crítico tanto para o Estado quanto para eles, os ânimos estavam exaltados, alguém pode ter visto dessa maneira. Acho que esse momento levou à interpretação equivocada por parte deles”, avaliou (trechos da fala de Amarildo, **A Gazeta**, 22 mar. 2017)

É preciso salientar, no entanto, que, no caso do humor, não é tão simples delimitar o que de fato causa uma polêmica. Desse modo, o que se diz aqui não pode ser interpretado como uma fórmula para identificar possíveis polêmicas e/ou motivos que as tenham gerado. Imbricadas às questões impostas pelo interdiscurso e pela interincompreensão, vários aspectos indicam que as motivações para o caso da charge de Amarildo tomar uma proporção polêmica estejam ligadas também ao que Paveau (2015) chama de dimensão ética da linguagem.

A charge (e a repercussão de sua publicação) nos leva a observá-la como um enunciado cuja dimensão ética é relativizada, visto que as manifestações e ações judiciais estão postas no sentido de questionar a decência discursiva (PAVEAU, 2015) do enunciado em questão, interpretando-o como injúria contra os policiais. Importa, pois, para compreender em que e por que se relativiza o que se diz na charge, a noção de “virtude discursiva”.

É para responder a questões como “haverá bons enunciados no sentido moral do termo?”; “o que é então um enunciado passível de receber um juízo de valor moral” e “como o valor moral se manifesta linguisticamente falando?” (PAVEAU, 2015, p. 24), que a autora propõe a noção:

Defino a *virtude discursiva* como uma disposição do agente-falante para produzir enunciados ajustados aos valores subjacentes às inter-relações dos agentes, a maneira de dizer o estado das coisas e o modo de integrar-se na memória discursiva na qual se tecem os discursos de uma sociedade, em dado estado de sua história (PAVEAU, 2015, p. 216).

De fato, não é somente a reclamação sobre o enunciado que deve fazer com que este seja considerado não virtuoso ou indecente. O que podemos indicar é que havia, naquelas determinadas condições de produção, ambiente muito hostil para se fazer humor em torno das questões policiais, visto que estes estavam em greve e a tensão com qualquer coisa que os atingisse seria inevitável.

Sem querer avaliar se se trata ou não de um enunciado virtuoso, se nele podemos dizer que há ou não alguma decência discursiva, o que podemos observar é que se trata, de algum modo, de um enunciado em que os “valores subjacentes às inter-relações” estão em descompasso, o receptor (ou um dos) faz uma percepção negativa da charge a considerando ofensiva. Mas, “onde termina a crítica e onde começa a humilhação, a agressão ou a injúria? A resposta não está nas avaliações individuais, sejam elas dos receptores (argumento da percepção) ou dos falantes (argumento da intenção)” (PAVEAU, 2015, p. 318).

Essa percepção de que a injúria não deve ser avaliada apenas pela percepção individual retorna em alguns trechos do texto de Paveau, que assume que a tendência entre diversas perspectivas (pragmática e interacionista, por exemplo) é centrar na figura do sujeito, enquanto que para ela é necessário pensar na dimensão moral considerando o conjunto dos elementos do ambiente e as formas de ajuste a eles. Nesse sentido, define

discurso *virtuoso* como discurso *ajustado* aos valores vigentes na realidade complexa e instável dos agentes e de seus ambientes. Esse ajuste diz respeito a três elementos: os agentes e suas relações (o que pode ser descrito por meio da noção de decência, extraída de A. Margalit), o mundo (a realidade e suas representações) e o conjunto das produções verbais que constituem a memória discursiva das sociedades (discurso, pré-discursos, linhagens discursivas) (PAVEAU, 2015, p. 214)

Avaliar o conjunto dos elementos do ambiente (como propõe Paveau) está além de uma percepção puramente pessoal do co-enunciador, e buscar a virtude discursiva implica também outros pontos relevantes para compreender a polêmica em torno da charge: as já mencionadas avaliações do humor na história, mas também o que ainda não foi abordado, caso da noção de gênero discursivo e a relevância do suporte (jornal) na comunidade, bem como a relação entre os campos envolvidos. Estes são os elementos

a serem destacados na análise da repercussão da polêmica instaurada pelo enunciado de Amarildo.

Compreendendo a polêmica e seus desdobramentos: materialidade do discurso e elementos do ambiente

a) a polêmica e sua relação com o gênero e o suporte

Retornando à materialidade específica que estabelece o início da repercussão polêmica, isto é, à própria charge, podemos nos concentrar nos sentidos que dela podem surgir, para compreendermos sobre que base semântica se dá a polêmica. Como vimos, a construção da narrativa da charge se dá em três tempos (o primeiro, em que há o encontro entre os dois personagens, em seguida, o momento quando o policial anuncia que está fantasiado de bandido e, por último, quando o bandido fantasiado de policial anuncia o assalto) e os sentidos derivam de uma inversão de papéis sociais dos personagens inseridos num contexto de carnaval: um policial vestido de ladrão e um ladrão vestido de policial.

Nessa cenografia (MAINGUENEAU, 2005)²³, a inversão dos papéis pode ser interpretada mais literalmente: o personagem com roupa de ladrão seria um policial fantasiado, e aquele com roupa de policial seria um bandido. Aparentemente as mensagens que repercutiram a charge de modo polêmico fazem essa leitura, pois se revoltam, sobretudo, com o fato de um policial aparecer vestido de bandido: “como ponto culminante da tentativa maquiavélica foi então publicado imagem tipo charge onde policial militar é transvestido de bandido” (trecho da mensagem de texto que circulou no WhatsApp, **A Gazeta**, 22 mar. 2017). Também no conteúdo das ações na justiça em decorrência da charge, aparentemente essa é leitura que se evidencia. No trecho já citado de uma das ações, temos um exemplo: “o ‘bandido’ é o arquirrival da

²³ Na terminologia de Maingueneau, a cena de enunciação, conceito este que permitiria observar o processo comunicativo a partir de seu interior, organiza-se em três dimensões, entre as quais, a cenografia, instituída pelo próprio discurso, que “é tanto condição, quanto produto da obra” (MAINGUENEAU, 2005, p. 252), engendrando e sendo engendrada pelo discurso, mostrando a sua materialidade específica. As outras duas dimensões são a cena englobante e a cena genérica.

polícia, é o seu maior empecilho no mundo do crime, de modo que a fantasia de polícia para ‘bandido’ é uma desmoralização a toda a Corporação...” (trecho de ação na justiça. **A Gazeta**, 22 mar. 2017).

Outro efeito, porém, que tornaria a charge mais “cruel” para os policiais relevaria de uma interpretação menos literal, sobretudo do último momento da narrativa. Se pensarmos que o policial possa ser de fato um policial e que a palavra “fantasiado” seja metafórica, isto é, que se trataria de um “policial-ladrão”, o efeito da charge seria uma crítica bem mais contundente.

Uma interpretação como essa estaria apoiada, por exemplo, em estereótipos negativos do policial que circulam em nossa sociedade. Alguns deles mostram policiais corruptos, indolentes, violentos etc. Entramos, assim, no espaço da memória e passamos a interpretar a charge integradamente, de modo que:

O não languageiro está então *no* languageiro, que é uma “junção” entre “matérias” diversas, entre as quais a matéria languageira postulada classicamente pela definição saussuriana da linguística. O não languageiro não é, como implica maioria das concepções de contexto, o cenário ou pano de fundo do languageiro, mas realmente uma dimensão deste (PAVEAU, 2016, p. 194).

Retornamos à noção de virtude e aos ajustes (e desajustes) em relação à memória discursiva. Seria, portanto, uma memória discursiva²⁴ em torno da figura social do policial que importaria para que a dimensão ética da linguagem e o limite do discurso humorístico fossem postos em realce, pois as mensagens que incitam as ações na justiça não fazem senão questionar a ética do veículo de imprensa e do autor da charge, sugerindo que se trata de “dano a moral”.

Ao questionar a charge, porém, ressaltam-se imagens tanto positivas quanto negativas dos policiais, acentuando-se discursos antagônicos em torno do papel social desses servidores e revelando estereótipos. Ao enunciar, na mensagem de texto no WhatsApp, “nobre e valorosa categoria”, com o uso dos dois adjetivos, sugere-se uma imagem positiva, ao mesmo tempo em que polifonicamente acaba por invocar as

²⁴ Como formulada no interior da AD francesa, principalmente no trabalho de Courtine (2009), cuja especificidade está na detecção de traços memoriais (repetição, esquecimento, reformulação) na materialidade discursiva.

imagens negativas da corporação e dos policiais. Ao ignorar a cenografia carnavalesca da charge imposta pelo seu título e pelos confetes e serpentinas que compõem o cenário, situação em que as brincadeiras de travestimento são absolutamente normais, a mensagem ressalta uma rigidez de seu enunciador que vê na charge apenas uma função derrisória, cujos estereótipos negativos dos policiais, mais evidentes se fazemos uma leitura menos literal do texto, acabam por aparecer.

Mas os ajustes (ou desajustes) em relação à memória também se impõem ao languageiro por intermédio dos pré-discursos, compreendidos como “um conjunto de quadros pré-discursivos coletivos” (PAVEAU, 2013, p. 130) que orientam a interpretação dos sentidos dos discursos, essencialmente em torno do momento histórico imediato da enunciação marcado pelo movimento grevista dos policiais. A memória, compreendida também como “cognitivo-discursiva”, isto é, como “uma tecnologia discursiva ao mesmo tempo interna (memória humana) e externa (instrumentos linguísticos e discursivos, mas também vestígios materiais da memória no conjunto do ambiente)” (PAVEAU, 2015, p. 234), das manifestações oriundas da greve, como a das esposas se organizando diante de quartéis e batalhões corporação se incorpora ao languageiro e se impõe como um quadro para a interpretação da charge que somente pode ser engendrada como crítica ao movimento grevista naquele momento histórico específico.

Nesse “desajuste” ainda interferem questões próprias do campo humorístico, que incidem tanto na relação entre agentes quanto na representação do mundo. No humor, vários gêneros discursivos são anônimos, caso das piadas, por exemplo, mas há uma série de gêneros que são autorais, caso das tiras cômicas, charges e outros. Esse aspecto, que não pode ser visto como um mero detalhe, impõe-se fortemente no caso da charge e contribui para que este gênero seja realçado como “de opinião”.

No humor, e em especial no humor gráfico, o prestígio da autoria encontra na charge e na tira cômica gêneros bastante importantes, visto que são publicados tradicionalmente por veículos (os jornais) que tanto têm grande circulação quanto reconhecimento público. No caso da charge, este prestígio é ainda elevado pelo lugar que ocupa no suporte que a publica: tradicionalmente a segunda página do jornal, espaço configurado por colunas de opinião e editoriais.

Na cena genérica²⁵, a charge, ao compartilhar com textos de opinião o espaço da segunda página no suporte reservado à sua publicação, incorpora à imagem do humorista a de um autor de textos também de opinião. Além disso, ao associar-se tanto ao espaço de opinião quanto fortemente ao próprio suporte jornal, pode-se reivindicar à charge uma filiação a outro campo, o jornalístico. Estaríamos, então, lidando com um gênero tipicamente do humor, mas cuja sobrevivência depende de outro campo discursivo.

Aqui temos um problema para o desajuste na relação ética entre os agentes, pois se se considera a charge um gênero mais do campo humorístico, a tendência a considerá-la um texto antiético seria menor, dada a “permissão” histórica do humor em tratar de temas controversos e tabus. Por outro lado, se se considera como um gênero jornalístico, a tendência é que o desajuste se evidencie. É o que parece ter ocorrido, visto que na mensagem que repercute a charge de modo polêmico não há qualquer menção ao humorismo, isto é, ela teria sido interpretada mais como um texto jornalístico que como um texto de humor.

b) a polêmica sua relação entre os campos envolvidos

Desdobrando-se pelos diversos campos, a polêmica insere-se também no jurídico, visto que as ações impetradas por policiais fizeram com que houvesse manifestação de atores desse campo, como advogados e juízes. Aqui a discussão passa para o nível das responsabilidades imputadas a um autor de um enunciado particular. Das cinco ações judiciais por dano moral citadas pela notícia de *A Gazeta*, quatro delas pedem, por meio de liminar, a retirada da charge de todos os meios de comunicação da Rede Gazeta. A negação de todos os pedidos de liminar produz importante material para compreender a polêmica repercutida no campo jurídico.

As decisões judiciais negativas²⁶ sobre os pedidos de liminar baseiam-se na análise do conteúdo da charge, como se pode observar no seguinte trecho:

²⁵ Essa outra dimensão da cena de enunciação é definida pelos gêneros dos discursos particulares e está associada a diversas características, como ter uma finalidade, inscrever-se numa temporalidade, supor papéis para os parceiros (cf. MAINGUENEAU, 2015, p. 121).

²⁶ Ou ao menos os trechos das decisões a que tivemos acesso por meio da imprensa.

Em uma das liminares negadas, o juiz Alexandre de Oliveira Borgo, da Serra, justificou a negativa: “Verifico que a charge demonstra um contexto de carnaval, uma data comemorativa em que as pessoas se fantasiam de determinados personagens reais e da ficção”. E completa: “Desta forma, aparentemente não vislumbro em cognição sumária qualquer ofensa direta à dignidade do autor nem à categoria dos policiais, eis que a charge não se dirige diretamente ao autor nem à categoria mas apenas relata uma situação cotidiana e se refere especificamente a dois personagens específicos e fictícios e em período de carnaval” (**A Gazeta**, 22 mar. 2017)

Já o posicionamento de outros atores do campo jurídico, como representantes da OAB, por exemplo, baseia-se, sobretudo, na tese da liberdade de imprensa:

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-ES), Homero Mafra, defendeu o papel da imprensa e criticou a incitação à abertura de ações judiciais para tentar intimidá-la: “Quando você parte para esse tipo de ação, você parte para intimidar a imprensa” (**A Gazeta**, 22 mar. 2017).

“O uso de ações como tentativa de intimidar a imprensa representa uma visão equivocada do papel do jornalismo numa sociedade livre. Na verdade, as pessoas não estão incomodadas com o que a notícia pode trazer. Elas querem impedir que a notícia ou a charge ocorra”, afirmou presidente da Ordem (**A Gazeta**, 22 mar. 2017).

Com esses trechos, observa-se que a argumentação jurídica em torno do dano moral que a charge poderia ter causado tende a relacionar o gênero com o campo jornalístico. O que se julga é a postura ética de um autor jornalista. Assim, embora sendo a charge um gênero tendencialmente humorístico e que pode veicular uma notícia de forma ácida, diante da argumentação no campo jurídico, seja acusatória ou de defesa, outra possível leitura que se impõe sobre o caso da charge é que a raiz da polêmica instaurada por ela esteja relacionada aos limites do jornalismo e da imprensa, não somente do humor.

Essa tendência argumentativa, que sustentaria essa outra possível leitura, também está presente no desdobramento pelo campo jornalístico. Muitos foram os veículos de imprensa que repercutiram o caso das ações contra a o jornal *A Gazeta* e vários deles veiculam falas de representantes de associações jornalísticas:

“Recorrer à Justiça é um direito constitucional assegurado a todos. Mas a ação coordenada contra determinada publicação jornalística pode ganhar contornos de assédio judicial”, afirmam a Abert, Aner e a ANJ na nota conjunta²⁷.

A palavra “humor” só aparece mesmo na fala do próprio Amarildo, quando este diz que a ideia era brincar com o período de festas: “a charge foi ambientada no carnaval. Tem um título grande: ‘Carnaval 2017’. O humor é da natureza das charges e cartuns. Eles não devem ser interpretados literalmente” (**A Gazeta**, 22 mar. 2017). O autor acaba ainda, mesmo que indiretamente, relacionando o humor com outros campos que trabalham tradicionalmente com a ficção: “Nas representações de teatro, TV, cinema etc., quando aparece algum policial cometendo crime, eles estão dizendo que todos os policiais são criminosos? Claro que não” (**A Gazeta**, 22 mar. 2017).

Interessante é que o modo de captação de clientes por meio de mensagem de WhatsApp acabou por se manifestar num quadro anti-ético²⁸, revelando um funcionamento típico do campo jurídico, cujas regras para conduta moral incidem diretamente no modo como uma mensagem pode ou não ser veiculada, revelando a importância do campo na conduta moral linguageira de seus atores. No caso da charge, isso se põe de modo peculiar, pois a discussão da responsabilidade não parece estar diretamente ligada ao funcionamento do campo humorístico, mas ao campo jornalístico e os limites do humor acabam sendo postos em segundo plano.

Em se considerando essa leitura e retomando a hipótese de Possenti sobre a teoria da polêmica, poderíamos dizer que os semas /limite/ e /liberdade/, no caso da charge, também podem ser vistos em torno da /liberdade/ de imprensa e do /limite/ ao jornalismo.

Considerações finais

²⁷ HUPSEL FILHO, V. Associações refutam ações contra Jornal A Gazeta. **O Estado de São Paulo**. 22 mar. 2017. Disponível em <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,associacoes-refutam-acoes-contrajornal-agazeta,70001710039>>. Acesso em: 3 ago. 2017.

²⁸ Segundo a notícia de *A Gazeta*, a seccional capixaba da OAB abriu processo ético contra um advogado por captação irregular de clientes no caso das ações movidas em decorrência da charge.

O caso analisado neste artigo é apenas um diminuto exemplo no meio das tantas polêmicas envolvendo o humor (ou humoristas) e, conseqüentemente, o jornalismo no Brasil e no mundo. Basta que relembremos o que ocorreu com a revista francesa *Charlie Hebdo*, cujos jornalistas que ali trabalhavam foram vítimas (muitas delas fatais) de atentado terrorista.

No Brasil, outros vários casos envolvendo humoristas acabaram na justiça, inclusive com condenações. Em um deles, o apresentador e humorista Danilo Gentili²⁹ fez piada com uma doadora de leite materno, fazendo comparações bastante agressivas. O caso, levado à justiça, lhe rendeu condenação³⁰. Outro caso recente é o do chargista Osmani Simanca que, em nota³¹ publicada por ele, diz que vinha sofrendo censura e que não podia tematizar certos casos e personagens políticos, no jornal *A Tarde*, da Bahia, veículo de onde acabou sendo demitido.

Esses exemplos somente reforçam que o humor e o jornalismo estão sempre lidando com o limite(s) da ética e muitas vezes o ultrapassam. No caso da charge que exploramos neste artigo, esperamos que as análises tenham mostrado que os desajustes entre enunciador e co-enunciador não são apenas impulsionados pelo que se diz no texto, mas envolvem diversos fatores, como uma conjuntura específica, um conjunto de características do enunciado e um conjunto de implicações do texto em relação ao campo.

Ao tentarmos entender a raiz da polêmica, verificamos que mais de uma leitura permite explicá-la. Se o enunciado for analisado pela ótica do campo do humor – tendo em vista que se trata de um gênero tendencialmente humorístico, publicado em página destinada a ele no jornal *A Gazeta* e que seu produtor (Amarildo) é cartunista –, pode-se

²⁹ O humorista parece mesmo gostar de se envolver em polêmicas. Recentemente foi protagonista de episódio controverso envolvendo uma deputada (Maria do Rosário) que havia lhe enviado notificação. Gentili rasgou-a e gravou um vídeo bastante grosseiro em que passa o conteúdo da notificação em suas partes íntimas e remete o envelope de volta à deputada.

³⁰ JUSTIÇA condena Danilo Gentili a pagar R\$ 200 mil a doadora de leite. **G1**. Notícia. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pe/pe-noticias/noticia/2016/04/justica-condena-danilo-gentili-pagar-r-200-mil-doadora-de-leite.html>>. Acesso em: 3 ago. 2017.

³¹ CHARGISTA sofre censura e é demitido no jornal "A Tarde". **Conversa Afiada**. Disponível em <<https://www.conversaafiada.com.br/brasil/chargista-sofre-censura-e-e-demitido-no-jornal-a-tarde>>. Acesso em: 3 ago. 2017.

dizer que a disputa está relacionada com a ética e os limites do humor (os PMs não admitem humor/brincadeira com desvios de suas condutas).

Observando, no entanto, a cenografia da charge, pode-se também apreender que a raiz da polêmica instaurada por ela possa ser vista de forma mais restritiva, ligada ao campo jornalístico, uma vez que seu conteúdo foi lido como notícia, causando um impacto mais negativo aos policiais. Nesse sentido, a disputa estaria relacionada com a ética e os limites do jornalismo e da imprensa.

Outros aspectos da polêmica poderiam ter sido abordados, um deles é a posição do autor da charge no campo do humor ou no jornalístico, as polêmicas que suas charges já provocaram, o posicionamento ideológico que seus textos podem revelar e sua relevância enquanto autor nesse(s) campo(s).

Referências

A GAZETA é alvo de ações de policiais na Justiça. Notícias. Cidades. **Gazeta online**. 22 mar. 2017. Disponível em: <<http://beta.gazetaonline.com.br/noticias/cidades/2017/03/a-gazeta-e-alvo-de-aco-es-de-policiais-na-justica-1014036473.html>>. Acesso em: 3 ago. 2017.

AMARILDO. Charge. Opinião. **Gazeta online**. 18 fev. 2017. Disponível em: <<http://beta.gazetaonline.com.br/opinia-o/2017/02/charge-do-amarildo--18-02-2017-1014025896.html>>. Acesso em: 3 ago. 2017.

BORGES, J. Mais de 10% dos PMs do ES são processados pela Polícia Militar. **G 1 – ES**. 17 fev. 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2017/02/pm-diz-que-1151-policiais-resp-ndem-inqueritos-no-es.html>>. Acesso em: 3 ago. 2017.

CARMELINO, A. C.; FERRAZ, L. Sobre o papel do humor na oratória, 2017 (no prelo).

CICERO, M. T. **De officiis**. London: William Heinemann, 1913.

CICERÓN, M. T. **El orador**. Madrid: Alianza Editorial, 1991.

CICERÓN, M. T. **Sobre el orador**. Madrid: Gredos, 2002.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: contexto, 2004.

CHARGISTA sofre censura e é demitido no jornal "A Tarde". **Conversa Afiada**. Disponível em <<https://www.conversaafiada.com.br/brasil/chargista-sofre-censura-e-demitido-no-jornal-a-tarde>>. Acesso em: 3 ago. 2017.

COURTINE, J-J. **Análise do discurso político**. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

GREVE da Polícia Militar acaba em 23 cidades do Espírito Santo. Notícia. **Gazeta online**. 22 fev. 2017. Disponível em: <http://beta.gazetaonline.com.br/noticias/cidades/2017/02/greve-da-policia-militar-acaba-em-23-cidades-do-espírito-santo-diz-governo-1014027524.html>>. Acesso em: 3 ago. 2017.

HOUAISS, A. **Dicionário eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa**. Versão 1.0. Rio de Janeiro: Objetiva Ltda, 2001. (CD- ROM)

HUPSEL FILHO, V. Associações refutam ações contra Jornal A Gazeta. **O Estado de São Paulo**. 22 mar. 2017. Disponível em <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,associacoes-refutam-acoes-contrajornal-a-gazeta,70001710039>>. Acesso em: 3 ago. 2017.

JUSTIÇA condena Danilo Gentili a pagar R\$ 200 mil a doadora de leite. **G1**. Notícia. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2016/04/justica-condena-danilo-gentili-pagar-r-200-mil-doadora-de-leite.html>>. Acesso em: 3 ago. 2017.

MACHADO, V. PMs cobram reajuste, famílias fazem protesto e ES vive caos; entenda. **G1 ES**. 7 fev. 2017. Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2017/02/pms-cobram-reajuste-familias-fazem-protesto-e-es-vive-caos-entenda.html>>. Acesso em: 3 ago. 2017.

MAINGUENEAU, D. **Gênese do discurso**. São Paulo: Parábola, 1984.

_____. **O discurso literário**. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. **Discurso e Análise do Discurso**. São Paulo: Parábola, 2015.

MINOIS, G. **História do riso e do escárnio**. São Paulo: Editora da Unesp, 2003.

PAVEAU, M-A. **Os pré-discursos: sentido, memória, cognição**. Campinas: Pontes, 2013.

_____. **Linguagem e moral: uma ética das virtudes discursivas**. Trad. de Ivone Benedetti. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2015.

PEREIRA, A. A. Por que os Policiais Militares não podem fazer greve? **Jurídico certo**. 14 fev. 2017. Disponível em: <<https://juridicocerto.com/p/andrearnaldopereira/artigos/por-que-os-policiais-militares-nao-podem-fazer-greve-3385>>. Acesso em: 3 ago. 2017.

POSSENTI, S. É um campo, um programa. In: _____. **Humor, língua e discurso**. São Paulo: Contexto, 2010. p. 171-183.

_____. Humor e censura: delimitando um campo? In: AREIAS, L.; PINHEIRO, L. (Orgs.). **De Lisboa para o mundo: ensaios sobre o humor luso-hispânico** (Ebook). Lisboa: LusoSofia, 2013, v. 2, p. 347-361. Disponível em: <<http://pt.calameo.com/read/0018279774e8460344095>>. Acesso em: 3 ago. 2017.

POSSENTI, S.; CARMELINO, A. C. Copa 2014 no Brasil: a logomarca virou piada In: ARANDA, L.; VIEIRA, T. L. **Os sentidos do humor: possibilidades de análise do cômico**. 1 ed. São Paulo: Verona, 2016. p. 117-133.

SILVA, J. Jornal do Espírito Santo sofre ações em série após charge sobre a PM. **Folha de S.Paulo**. 23 fev. 2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/03/1868952-jornal-do-espírito-santo-sofre-acoes-em-serie-apos-charge-sobre-a-pm.shtml>>. Acesso em: 3 ago. 2017.

SKINNER, Q. **Hobbes e a teoria clássica do riso**. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2002.

**VIRTUDE DISCURSIVA E DESTACAMENTO EM ENUNCIADOS POLÊMICOS:
AS DECLARAÇÕES DE TEMER NO DIA INTERNACIONAL DA MULHER**

Érika de MORAES³²

Lafayette Batista MELO³³

Resumo: Investigamos a virtude discursiva a partir dos títulos de notícia que fizeram referência à declaração polêmica do presidente Temer no dia internacional da mulher, com base nos trabalhos de Paveau (2015). Verificamos os destacamentos dos títulos, seus ajustes aos valores morais, suas representações da realidade e sua integração com a memória discursiva. Definimos estratégias de busca com o Google e outras ferramentas de modo a obter resultados mais significativos para a análise. Conclui-se que os títulos, mais ou menos enfaticamente, julgaram os valores da declaração de Temer e que as estratégias de constituição do *corpus* também foram imprescindíveis para identificar suas peculiaridades.

Palavras-chave: Virtude discursiva. Ferramentas de busca. Destacamento. *Corpus*. Títulos.

Abstract: *We investigated the discursive virtue in news headlines that referred to President Temer's controversial statement on International Women's Day, based on the works of Paveau (2015). We verified detachments of titles, their adjustments to moral values, their representations of reality and their integration with discursive memory. We defined search strategies with Google and other tools to get more meaningful results for the analysis. It is concluded that the titles, more or less emphatically, judged the values of the statement of Temer and that the strategies of constitution of the corpus were also essential to identify their peculiarities.*

Palavras-chave: *Discursive virtue. Search tools. Detachment. Corpus. Titles.*

32 Docente vinculada ao Departamento de Ciências Humanas da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (FAAC) da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Campus de Bauru, SP, Brasil. E-mail: erika.moraes@faac.unesp.br

33 Professor da Unidade Acadêmica de Informática e do curso de Letras a Distância do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, IFPB – Campus João Pessoa, PB, Brasil. E-mail: lafagoo@gmail.com

Introdução

Sabe-se que o jornalismo tradicionalmente relaciona o conceito de notícia ao inusitado, àquilo que foge do convencional e, portanto, merece um lugar na mídia por diversas razões, geralmente afetadas por valores-notícia (proximidade, quantidade de pessoas envolvidas, atualidade do tema etc.), mas também por critérios editoriais específicos de cada veículo de comunicação correlacionados a uma *práxis* respaldada em um suposto saber-fazer.

Neste trabalho, buscamos compreender a questão da noticiabilidade, relacionando-a ao conceito de virtude discursiva, segundo Paveau (2015), tendo em vista a hipótese de que são justamente os enunciados “não-virtuosos” aqueles com mais potencial de destaque na mídia.

Segundo a autora, a virtude discursiva “incide sobre todos os enunciados, e não apenas sobre os enunciados morais, ou seja, os que constroem uma crença ou um conhecimento valorável em termos morais” (PAVEAU, 2015, p. 213). De acordo com essa perspectiva, qualquer enunciado é “passível de ser afetado por um valor moral e de ser interrogado em termos de valor discursivo” (PAVEAU, 2015, p. 213). A virtude discursiva implica “uma disposição do agente-falante para produzir enunciados ajustados aos valores subjacentes às inter-relações dos agentes, a maneira de dizer o estado das coisas e o modo de integrar-se na memória discursiva na qual se tecem os discursos de uma sociedade, em dado estado de sua história” (PAVEAU, 2015, p. 216), ou seja, são virtuosos os enunciados “ajustados” de acordo com o estado atual da conjuntura socio-histórica.

Para esta discussão, delimitamos como *corpus* de trabalho notícias relacionadas a enunciados pronunciados pelo presidente Michel Temer por ocasião do dia Internacional da Mulher (08/03/2017), os quais provocaram reações devido, principalmente, a desajustes em relação ao estado atual da História no que se refere ao papel da mulher na sociedade. As formas como as mídias, por sua vez, destacam trechos de tais enunciados, considerados polêmicos, potencializam efeitos de sentido de desajuste.

Sobre virtude discursiva e destacamento

Paveau situa a noção de virtude discursiva entre a ética e a linguística, tomando-a como parte de um grande projeto de “formular a questão ética para a linguística, em especial a linguística do discurso” (2015, p. 211). Para a autora, “é preciso uma teoria das produções discursivas, da ética e das articulações entre ambas; é a esse programa que tentará atender uma teoria da virtude discursiva” (p. 123).

Dentre os conceitos visando a uma ética discursiva, considera central o de virtude discursiva, segundo uma perspectiva de análise moral do discurso (e não uma análise do discurso moral). Conforme essa concepção, o discurso virtuoso é definido como “discurso ajustado aos valores vigentes na realidade complexa e instável dos agentes e de seus ambientes” (PAVEAU, 2015, p. 214). Esse ajuste diz respeito a três elementos: 1. os agentes e suas relações (noção de decência); 2. o mundo (a realidade e suas representações); 3. o conjunto das produções verbais que constituem a memória discursiva das sociedades (discurso, pré-discursos, linhagens discursivas), sendo que esses elementos “formam um sistema ao mesmo tempo discursivo, cognitivo e ético, no qual estão profundamente imbrincados” (PAVEAU, 2015, p. 214).

A autora especifica seu ponto de vista a partir de alguns exemplos:

- Uma frase escrita por um estudante (“O genocídio armênio foi merecido”) não é um discurso virtuoso. Seu efeito é a indignação, pois está desajustada quanto às relações entre os agentes (valor do respeito à pessoa humana) bem como quanto à memória discursiva em torno do tema do genocídio (lexical e semanticamente, as palavras genocídio e merecido não estão em conformidade segundo valores oriundos dos direitos humanos, por exemplo).
- A expressão moda de suicídio, utilizada pelo presidente da France Télécom, está desajustada quanto às relações entre os agentes e à memória discursiva: o termo moda confere ao suicídio um aspecto frívolo e indecente.
- A mentira de Clinton sobre seu relacionamento com uma estagiária da Casa Branca está desajustada com a realidade do mundo.

- A menção BBR no enunciado “jovens de 18 a 22 anos, manequim máximo 40, BBR (*bleu, blanc, rouge*)” não se ajusta com valores de igualdade, criando a inaceitabilidade ética.

A virtude discursiva pode então ser definida como:

uma disposição do agente-falante para produzir enunciados ajustados aos valores subjacentes às inter-relações dos agentes, a maneira de dizer o estado das coisas e o modo de integrar-se na memória discursiva na qual se tecem os discursos de uma sociedade, em dado estado de sua história. (PAVEAU, 2015, p. 216)

Nesse sentido, a concepção dos agentes-falantes é simétrica, implicando um contínuo entre os agentes humanos (produtores diretos da fala) e o conjunto dos elementos do ambiente: “o que está dotado de disposição para a virtude discursiva é o conjunto do ambiente” (PAVEAU, 2015, p. 216).

Paveau ainda propõe um aprofundamento da noção de virtude discursiva com a descrição do que seriam algumas de suas propriedades, como a existência comprovada pelas reações de tipo moral dos discursos. Isso será mostrado em nosso *corpus*, na medida em que os títulos de notícia sobre a declaração de Temer estão todos carregados de algum tipo e grau de reação moral.

A contraparte da virtude discursiva é o agente virtuoso. Um agente discursivo é virtuoso quando sua conduta discursiva se baseia em boas disposições e capacidades, de tal modo que produz enunciados ajustados aos agentes, ao mundo e à trama discursiva. O agente virtuoso é aquele que distingue a virtude e aprende a praticá-la, saberá distinguir os valores em seu ambiente e deles inferir uma prática discursivamente virtuosa. A noção de agente virtuoso não implica o falante “egocentrado”, mas o conjunto dos agentes do ambiente.

Nesse aspecto, a autora em pauta faz ressalvas à noção de responsabilidade enunciativa, tal qual tratada em AD, que lhe parece centrada demais no sujeito da enunciação: “o mundo social e discursivo se tornou complexo demais, tecido por redes múltiplas, simultâneas e às vezes anônimas de produções discursivas, para que a resposta a uma interrogação ética passe apenas pela noção de responsabilidade” (PAVEAU, 2015, p. 221). Consideramos que na internet, sobre cujos enunciados

incidiremos a análise, tal fato é ainda mais acentuado, pois os títulos dos jornais em sites circulam em rede, fora do controle de quem produziu o enunciado, o que uma busca simples no Google pode constatar. Ao colocarmos títulos sobre a declaração de Temer no Google, obtemos enunciados semelhantes ou idênticos, dispersos e várias e diversificadas fontes.

Para a autora, uma questão importante seria como integrar o conceito de discurso virtuoso na metodologia da linguística do discurso. Ou seja, como analisar as marcas do discurso virtuoso. Como se manifestaria a virtude discursiva em discursos, ou mesmo em língua? Haveria marcadores languageiros de eticidade?

Nesse aspecto, refere-se a algumas marcas possíveis para a dimensão moral do discurso:

- arbitrariedade do signo – inscrição da possibilidade da mentira na língua.
- o evidencial – propriedade de certos enunciados que contêm a marca de sua fonte de informação. Possibilitaria que o enunciador mostrasse suas disposições virtuosas, transmitindo “honestidade” (virtude ética, epistêmica e discursiva) por meio da apresentação de sua fonte.
- deformação morfológica das blasfêmias.
- redenominação – o lugar do “não respeito à moral languageira”, por isso avaliado negativamente nos metadiscursos.
- discurso epidíctico (elogio e reprovação) – certas formas discursivas seriam “naturalmente” virtuosas ou não virtuosas porque elaboradas explicitamente com intenção moral e num ambiente moral.

Não se trata de marcas estáveis. Elas só mostram seu potencial ético nos ambientes nos quais aparecem. Manifestam-se no essencial como efeitos dos discursos, detectáveis nos metadiscursos proferidos sobre os enunciados. Esses efeitos podem manifestar-se ou não em marcadores da língua.

Seria [...] possível pensar que a virtude discursiva nada mais é que um discurso sobre a virtude, constituindo nisso não um conceito para a linguística, mas um objeto (como estudamos o discurso sobre as mulheres, sobre o aquecimento do planeta). Mas isso seria negligenciar os efeitos dos metadiscursos sobre os discursos e sobre a língua: os metadiscursos têm efeito naturalizador sobre os discursos, e certos

enunciados, certas expressões ou certas palavras tornam-se de fato virtuosos ou não virtuosos. (PAVEAU, 2015, p. 224)

A noção de virtude discursiva está diretamente ligada às de memória, ajuste e decência. A virtude discursiva manifesta-se nas disposições dos agentes – entendidos como sujeitos históricos – “em relação ao discurso coconstruído no ambiente” (PAVEAU, 2015, p. 226).

As condições atuais de produção do discurso são tais que impulsionam a emersão de frases destacadas. Compreendemos que as noções de destacamento e destacabilidade, tais quais propostas por Maingueneau (2010, 2014), sejam de importância fundamental, uma vez que tratamos dos efeitos morais de sentido produzidos a partir dos “destaques” nos títulos. A ideia do destacamento implica a constatação de que os trechos salientados de um texto correspondem a um posicionamento, podendo até implicar a subversão de seu sentido “original”. Maingueneau (2010, 2014) parte dos destacamentos para mostrar que determinadas frases seriam produzidas com uma convicção diante do mundo, que se apresentam como plenas de sentido para todos, o que o leva ao conceito de aforização.

Embora, em princípio, o destacamento não leve necessariamente à aforização, pode conter marcas de enunciação aforizante. Os estudos de Maingueneau (2010, 2014) direcionam-se para analisar construções verbalizadas como slogans, provérbios, máximas e títulos. Nesse sentido, o destacamento dos enunciados não se dá apenas a partir de sequências destacadas, mas sim a partir de certas condições necessárias e suficientes que permitem sua destacabilidade.

No caso desta pesquisa, os títulos não são necessariamente aforizações, no sentido de serem cristalizados e dirigidos a um público universal como slogans e provérbios, mas enunciações que não são destacadas por natureza, mas destacadas de um texto. Para cada posição discursiva, há uma forma de lidar com a memória, de se ajustar ao momento histórico e aos agentes e de se mostrar decente. Isso se faz, nos títulos das notícias, com enunciados mais ou menos virtuosos discursivamente, escolhendo-se certos aspectos do texto e silenciando outros, utilizando-se de modalizações ou formas agressivas e irônicas e denunciando-se explicitamente ou não que há preconceitos na fala de Temer.

Considerando ainda a dispersão e a falta de controle da produção dos títulos, vemos que não se trata de um repositório definido como “discursos virtuosos nos títulos sobre a declaração de Temer”. Sabemos que os enunciados existem em várias páginas, cada órgão os destaca a seu modo e uma busca simples no Google sobre a “declaração de Temer” pode estar sujeita ao momento para ter certo grau de relevância, bem como pode se submeter a um viés da ferramenta. Portanto, para uma construção do *corpus* de títulos sobre as declarações de Temer, nos aprofundamos em novas estratégias de busca com o Google, bem como usamos outras ferramentas, o que será discutido na próxima seção.

Métodos e estratégias de busca para constituição do *corpus* discursivo

Courtine (2014) diz que o *corpus* discursivo não deve ser considerado como um conjunto fechado de dados que emergiram para o analista do discurso, pois este atua em um procedimento regulado de interrogação dos dados, ao longo de toda a pesquisa. O *corpus* passa a ser composto por textos variados, de diversos gêneros e suportes em torno de determinado tema. É por isso que Maingueneau (2008, 2014) propõe análises a partir do conceito de percurso, no qual os dados circulam intensamente e podem ter suas buscas otimizadas com o uso de ferramentas computacionais específicas, em diversas ordens lexicais ou textuais não pré-formatadas. No caso desta pesquisa, para que possamos fazer a busca de títulos que versem sobre declarações polêmicas, mas compreendendo que não estão isolados e sim associados a maneiras diferentes de serem proliferados (vêm na maioria das vezes de sites de notícia), foi adotado o conceito de percurso, unidade não-tópica do discurso, de acordo com Maingueneau (2008, 2014), e foram feitas adequações para as buscas dos dados deste trabalho com auxílio das seguintes ferramentas:

- Google Search – a ferramenta de busca do Google ou simplesmente Google, com aplicações de estratégias específicas de busca conforme Melo (2014a, 2014b);

- Google Trends – ferramenta que identifica tendências de palavras pesquisadas no Google;
- Linkclump – programa que cria uma função adicional no navegador Chrome para seleção específica de apenas dois elementos apresentados nos resultados de busca: títulos e endereços (URLs) das páginas em que estão os títulos;
- Planilhas do Google Docs – para guardar os dados selecionados com o Linkclump;
- Wordclouds – para gerar nuvens de palavras que estão distribuídas nos títulos. Tais nuvens indicam graficamente que palavras são mais frequentes nos títulos e sua proximidade, separando-as com cores, tamanhos e espessuras diferentes. Os tamanhos e espessuras maiores mostram uma maior frequência das palavras.

Este trabalho fez uma investigação exaustiva da melhor forma que poderia ser usado o Google, considerando metodologias adotadas em outros trabalhos e aprimorando-as para esta pesquisa. Por exemplo, Moraes (2014) trata do jornalismo *online* e pudemos constatar suas peculiaridades e modos de apropriação do que é dado ou relativamente novo em termos discursivos no meio digital. Moraes (2016) aborda a circulação de fórmulas com base no enunciado “Je suis Charlie” e pudemos constatar as diferenças dentro do próprio meio digital quando algo é exposto em um site e em uma rede social. Em Melo (2014a), pudemos constatar como a frase “bandido bom é bandido morto” circula diferentemente em postagens no YouTube, no Facebook e até em resultados de busca do Google. De acordo ainda com Melo (2014b), pudemos verificar como frases que apareceram nas manifestações de junho de 2013 estão distribuídas no Facebook e como o Google nos ajuda a melhor encontrá-las. Em Melo (2017), foi feita uma pesquisa sobre a circulação de títulos de divulgação científica no Facebook, que mostra suas peculiaridades em relação ao modo como são destacados. Todos esses trabalhos forneceram subsídios para o aprimoramento desta pesquisa, mas com total adequação, já que cada artigo pode alertar e contribuir com aspectos diversos.

Estratégias de uso inicial do Google alertaram para modos de usar comandos no Google e obter resultados de pesquisa bem significativos. Por exemplo, o uso de “inurl:bandido” é uma instrução para o Google mostrar apenas resultados que tenham em seu endereço (URL) a palavra “bandido”; o comando “mulher site:www.uol.com.br” diz que a ferramenta deve procurar a palavra “mulher” apenas em páginas do site da

UOL. Há vários outros comandos e suas combinações precisaram ser estudadas para sabermos o que seria mais conveniente para nossa coleta. Também foi necessário testar seções diferentes do Google, como “Imagens” e “Notícias” para comparar e constatar se seriam mais ou tão apropriadas quanto uma busca simplesmente na seção principal do site (www.google.com.br). Nos nossos estudos, tivemos que rever nossas próprias práticas de uso do Google para realizar um conjunto de ações, que estão descritas em detalhes na próxima seção, e que envolvem:

- dirimir o viés das buscas no Google e filtrar melhor as notícias;
- averiguação das tendências de busca na internet;
- registro e manipulação dos títulos e seus respectivos endereços;
- triangulação dos dados com outra ferramenta ou ambiente além dos que temos no Google para identificação dos vieses.

A virtuosidade em títulos de notícias: análises e resultados

No dia internacional da mulher (08/03/2017), o presidente Michel Temer fez um pronunciamento que foi considerado não virtuoso, ou seja, desajustado em relação a valores morais da sociedade atual. Seus enunciados, em outros momentos históricos, produziriam efeitos de sentido diferentes, mas chamaram atenção pela “não virtuosidade” num momento em que os movimentos feministas são bastante fortes no mundo. Virtuosos ou não, é em boa medida através da imprensa que os enunciados chegam ao público, com a característica da “não virtuosidade” já destacada pelo trabalho jornalístico.

Exemplificaremos a questão com algumas matérias da imprensa que se destacam quando o tema é buscado na ferramenta Google sem maiores elaborações na coleta dos dados.

(1)

Política Machismo

Michel Temer e sua “homenagem” no Dia Internacional da Mulher

Fonte: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/michel-temer-e-sua-homenagem-no-dia-internacional-da-mulher>>. Acesso em: 3 ago. 2017

(2)

DISCURSO DE TEMER NO DIA INTERNACIONAL DA MULHER

Temer reduz papel da mulher à casa e é alvo de protestos nas redes sociais

Declarações foram feitas enquanto marchas de mulheres ocorrem no Rio e em São Paulo

Fonte:

<http://brasil.elpais.com/brasil/2017/03/08/politica/1489008097_657541.html>. Acesso em: 3 ago. 2017

Na matéria (1), da Carta Capital, uma revista compreendida como “de esquerda” e não conservadora, o chapéu (espécie de categorizador da notícia em questão) já define o discurso evocado por Temer como “machista”. No título, a palavra “homenagem” é colocada entre aspas como marca de heterogeneidade mostrada (AUTHIER-REVUZ, 1990) de provável ironia, sinalizando que o que foi dito não se trata de uma homenagem de fato.

Na matéria (2), de El País, a linha fina explicita a razão de os enunciados de Temer não terem sido considerados virtuosos: “Temer reduz papel da mulher à casa e é alvo de protestos nas redes sociais”. O verbo “reduzir” é significativo no sentido de mostrar a causa da má recepção dos enunciados de Temer: o fato de ter associado a mulher “somente” ao ambiente doméstico. A segunda linha, por sua vez, é esclarecedora em termos de condições sócio-históricas de produção do enunciado: “Declarações foram feitas enquanto marchas de mulheres ocorrem no Rio e em São Paulo”. Ou seja, num contexto em que mulheres marcham nas ruas, não é aceitável (ajustável à realidade histórica) que o Presidente da República proclame um discurso que as associe somente ao lar.

Pode-se verificar que as matérias (1) e (2) enfocam o discurso de Temer de modos diferentes, quase que opostos entre si, embora ambas o mostrem com valorações negativas. Uma matéria é irônica, fica perto da galhofa, a outra é séria, fria e mais formal. Fizemos uma extensão dessa análise, considerando peculiaridades de como as informações circulam no meio digital e os limites e possibilidades do analista de discurso na coleta de dados.

Como há na internet um conjunto muito grande de informações com títulos de notícias, os quais podem aparecer mais ou menos frequentemente em resultados de

pesquisa do Google, consideramos o papel dos algoritmos da ferramenta de busca e as práticas comuns dos usuários. Isso inclui o analista do discurso, que tem sua própria prática de coleta dos dados. Portanto, investigamos maneiras de diminuir a tendenciosidade nas buscas, ao mesmo tempo que estudamos as melhores formas de pesquisar e gerenciar títulos de notícias, relacionados ao evento discursivo em questão, conforme detalhamos na seção anterior. Para **dirimir o viés e filtrar notícias**, fizemos buscas em vários equipamentos e datas diferentes, e utilizamos o seguinte conjunto de comandos no Google: `allintitle:"temer" "mulher"`. Tal declaração comanda o Google para pesquisar sites que tenham sempre nos títulos e simultaneamente as palavras “temer” e “mulher”. Normalmente, os títulos das páginas são também títulos das notícias e isso foi comprovado em todos os resultados obtidos. Um analista do discurso desavisado poderia procurar este tipo de informação na seção “Notícias” do Google. Contudo, pudemos constatar, conforme a Figura 1, exatamente o contrário, pois apenas o segundo e o sexto item tratam do evento discursivo desta pesquisa. Os demais colocam assuntos como “Ex-mulher de Gilmar Mendes assina parecer de Temer”, certamente porque o algoritmo do Google relaciona apenas as palavras da busca a títulos que também tenham “mulher” e “Temer”, mas sem qualquer relação com o evento descrito.

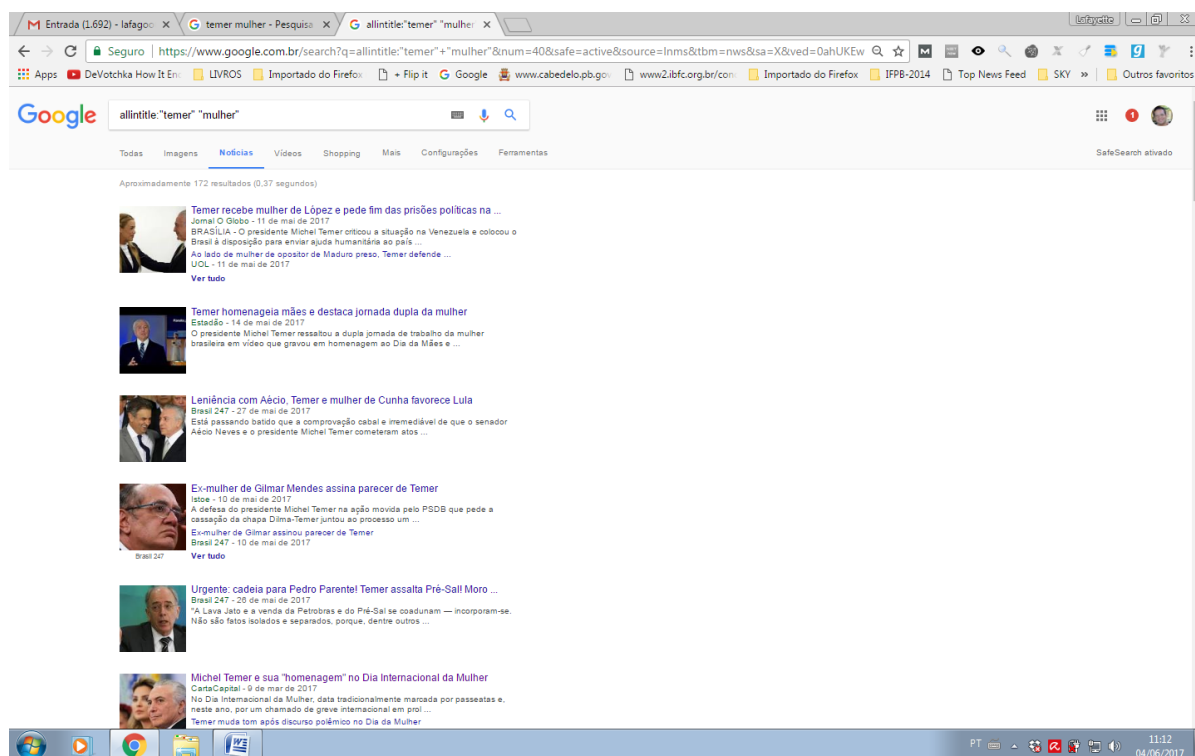


Figura 1 – buscas no Google na seção notícias

Fonte: gerada pelos autores em configuração no <https://www.google.com.br>

A busca na seção geral de entrada foi mais significativa do que qualquer outra, sem ruídos como os mostrados anteriormente, provavelmente pelo fato de o Google ainda elencar o fato ocorrido nesta seção com uma maior relevância. Contudo, fizemos a **averiguação das tendências de busca na internet** para filtrarmos ainda melhor os dados. Isso foi feito com a ferramenta Google Trends (<https://trends.google.com/trends/>). Através dela, constatamos que buscas com “temer” e “mulher” se concentraram mais no período de 26 de fevereiro a 18 de março de 2017, bem como apenas a palavra “mulher”, conforme os picos mostrados na Figura 2. Isso ocorreu tanto pela repercussão da declaração do presidente quanto pelo fato de se estar nas proximidades do Dia Internacional da Mulher. Assim, voltamos para a pesquisa no Google e a configuramos para que nos mostrasse resultados referentes a esse espaço de tempo, de acordo com a Figura 3.

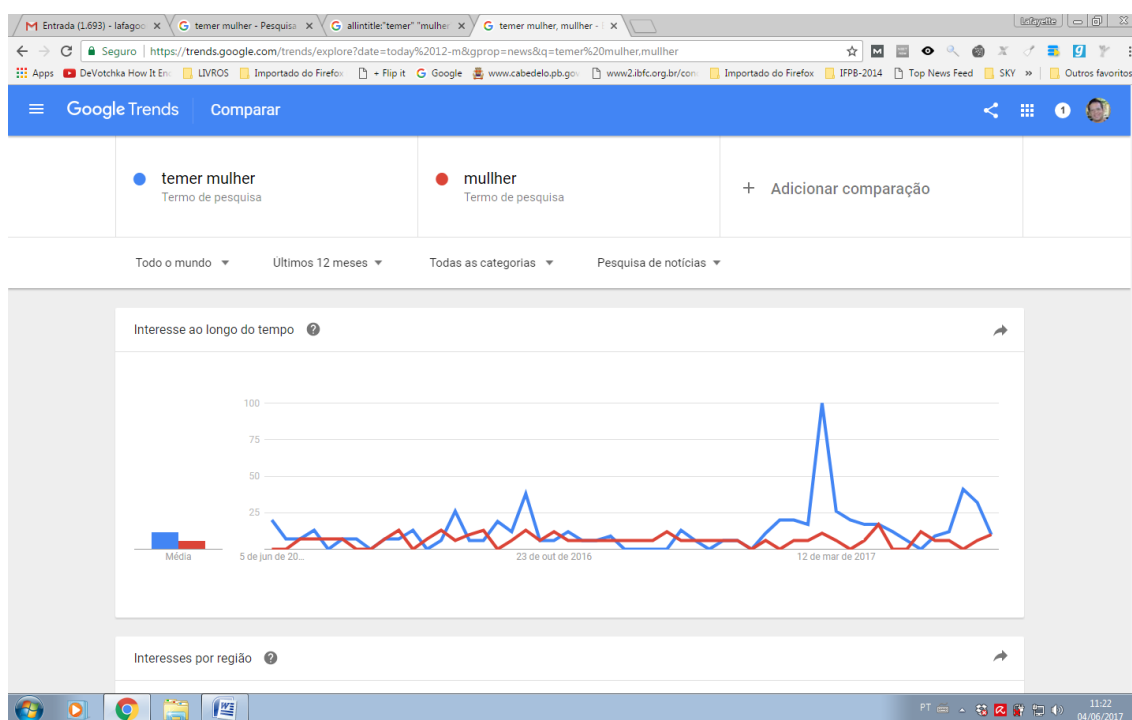


Figura 2 – Tendências no Google Trends

Fonte: gerada pelos autores em configuração no <https://trends.google.com>

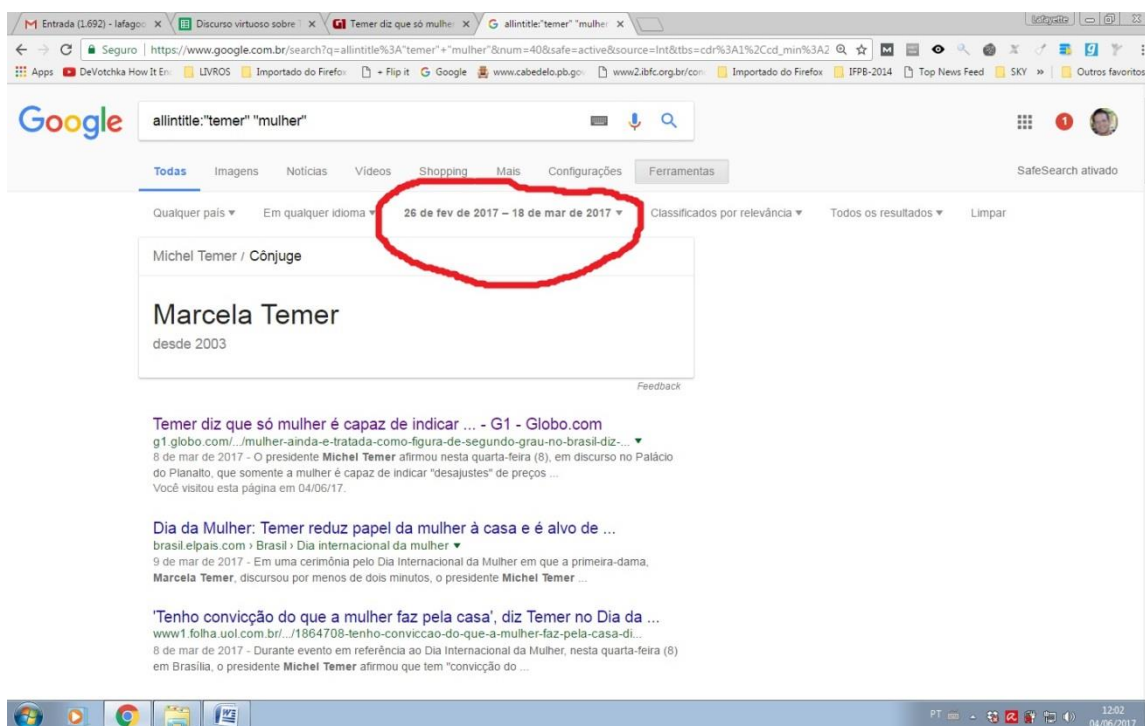


Figura 3 – Referência da pesquisa por títulos no Google
Fonte: gerada pelos autores em configuração no <https://www.google.com.br>

Utilizamos o Linkclump (<https://chrome.google.com/webstore/detail/linkclump/lfpjknckllnfokkpgkbnkbbkmelfefj>) para facilitar no **registro e manipulação dos títulos e seus respectivos endereços** de página. O programa é adicionado ao navegador Chrome e, após sua instalação, pode-se clicar com o botão direito do mouse e arrastar a setinha sobre o resultado de buscas, como mostrado no destaque das linhas em laranja na Figura 4. Após esta ação, basta teclar CTRL+C, ir para a planilha do Google Docs e teclar CTRL+V. Imediatamente, são transportados para a planilha apenas os títulos e seus endereços de site, conforme a Figura 5, o que facilita ao analista guardar, manipular, ir diretamente para as páginas e selecionar apenas os títulos que se deseja para alguma investigação mais aprofundada, como veremos adiante.



Figura 4 – Ação de coleta de títulos nos resultados do Google com o Linkclump
Fonte: gerada pelos autores em configuração no <https://www.google.com.br> e Print Screen

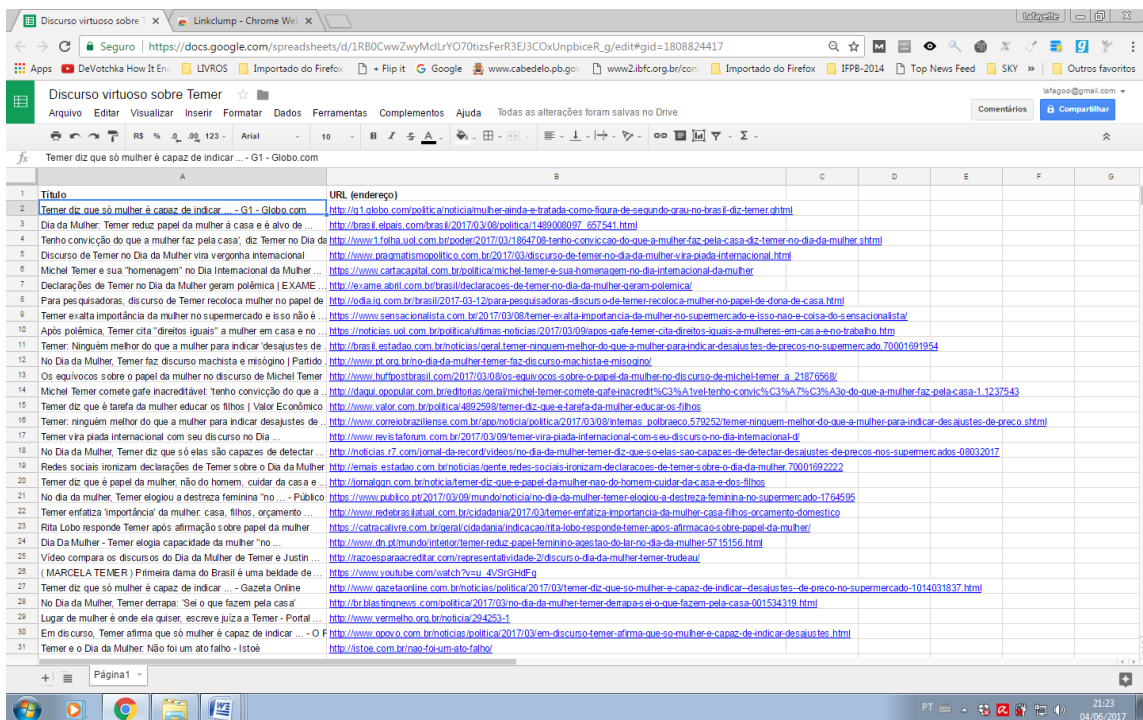


Figura 5 – Registro de títulos e seus endereços em planilha do Google Docs
Fonte: gerada pelos autores em gravação no <https://docs.google.com/spreadsheets>

Verifica-se, na Figura 5, o registro³⁴ de títulos e endereços de notícias na internet lado a lado, de modo que o analista pode ter acesso ao site referente ao título apenas com um clique do mouse. Pode-se vislumbrar também um título logo abaixo do outro, verificando-se simultaneamente a fonte e comparando-o com seus conteúdos. O primeiro resultado é uma notícia do site G1 que, assim como os sites de *El País* e da Carta Capital, relatam as declarações de Michel Temer no dia internacional da mulher. Segundo o site do G1, Temer fala da colaboração da mulher porque “ninguém mais é capaz de indicar os desajustes de preços no supermercado do que a mulher”. O presidente também disse, de acordo com o G1, na comemoração do dia, que, se a sociedade “vai bem”, é porque as pessoas tiveram uma formação adequada em casa, e “isto quem faz não é o homem, quem faz é a mulher”. O site trata de levantamentos do próprio G1 que mostram que as mulheres não são metade dos servidores públicos. Também é citada a pesquisa do Pnad e do IBGE, que mostra que as mulheres trabalham 7,5 horas mais do que os homens, bem como pesquisa da Catho, que avalia que as mulheres ganham menos do que os homens em todos os cargos. Ao citar o cenário econômico, ainda de acordo com o G1, Temer disse que com a retomada do crescimento será possível gerar emprego e, conseqüentemente, o mercado empregará mais mulheres. Ou seja, o site descreve o evento e as falas do presidente, procura respaldo em pesquisas oficiais, relaciona sua declaração com atitudes anteriores (por exemplo, não colocar nenhuma mulher no primeiro escalão do ministério) e mostra opiniões de pessoas a favor e contrárias ao governo, que, respectivamente, defendem ou recriminam Michel Temer. Tudo isso, no caso do G1, encoberto pelo título que aparece em uma página, logo após se clicar no seu título do resultado de busca, com o seguinte formato:

Temer diz que só mulher é capaz de indicar “desajustes” de preço no supermercado

No mesmo discurso, em ato sobre Dia da Mulher, presidente disse que mulher é tratada como ‘figura de segundo grau’ e que, sociedade “vai bem” quando pessoas têm boa formação em casa.

Fonte: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/mulher-ainda-e-tratada-como-figura-de-segundo-grau-no-brasil-diz-temer.ghtml>>. Acesso em: 3 ago. 2017

³⁴ A planilha com os títulos e links dos endereços, mostrada na Figura 6, pode ser acessada pelo link https://docs.google.com/spreadsheets/d/1RB0CwwZwyMclLrYO70tizsFerR3EJ3COxUnpbiceR_g/edit?usp=sharing para maiores considerações ou constatações.

O destaque no título e a ênfase nas aspas colocam em jogo os dizeres do presidente como sendo adequados. Não há condescendência, pois, além dos destaques, a frase trata de um indivíduo que torna exclusivas às mulheres tarefas de quem vai às compras, ao supermercado. O sub-título explica melhor a posição do enunciado, que aspeia termos usados pelo presidente com possibilidades de contradição – um problema no tratamento com as mulheres e o fato de a sociedade ir bem. No texto da reportagem, podem ser vistos posicionamentos que atestam um tom de recriminação antecipado no título, como o fato de o presidente enfatizar a realização de atividades domésticas e cuidados dos filhos sempre pelas mulheres e nunca pelos homens.

É crucial nesta pesquisa ressaltar que todos os títulos, de todos os sites registrados, têm alguma valoração discursiva, sempre em um tom de recriminação, mais ou menos elevado, mais ou menos sóbrio e mais ou menos sarcástico ou informal. O site da Folha, por exemplo, apesar de não acusar o reducionismo do presidente nem aspear termos específicos nem mostrar atitudes contraditórias, deixa uma declaração solta sem qualquer comentário, mas sujeita a problematizações, que são detalhadas no texto da reportagem, assim como descrevemos em relação ao site do G1.

‘Tenho convicção do que a mulher faz pela casa’, diz Temer no Dia da Mulher

Fonte: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/03/1864708-tenho-conviccao-do-que-a-mulher-faz-pela-casa-diz-temer-no-dia-da-mulher.shtml>>. Acesso em: 3 ago. 2017

Aliás, todos os sites ou partem de títulos que já acusam explicitamente o presidente de preconceitos e reducionismos ou deixam destaques de falas soltos, mas sujeitos a questionamentos. Independentemente da linha mais à esquerda ou mais à direita ou mais a favor ou contra o governo, há um tom de valoração discursiva negativa da fala do presidente, considerando-a um discurso não virtuoso, mas em tons diferentes: agressivo, irônico, formal, acusatório, ríspido, frio, informativo, depreciativo etc. O site Pragmatismo Político já carrega no título a fala de Michel Temer como uma “vergonha”. A Carta Capital coloca a palavra “homenagem” às mulheres entre aspas. A revista *Exame* coloca no título apenas que a declaração gerou “polêmica”, embora aspeie no subtítulo a

fala sobre a relação da mulher com o supermercado. O jornal *O Dia* diz no título que pesquisadoras afirmam que Temer recolocou a mulher no papel de dona de casa – ou seja, não assume diretamente posição contrária ao discurso do presidente, mas se utiliza de respaldo do discurso científico para ressaltar um fato que não deveria estar ocorrendo, especialmente assumido pela figura pública de mais alta relevância do país. O site Sensacionalista diz que “Temer exalta importância da mulher no supermercado e isso não é coisa do Sensacionalista” – como o site cria notícias fantasiosas em tom de brincadeira, nesse caso denuncia que a fala do presidente parece brincadeira, mas não é. A revista *Forum* coloca no título que Temer virou piada internacional. *O Estadão* reproduz a fala de Temer que relaciona a mulher com o supermercado. Enfim, sem exceção, os títulos das páginas criticam ou deixam margem para críticas e apreciações negativas da fala presidencial, o que a aponta como um discurso não virtuoso, independentemente do texto completo da notícia. Contudo, se têm uma posição mais clara contra o governo, também têm um tom mais agressivo.

De todo modo, relacionando os textos com os títulos, podemos verificar que, entre si, os títulos são mais determinadamente diferenciados. Há diferença entre os tons dos textos, mas não com a clareza do que ocorre nos títulos. A valoração sobre a virtude discursiva é sempre prevista de início. Em geral, os textos reproduzem as declarações de Temer, falam de levantamentos e pesquisas sobre a participação da mulher na sociedade, expõem opiniões de pessoas contrárias e a favor do governo e relacionam o fato em questão com outros eventos, como se explicitassem uma memória discursiva recente. Por exemplo, além de citarem que o presidente não colocou mulheres no seu primeiro escalão do governo, fazem menção à reportagem intitulada “Bela, recatada e do lar”, feita pela revista *Veja* meses anteriores. Esse modo quase que comum de estruturar os textos mostra que os títulos assumem tanto ou mais uma posição do que o corpo da reportagem. Os títulos são carregados de presunções éticas e morais, mesmo que não se identifique isso de imediato, mas de forma até mais clara do que os textos das notícias. Isso reforça o papel dos títulos em circulação na internet não apenas para consumo, ou seja, leitura de seus usuários, mas também sua importância na produção das notícias. Os enunciadores já antecipam destacamentos das falas ou do evento em si em um direcionamento que lhes é próprio, que identifica suas posições,

com orientações de julgamento da fala do outro – algo que só pudemos constatar com a coleta de todos esses títulos organizados na planilha e comparados com os seus respectivos textos.

Os dados também mostram peculiaridades sobre algumas marcas possíveis para a dimensão moral do discurso, segundo Paveau (2015):

- em relação ao uso arbitrário de signos, não há indícios de inserção da mentira na língua no material observado. Ao contrário, sempre há reprodução fiel das falas em todos os sites, independentemente da posição político-ideológica. O que muda é só o tom;
- sobre o evidencial, os sites, além de colocarem falas aspeadas nos títulos e nos textos da notícia, colocam fotos, vídeos e áudios das falas e citam reportagens televisivas nas quais se pode constatar o ocorrido, o que demonstra uma disposição virtuosa para valorizar suas informações com fontes concretas;
- em relação à deformação morfológica e a redenominações, não se aplicam transformações morfológicas nem palavras alternativas a termos utilizados na discussão sobre o evento;
- sobre o discurso epidíctico, há reprovações às falas, mas não elogios.

Tais constatações não querem dizer que todos os comentários sobre as falas de Temer foram corretos, preocupados em se mostrar honestos, contra preconceitos e defensores de uma participação maior da mulher na sociedade. A dimensão moral desses discursos está mais relacionada ao campo discursivo do jornalismo que compreende a necessidade de chamar atenção e vender notícia a partir de títulos e é essa, em geral, a sua motivação. Pôde-se constatar até vários textos idênticos em sites de reconhecimento nacional, com títulos diferentes, o que sugerimos ser indício de marcas da dimensão moral discursiva encontrada no campo. Como Paveau (2015) não exaure essas dimensões morais, consideramos que a estrutura “reprodução das declarações – citação de documentos e pesquisas – exposições de opiniões diferentes – referência a fatos recentes com assuntos semelhantes inseridos por uma memória discursiva” também indica uma marca relacionada ao campo e ao tipo de evento.

Para fazermos triangulação dos dados com outra ferramenta ou ambiente além dos que temos no Google para identificação dos vieses – e identificação de novas marcas de dimensão moral – como citamos anteriormente, podemos aproveitar a junção dos

algumas ponderações a fazer. “mulher”, de acordo com sua espessura aparece um pouco mais do que “Mulher”, pois está presente em enunciados que, por exemplo, contêm “Temer elogia capacidade da mulher...”, “Temer diz que só a mulher é capaz...”, “Temer reduz papel da mulher...” e as próprias reproduções das falas do presidente em que se inclui “mulher”. “Mulher” (com maiúscula) está mais em expressões “Dia da Mulher” e “Dia Internacional da Mulher”. Porém, nota-se que as diferentes grafias não estão com uma diferença de frequência muito grande, o que reforça que há uma grande parte do uso “Mulher” que está em enunciados que falam da celebração do dia. Outra pista que corrobora esta evidência é a alta frequência da palavra “Dia”. Os sites não estavam simplesmente noticiando declarações do presidente, mas sempre confrontando suas afirmações com o fato de serem proferidas exatamente naquela data. A frequência de “papel”, “discurso” e “casa” também indica em que direção estão os títulos. A palavra “papel” está bem marcada ao lado de “da mulher”, “discurso” ao lado “de Temer” e “casa” com a mulher.

Grande parte dos títulos, independentemente da posição política ou ideológica, enuncia que há um evento com relações de dizeres e suas adequações ajustadas a valores a serem mostrados a um interlocutor. Também reforça uma maneira de dizer o estado atual das coisas relacionado ao evento e se integra a uma memória discursiva em que discursos são tecidos na sociedade – no caso, a memórias que questionam as funções da mulher na sociedade, como discursos devem ser realizados em público e suas consequências, bem como o lugar da mulher (se é em casa ou no trabalho). Todos esses fatores são prenunciados como características do discurso virtuoso, segundo Paveau (2015) e são desenvolvidos em nossa análise, mesmo que em títulos aparentemente apenas informativos.

Considerações finais

Vimos que os títulos de notícias constituem um *corpus* apropriado para estudo e aprofundamento da noção de virtude discursiva, tal qual proposta por Paveau (2015), demonstrando que o destaque é um lugar privilegiado para explicitação do estado

moral de uma sociedade, de acordo com as condições históricas de produção segundo uma rede interdiscursiva contemporânea.

Ao mesmo tempo que os títulos explicitam posicionamentos ideológicos diferenciados de acordo com os veículos de comunicação, de forma muito mais enfática que o corpo das reportagens, as diferenças apontam para traços comuns de um julgamento em relação ao que seja ou não o discurso virtuoso em um dado estado da sociedade. Tal discurso virtuoso não é palpável, mas suas pistas figuram entre os julgamentos expostos nos títulos, mais ou menos explicitamente. Há pontos em comum entre as críticas, como o apontamento de preconceito e reducionismos, compreendidos, então, como traços do discurso não virtuoso.

Reforça-se assim a constatação de que títulos são pontos nevrálgicos para compreender o *tom* do discurso, o seu posicionamento, especialmente no contexto atual em que, muitas vezes, títulos circulam quase que independentemente dos textos que os acompanham, por exemplo, em compartilhamentos em redes sociais. Assim, o estudo intercruzado entre o destacamento e a virtude discursiva, considerando ainda as estratégias de busca e o uso das ferramentas computacionais adaptadas a este trabalho, fornece um rico potencial para estudos em Análise do Discurso.

Referências

AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). **Caderno de Estudos Linguísticos**, Campinas (SP), V.19, p. 25-42, 1990.

COURTINE, J. J. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos, SP: EDUFSCar, 2014.

MAINGUENEAU, D. **Cenas da enunciação**. São Paulo: Parábola, 2008.

_____. **Frases sem texto**. São Paulo: Parábola, 2014.

_____. **Doze conceitos em análise do discurso**. São Paulo: Parábola, 2010.

MELO, L. B. Memória discursiva em redes sociais: o caso de “bandido bom é bandido morto”. In: V Colóquio da ALED Brasil, 2014, São Carlos. **Anais 2014**, 1 ed., v. 1, n. 3, São Carlos, Mai. 2014a. Disponível em: <

<http://www.revistaaledbr.ufscar.br/index.php/revistaaledbr/article/view/103/97> >. Acesso em: 3 ago. 2017.

____. Quando o gigante acorda, vai pra rua e sai do Facebook: frases em movimento. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, v. 56, n. 2, Campinas, Jul./Dez. 2014b. Disponível em: < <http://revistas.iel.unicamp.br/index.php/cel/article/view/4475/5011>>. Acesso em: 3 ago. 2015.

____. Títulos em notícias de divulgação científica: estratégias discursivas e funcionalidades na interface do facebook. In: **Linguagem em (dis)curso - LemD**, Tubarão-SC, v. 17, n. 1, p. 51-66, jan.-abr. 2017. Disponível em: < http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/4843>. Acesso em: 3 ago. 2017.

MORAES, É. De. “Je suis Charlie” a “Je suis (...)” - a circulação de uma fórmula e de uma noção de solidariedade coletiva. **Estudos Linguísticos** (São Paulo. 1978), v. 45, 2016.

____. O jornalismo on-line sob o viés discursivo - o novo e o já dado. In: BRUNELLI, A. F. et. all. (Org.). **Comunicação, Cultura e Linguagem**. 1ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014, p. 41-58.

PAVEAU, M-A. **Linguagem e moral - uma ética das virtudes discursivas**. Campinas: Editora Unicamp, 2015.

DA (I)MORALIDADE EM RIR DE DEUS: ESTEREÓTIPOS E VIRTUDE DISCURSIVA

Hélio OLIVEIRA³⁵

Filipo FIGUEIRA³⁶

Resumo: A blasfêmia – neste trabalho entendida, de forma reduzida, como ao ato de rir de Deus – compõe uma das características do que Freud (2006 [1905]) denominou de chistes profanos que, neste artigo, se somam à noção de virtude discursiva (PAVEAU, 2015) para analisar a representação de Deus em uma coletânea de textos humorísticos em que a divindade do cristianismo é central: piadas, tiras cômicas e um vídeo do canal *Porta dos Fundos*. Constatou-se que o ultraje à figura de Deus torna-se um lugar profícuo de constituição e quebra de estereótipos, além de fonte para acontecimentos discursivos envolvendo os limites entre o sagrado e o profano.

Palavras-Chave: Blasfêmia. Virtude discursiva. Humor. Ethos. Estereótipos.

Abstract: *Blasphemy – here reduced to the act of mocking God – composes one of the characteristics of what Freud (2006) named profane wit. Taking French discourse analysis and specifically the notion of discursive virtue (PAVEAU, 2015), this paper analyzes the representation of God in a collectanea of humoristic texts: jokes, comic strips, and a video of Porta dos Fundos channel. The conclusion points out the outrage to God's image as an important place for constitution of stereotypes, as well as a source to discursive events involving the limits between the sacred and the profane.*

Keywords: *Blasphemy. Discursive virtue. Humor. Stereotypes.*

³⁵ Programa de Pós-Graduação em Linguística, Centro de Pesquisas FEsTA (Fórmulas e Estereótipos: Teoria e Análise), sediado no Instituto de Estudos da Linguagem IEL/UNICAMP, Campinas – SP. Bolsista FAPESP, proc.n.2014/00092-5. E-mail: helio.sjbv@gmail.com

³⁶ Programa de Pós-Graduação em Linguística, Centro de Pesquisas FEsTA (Fórmulas e Estereótipos: Teoria e Análise), sediado no Instituto de Estudos da Linguagem IEL/UNICAMP, Campinas – SP. E-mail: figueirafp1@gmail.com

Introdução

O material analisado neste trabalho pode ser considerado como exemplo do que Freud chamou de “casos fronteirios aos chistes”, ou seja, certas historietas humorísticas que “evidenciam um cinismo profundamente pessimista” (FREUD, 2006, p. 112). Trata-se de um pequeno *corpus* composto por algumas piadas, tiras cômicas, charges, além de um vídeo produzido pelo grupo humorístico Porta dos Fundos. Tendo em vista que o traço comum nesses textos é a figura de Deus, analisa-se como a representação da divindade suprema do cristianismo – e de diversas outras vertentes religiosas – é afetada ao circular pelo campo do humor. A análise também explicita, para justificar, a inclusão desse material na categoria definida por Freud como “chistes cínicos”, que abrange a blasfêmia, cujo funcionamento está ligado à noção de virtude discursiva, proposta por Paveau (2015). Para a analista de discurso francesa, a ideia de virtude discursiva implica três principais instâncias: (a) a disposição do agente-falante para produzir enunciados que se ajustem aos valores subjacentes às inter-relações dos agentes; (b) a maneira de dizer o estado das coisas; (c) o modo de integrar-se na memória discursiva na qual se tecem os discursos de uma sociedade, em dado estado de sua história (PAVEAU, 2015, p. 216). Em outras, enunciados virtuosos são aqueles “ajustados” de acordo com o estado atual de uma dada conjuntura sócio-histórica.

A partir desse aparato teórico, o artigo pretende compreender em que medida, levando-se em conta o papel dos discursos no processo de produção de sentidos, a tensão entre blasfêmia e virtude discursiva opera para reforçar ou diluir ainda mais os limites do humor. Por sua vez, seria possível ao humor resolver essa tensão entre o que é venerável e o que é risível?

As representações de Deus: entre o sagrado e o profano

Polêmicas envolvendo a representação de Deus na literatura, artes plásticas e outros campos não são novas. Podemos citar a celeuma em torno do livro *Versos*

Satânicos, do indiano naturalizado inglês Salman Rushdie (1989), que foi obrigado a viver incógnito vários anos após o então líder supremo do Irã, aiatolá Khomeini, ter publicado um *fatwa* (espécie de decreto religioso) pedindo a execução do escritor. Outro exemplo é a onda de protestos realizados em 2012 e que culminou com a morte de mais de cinquenta pessoas e do embaixador dos Estados Unidos na Líbia devido aos filmes *A Inocência dos Muçulmanos*, de Basseley Nakoula, e *O julgamento de Maomé*, de Sam Bacile. Junto com os diretores, mais cinco pessoas diretamente envolvidas na produção dos filmes foram condenadas à morte por um tribunal no Cairo, Egito³⁷ (vários exemplos como esses são apresentados em Paveau, 2015, p.133). Um derradeiro caso, talvez o de maior repercussão internacional, é o atentado ao *Jornal Charlie Hebdo*, em Paris, onde doze pessoas foram mortas, além de onze feridos, por extremistas da comunidade islâmica, em janeiro de 2015, devido à publicação de desenhos considerados ofensivos a Maomé. Embora alguns dos casos mencionados acima não tratem especificamente da representação de Deus, mas do profeta Maomé, isso equivaleria a fazer humor recorrendo à figura de Jesus Cristo, para o cristianismo.

Diferentemente dos países fundamentalistas, o Brasil garante liberdade religiosa aos cidadãos, o que mantém certa convivência pacífica entre o humor e o sagrado, mas não evita as polêmicas. Dois exemplos pacíficos são a publicação da coletânea de tiras cômicas *Deus segundo Laerte* (COUTINHO, 2005), que serão analisadas adiante, e o filme de Cacá Diegues intitulado *Deus é brasileiro*, (DIEGUES, 2003) em que o dito criador é interpretado por Antônio Fagundes. Por outro lado, ganhou destaque o caso em que um pastor da Igreja Universal (vertente neopentecostal) aparece em um programa televisivo chutando a imagem da santa considerada pelo catolicismo a padroeira do Brasil. Também merece uma nota o processo movido pelo pastor e deputado estadual (PSC-SP) Marco Feliciano (que pede 1 milhão de reais) contra o grupo Porta dos Fundos, devido à referência mundana a Jesus, Deus e Maria, em um esquete de natal.

O humor é entendido aqui como um campo discursivo (POSSENTI, 2010b), isto é, um segmento do universo discursivo, no qual formações discursivas distintas e em conflito são regidas por regras e procedimentos relativamente estáveis e que lhes dizem

³⁷ Os casos citados foram amplamente citados em diversas mídias, um exemplo é a notícia que consta no site jornalístico G1: Disponível em: <<https://goo.gl/BqS5kv>>. Acesso em: 3 ago. 2017.

respeito dentro desse campo. São exemplos de campos discursivos o jornalismo, a política, a literatura, apresentando, cada um à sua maneira, gêneros discursivos, modos de determinar autores, temáticas possíveis etc., específicos para cada campo. O campo discursivo do humor apresentaria como características singulares o propósito de provocar o riso e de tratar dos temas de maneira incongruente, surpreendente - parece ser, portanto, um terreno fértil para tratar de temas controversos. As piadas, por exemplo, “são quase sempre veículo de um discurso proibido, subterrâneo, não oficial”, além de “operarem fortemente com base em estereótipos, fornecendo um bom material para pesquisas sobre ‘representações’” (POSSENTI, 1998, p. 26).

No tocante às piadas, a grande maioria delas disponível em *sites* e *blogs*, na verdade não se diz muito sobre a constituição de Deus, sua identidade ou personalidade, mas trata de outra temática e, nesses casos, Deus aparece como um elemento secundário no texto. Considerem-se os dois exemplos a seguir:

(1) Uma conversa entre Deus e Adão.

Adão: Sabe Deus, às vezes acho que nada vai me incomodar aqui no Éden.

Deus: kkkkkkk

Adão: Do que está rindo?

Deus: Ora, Adão, eu sou Deus. Se quiser, crio o pior de seus problemas.

Adão: Duvido!

Deus: Não me provoque...

Adão: Aposto uma costela!

(2) Depois das mortes relativamente próximas de Michael Jackson, Whitney Houston e Amy WhineHouse, alguém reclama com Deus, dizendo: “Por que você sempre leva os melhores?”. E Deus responde: “Você queria que eu ficasse aqui no céu ouvindo Michel Teló?”.

Em (1), ainda que se vislumbre a onipotência de Deus, que declara “ser Deus” como quem utiliza um sinônimo para poder ilimitado, o tema da piada é a criação da primeira mulher, Eva. Segundo a narrativa bíblica, Eva foi criada a partir de uma das costelas de Adão, e esse osso é justamente o que ele aposta numa conversa aparentemente banal

com seu criador. A piada retoma um velho clichê típico das conversas entre amigos, especialmente homens casados, em que a mulher (a esposa) é retratada como impertinente, controladora, irritante etc. Na piada, a vindoura primeira mulher (e todas as outras mulheres, por extensão) é definida pelo próprio Deus como “o pior dos problemas” de Adão (e de todos os demais homens, em consequência). Tendo em vista esses aspectos, pode-se dizer que o alvo da piada é, portanto, a mulher e o humor funciona explicitando a posição rebaixada que a mulher ocupa na sociedade patriarcal. Deus aparece de maneira periférica, mas, ainda assim, ocupa a posição pouco virtuosa de legitimador – e possível fonte – desse discurso sexista e misógino.

Processo semelhante ocorre em (2), cujo alvo a ser atacado são os cantores sertanejos, enquanto Deus aparece de modo periférico: há certa reverência em se reconhecer a superioridade de Deus frente aos humanos, mas, de maneira secundária, há também algum escárnio na forma como ele “seleciona” quem merece o paraíso. Embora a onipotência divina apareça no fato dele ser capaz de decidir o destino das pessoas na terra (nesse caso, quem vive e quem morre entre os artistas do mundo da música, selecionando os mais talentosos para viverem no paraíso celestial), a ênfase às emoções terrenas é dada na frase final proferida por Deus, ao dizer que se recusa a ficar no céu ouvindo o cantor Michel Teló, ícone contemporâneo da música sertaneja comercial. Não parece haver um critério justo ou virtuoso para decidir quem merece a graça eterna, mas apenas um critério bastante subjetivo e banal, o gosto musical. Acrescentem-se a essa personalidade a hipocrisia e o favoritismo de ignorar (de maneira consciente, pois a Deus nada seria oculto) o fato de receber no paraíso pessoas de vida absolutamente desregrada, segundo a moral cristã, como indicam os vários casos de pedofilia que acompanharam a carreira de Michael Jackson e o notório abuso de drogas por Whitney Houston e Amy WhineHouse.

Reconhecido nos exemplos anteriores, o poder ilimitado de Deus é questionado nesse outro chiste:

(3) Um anjo chega ao céu com cara de preocupado: “Senhor, descobriram a senha para o genoma humano”. Deus responde: “Malditos *hackers*, vou ter que mudar a *password*”.

Mais uma vez, o tema central não é Deus, mas sim um tema duplo: (a) a grande sabedoria dos homens, representados pelos *hackers* em relação ao avanço das descobertas científicas, que permitiu mapear o genoma humano, apelidado de “A linguagem de Deus” (título de um livro publicado nos EUA, por um dos diretores do projeto genoma, Francis Collins, em 2006); (b) a pouca sabedoria de Deus, uma vez que não foi capaz de prever ou evitar que os homens descobrissem a “fórmula” ou “senha” para a criação dos seres humanos, supostamente contida no código genético.

A sabedoria comum, mundana, atribuída a Deus ressalta um aspecto que aparece com maior nitidez em (3), mas que já estava presente, também, em (1) e (2): a criação de um *ethos* humano para Deus.

Segundo Maingueneau (2008), o *ethos* corresponde a uma instância subjetiva que se manifesta por meio do discurso e não pode ser concebida como um estatuto, mas como uma “voz”, associada a um “corpo enunciante” historicamente especificado. Diferentemente da retórica, que relacionou o *ethos* à oralidade, Maingueneau propõe que qualquer texto escrito tem uma “vocalidade” específica que possibilita relacioná-la a uma caracterização do corpo do enunciador, que pode ser entendido como um fiador, já que é este que atesta o que é dito por meio de seu “tom” (MAINGUENEAU, 2008, p. 64). A figura do fiador torna bem mais vívida e atuante a ideia que se tem do enunciador, pois implica o tom com que esse enunciador fala, a partir de uma cenografia específica. Nesse sentido, o fiador seria a “encarnação” do *ethos*. Explicando a relação entre *ethos* e fiador Maingueneau acrescenta:

(...) optei por uma concepção mais “encarnada” do *ethos*, que, nessa perspectiva, recobre não somente a dimensão verbal, mas também o conjunto das **determinações físicas e psíquicas associadas ao “fiador”** pelas representações coletivas. Assim, acaba-se por atribuir ao fiador um “caráter” e uma “corporalidade”, cujo grau de precisão varia segundo os textos (MAINGUENEAU, p. 65, destacado).

A corporalidade e o caráter ligados ao *ethos* do enunciador voltarão a ser considerados mais adiante, nos próximos exemplos. Por ora, destaca-se apenas o “tom” construído pelos enunciados por meio do léxico que aparece nos três chistes analisados, típico de cenografias cotidianas, pouco ou nada sacralizadas. Em (1), Deus está engajado

em uma conversa bastante coloquial com Adão, chegando, inclusive a supostamente envolver-se numa aposta. Parecem dois velhos amigos conversando tranquilamente. Adão começa o diálogo de forma bem informal, “Sabe, Deus, às vezes acho que...”. Essa construção é bem distante da formalidade requerida ao se dirigir a Deus, mesmo no livro de Gênesis. Nos trechos em que são narradas as conversas entre Adão e seu criador, este é tratado por aquele como “Senhor”, o que indica respeito e sujeição. No chiste, quando compete a Deus o turno da fala, primeiro lê-se um riso grafado com a repetição da letra “K”, depois, em vez de simplesmente discordar ou responder diretamente a pergunta que lhe é dirigida, Deus diz amigavelmente: “Ora, Adão...”. Em (2), ele presta contas a alguém que o questiona sobre um tema ordinário, não se trata da paz mundial ou da cura das doenças, mas de algo subjetivo como as preferências musicais dos interlocutores. O fato mesmo dele se dispor a responder a um assunto tão banal colabora para a construção de um *ethos* humanizado, típico de alguém disposto à conversa miúda. No último exemplo, (3), Deus aparece como um moderno usuário de tecnologia, atualizado, ciente inclusive de termos técnicos dessa área: os invasores são chamados de *hackers* e a senha é denominada *password*, termos da língua inglesa que funcionam como jargão da informática. Some-se a isso o fato de que ele é até mesmo capaz de blasfemar, como qualquer ser humano surpreendido por uma má notícia: “Malditos *hackers*!”.

Deus: um estereótipo?

Dos chistes até aqui considerados, pode-se dizer que emerge um Deus humanizado, meio hipócrita e com características machistas, mas bem-humorado e consciente dos assuntos terrenos. Não se trata de um Deus beligerante e inacessível, sentado em trono julgando e condenando as pessoas, mas de um homem idoso bem próximo dos seres humanos e de suas agruras. Essa compleição física, à semelhança da figura divina pintada na capela Sistina por Michelângelo, é confirmada em textos multissemióticos como as charges, pois nelas é possível visualizar as características físicas das personagens. Segue a primeira delas.



Figura 1- Charge de Thomas Larson³⁸

Na Figura 1, Deus aparece dentro de um carro, ocupando a posição do motorista e reclamando com uma agente de trânsito que, aparentemente, está aplicando uma multa. Ele é identificado pelas vestes brancas, cabelos e barba longos e brancos e uma auréola triangular, encimada por um único olho³⁹. Ao contrário dos chistes, a linguagem com que Deus fala é muito formal e até arcaica, com os verbos na segunda pessoa do plural, “vós”, bem característico do registro empregado na Bíblia. Ele se dirige à agente de trânsito: “Sabeis com quem falais? ”. Em uma das janelas laterais está pregado no vidro um adesivo escrito “guiado pelo Senhor”.

A cena retoma um evento de grande circulação nas mídias, quando uma agente de trânsito foi condenada a pagar indenização a um juiz do Rio de Janeiro por tê-lo multado durante uma *blitz*. Embora estivesse dirigindo irregularmente (tanto ele quanto o carro estavam sem documentação apropriada), o juiz disse, segundo a cobertura dada pelas mídias, que ela “não sabia com quem estava falando”, em sequência deu voz de prisão à

³⁸ Charge disponível no blog do autor (<<http://thomate.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 3 ago. 2017)

³⁹ De acordo com Schiller (1971), a origem da auréola triangular remete à cultura helênica, portanto, pré-cristã. Um halo luminoso aparecia sobre a cabeça dos reis e imperadores nas pinturas e esculturas da época. Posteriormente, passou a ser utilizada em pinturas cristãs. O formato triangular representa a santíssima trindade cultuada como a divindade máxima do cristianismo. O controverso olho no centro do triângulo (que lembra as representações egípcias de Amon-Rá) simboliza a onisciência de Deus, aquele que tudo vê.

agente, alegando desacato, devido a ela ter dito que “ele poderia ser juiz, mas não era Deus”. A charge critica a decisão do Ministério Público, que deu ganho de causa ao processo movido pelo juiz. Na cena retratada, a agente se justifica a Deus, lamentando que este seja “apenas” Deus, e não um juiz. Se magistrado fosse, estaria imune à Lei. Recorrendo à ironia, a charge insinua que juízes desfrutam de mais regalias que Deus. Esse tipo de humor evoca o que Freud chama de chistes cínicos: aqueles que comumente atacam as intuições socialmente valorizadas como a família, o casamento e a Lei. Segundo o autor, “a indignação suscitada por esse [tipo de] chiste é naturalmente dirigida contra a Lei, altamente opressiva mesmo com pessoas piedosas” (2006, p. 111, colchetes nossos).

Outro aspecto a ser ressaltado é que, mais uma vez, Deus aparece como personagem colateral na discussão. O objetivo da charge não é tecer qualquer juízo de valor sobre a concepção de Deus, mas sim criticar a suposta injustiça cometida por parte daqueles que deveriam garanti-la. Para o percurso de análise em voga, destaque-se que a representação de Deus continua a apresentá-lo humanizado (dirigindo um carro irregularmente [do contrário não seria multado]) e destituído dos poderes supremos que lhe são característicos (submetendo-se às leis de trânsito).

Os dois próximos exemplos apresentam cenas em que a natureza de Deus, sua identidade e personalidade são de fato o tema central dos textos.



Figura 2 - Tira cômica publicada em Coutinho (2005, p. 46)



Figura 3 - Tira cômica publicada em Coutinho (2005, p. 9)

Em ambas as tiras, Deus é retratado com a estereotipia física já mencionada, um velho de longas barbas brancas. Na Figura 2, ele fotografa a si mesmo desfrutando de uma de suas principais características, a onipresença, que o torna capaz de estar em mais de um lugar (ou em todos os lugares) ao mesmo tempo. Na Figura 3, ele aparece criando a luz, o mundo e a vida na terra para depois se perguntar: “por que não hei de criar *hamsters*?”. Nos dois casos, o humor deriva da ideia de Deus, dotado de poderes infinitos, usar esses poderes para tarefas absolutamente banais como tirar uma foto sua ou alimentar *hamsters*, ações que mais parecem passatempos ou *hobbies* do que propriamente assuntos que merecessem a atenção do “todo-poderoso”. Na Figura 3, ainda há um jogo com a polissemia do verbo “criar”, que pode referir-se tanto à criação, por parte de Deus, de um animal que não existia antes, quanto à manutenção da vida desse animal, fornecendo alimentos, água e demais cuidados, como se fosse um animal de estimação. Este último sentido parece ser o mais provável na tira.

De qualquer modo, tanto a corporalidade quanto o caráter atribuídos a Deus contribuem para a manutenção de seu *ethos* amistoso e tranquilo. A recorrência do mesmo *ethos* colabora para a manutenção/reprodução da imagem estereotipada. Amossy (2008, p. 125) explica que os estereótipos são representações coletivas cristalizadas ou esquemas culturais preexistentes e compartilhados no mundo social que operam na maneira com que a comunidade avalia e percebe o indivíduo, segundo categorias por ela mesma difundidas. A relação entre *ethos* e estereótipo em textos de humor foi objeto de várias análises de Possenti (2008, 2010a). Para este autor, é produtivo tratar de textos humorísticos considerando os *ethe* que se impõem, uma vez

que o *ethos* tem extrema relevância nos casos em que a piada, assim como outros textos, provoca o riso também pela caracterização, explícita ou não, de tipos e situações risíveis que eventualmente são desprezados na explicação do funcionamento do humor nesses textos (POSSENTI, 2008). O autor ainda acrescenta que piadas e anedotas são uma forma extremamente rica de abordagem da questão da identidade, ainda que esta apareça sempre estereotipada, como são os casos das inúmeras piadas em que a inglesa é fria, o baiano é preguiçoso, o argentino é arrogante, a loira é burra etc. (POSSENTI, 2010a).

Uma constatação adicional da construção e reprodução de um estereótipo de Deus é a apresentada pela própria cartunista Laerte Coutinho, ao declarar que, na época em que foram produzidas as tiras, ela preferiu “representar Deus como um homem, um senhor velho de barbas brancas”. E acrescenta:

Não são todas as religiões que se dão essa liberdade, embora falar em “liberdade” nesse campo seria mais condizente com representá-lo sem barba, como mulher, negro ou coreano. Já que fomos à biologia, que nos submetamos à diversidade. (COUTINHO, 2005, p. 59).

Apesar da ressalva feita, a desenhista compõe sua personagem, conforme visto nas figuras 2 e 3, evocando a representação já estabilizada na memória social e descrita por ele próprio como um velho de longas barbas brancas. Dessa forma, identifica-se a manutenção da virtude, pois não há ofensas sérias que pesem sobre o que é sagrado para os religiosos. Por outro lado, o grupo *Porta dos Fundos* parece ter feito uso dessa suposta liberdade para representar Deus de uma maneira inaudita, subversiva, ensaiada por Coutinho.

Deus em uma produção do grupo Porta dos Fundos

Criado em março de 2012, em parceria com *site* de humor *Kibe Louco*, segundo informações no portal oficial do grupo⁴⁰, o *Porta dos Fundos* é um coletivo de humor que, insatisfeito com a falta de liberdade criativa da TV brasileira, decidiu montar um canal

⁴⁰ Disponível em: <<https://www.portadosfundos.com.br/>>. Acesso em: 3 ago. 2017.

de esquetes no YouTube. Em menos de dois anos de existência, o grupo atingiu a significativa marca de um bilhão de visualizações e mais de dez milhões de assinantes, tornando-se o maior fenômeno da internet brasileira e um dos maiores canais do mundo⁴¹.

Declaradamente ateu, o grupo (os próprios integrantes produzem os roteiros, dirigem e encenam os vídeos) se envolveu em diversas polêmicas religiosas. De acordo com a Cohen e Vanini (2014),

Ao final de 2013, o canal divulgou um vídeo chamado *Especial de Natal*, que acabou gerando uma grande controvérsia com grupos cristãos, sob a afirmação de ter conteúdo baseado no escárnio e na intolerância religiosa. O vídeo mostra que teria havido relações sexuais de Maria com Deus (o que teria levado à sua gestação e ao nascimento de Jesus), mostra tentativas de "negociações" de Jesus com os soldados que o pregaram na cruz etc. O episódio polêmico desencadeou uma rejeição muito forte por parte de grupos católicos e protestantes, que têm feito campanhas constantes contra o Porta dos Fundos. O diretor do grupo afirmou que não houve a intenção de atacar os cristãos, mas apenas divertir seus fãs (COHEN; VANINI, 2014).

O vídeo aqui analisado intitula-se *Deus* (DEUS, 2013) e apresenta o diálogo entre este e uma mulher que acaba de chegar ao céu, após sua morte. O cenário em que o diálogo acontece é inteiramente branco (o que remete à brancura das nuvens e permite inferir que o lugar seja o paraíso almejado pelos cristãos) e ao chegar ali a mulher se depara com um homem jovem, cuja figura se assemelha a um indígena: moreno, de cabelos curtos despenteados, sem barba, o torso nu adornado com colares de peças semelhantes a ouro e bronze, além de braceletes, anéis e pulseiras. Esse homem é Deus.

⁴¹ De acordo com dados da agência Social Blade, que mensura os acessos no YouTube. Disponível em: <<https://socialblade.com/youtube/top/country/br/mostsubscribed>>. Acesso em: 3 ago. 2017.

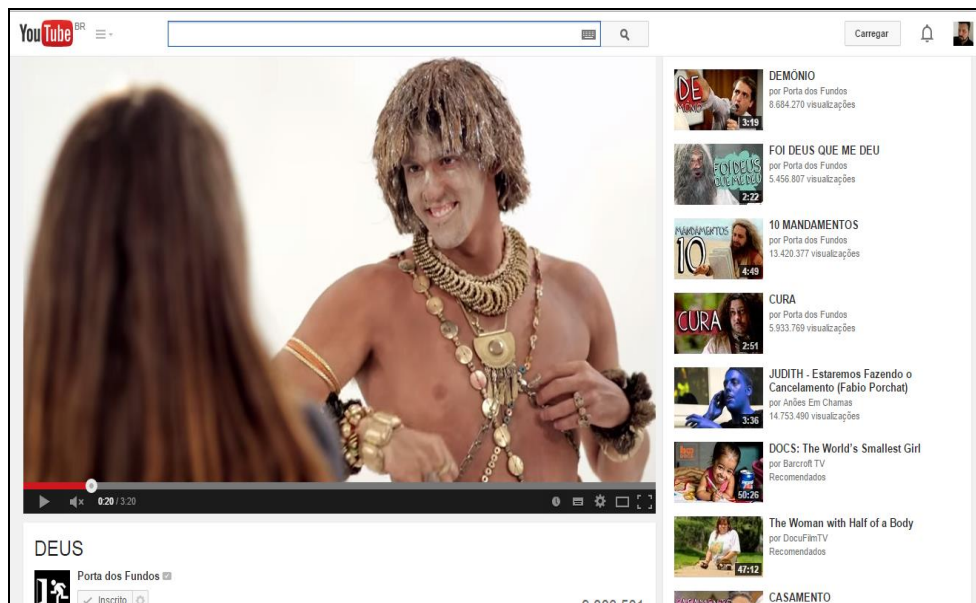


Figura 4 - Cena do vídeo *Deus* (DEUS, 2013).

Somados à dimensão linguística, aspectos não verbais como os trejeitos do ator (Rafael Infante), a fisionomia, a expressão corporal, figurino e maquiagem participam da composição de um *ethos* bem distante dos exemplos anteriores do estereótipo atribuído à divindade. Trata-se de um visual exótico, que leva a mulher a questionar a identidade da figura com a qual se depara. Deus, então, identifica-se como “polinésio” e informa que seu povo são os nativos dessa região do oceano pacífico (a transcrição integral do diálogo está disponível em anexo, no fim do texto). Além do sorriso sarcástico, a ironia com que Deus se refere à religião e às famosas personalidades religiosas pode ser confirmado pelos seguintes enunciados: “Você escolheu o Deus católico... errou... errou feio, errou rude”; “Esse foi o mesmo papo de Ghandi, mas não colou”; “Madre Tereza de Calcutá (...) se debatia, babava... Hahaha”; “Tive essa mesma discussão com João Paulo II e não levou a lugar nenhum”. A mulher, ao tentar se justificar dizendo que sempre fez caridades, frequentou as missas, foi fiel ao marido, ouve em resposta apenas um sonoro “Otária!”.

Em termos de caráter/personalidade, podemos dizer que emerge desses enunciados o *ethos* de alguém pouco virtuoso, nada preocupado com o conceito usual de “fazer o bem” e que também não leva em conta aqueles que dedicaram suas vidas à prática religiosa, independentemente da vertente a que pertenciam, como os casos

citados de Ghandi, Madre Tereza ou do Papa. Aliás, Deus atribui o mesmo valor (ou desvaloriza de igual maneira) personalidades amadas e odiadas como Einstein e Hitler, respectivamente. Por outro lado, ele confessa “adorar” a apresentadora Hebe Camargo, única pessoa que se pode inferir como vivendo no paraíso. Essa idiosincrasia aumenta quando ele menciona dois conceitos ideologicamente incompatíveis: a reencarnação e a punição eterna. Aqueles que creem no primeiro deles, entendem que os pecados cometidos serão purgados numa próxima vida em corpo carnal, entre os humanos e, portanto, recusam a ideia de que os pecadores são punidos num inferno de fogo eterno.

Outro aspecto da identidade em questão reside nas escolhas lexicais que produzem informalidade no registro empregado por Deus. Expressões como “esse foi o papo de Ghandi”, “não colou”, “errou feio, errou rude”, “você acreditou, cegonha?” e até mesmo expressões em inglês como “what I mean?” produzem um *ethos* jovial, pouco sério e até sarcástico, composição distante do amigável velho de barbas brancas.

Por último, chama a atenção o sadismo de Deus. Ele mente descaradamente com o único intuito de se divertir à custa da humilhação alheia. Fez a mulher pensar que poderia se redimir debatendo-se no chão a seus pés – diga-se, de passagem, que a mesma falseta foi feita com a idosa Madre Tereza de Calcutá.

Retratar Deus como um indígena sádico certamente seria considerado blasfêmia pela comunidade religiosa. A agressividade com que o esquete trata o divino é um dos principais critérios que levam esse exemplo a ser classificado entre os chistes que Freud (2006) denominou cínicos e profanos, e visam a tecer uma crítica social. Depois de dizer que são casos que “atacam dogmas religiosos e mesmo a crença em Deus”, Freud apresenta um exemplo que merece ser citado, dadas as semelhanças com o material aqui analisado.

Diz-se de Heine ter feito um chiste blasfemo em seu leito de morte. Quando um padre amável lembrou-lhe a graça de Deus e deu-lhe esperanças de que Deus perdoaria seus pecados, diz-se que ele replicou: “É claro que ele vai me perdoar, esse é seu trabalho”. [...] A força do chiste consiste em seu propósito. O que se pretende dizer nada mais é que: “Naturalmente ele vai me perdoar, é para isso que ele está lá e esta é a única razão pela qual o emprego” (como quem contrata um médico ou um advogado) (FREUD, 2006, p. 112).

De maneira semelhante aos chistes que atacam o casamento enquanto instituição, a Lei, a igreja etc., o esquete do grupo *Porta dos Fundos* funciona como um elemento “desnudador”, para usar outro termo de Freud, da instabilidade e infalibilidade das instituições sociais. No mundo construído pelos chistes cínicos, o casamento não é a solução dos problemas emocionais/sexuais, os cônjuges não são fieis, a Lei não é justa e, ao contrário do que diz a Bíblia, Deus não é amor.

Segundo o autor citado, a força motriz desses chistes reside não apenas no “rebaixamento” característico desse tipo de texto, mas principalmente no fato mesmo dessas asserções terem sido feitas. Nesse sentido, o prazer que decorre do humor não deriva somente da técnica, mas, principalmente, da transgressão de dizer abertamente aquilo que é interdito.

Prazer adicional parece ser usufruído também pela mulher, ao pedir para que seja ela quem dará a notícia de que o Deus cristão não existe ao pastor evangélico Silas Malafaia, líder da igreja Assembleia de Deus. Embora não se saiba qual foi a resposta de Deus a esse pedido, o esquete cumpre com seu papel de “chiste cínico” ao criticar a devoção fervorosa que, para alguns, beira a intolerância e o fanatismo religioso, em grande medida, presente em parte das igrejas evangélicas.

Humor e virtude: pode-se rir de Deus?

Conforme já comentado ao longo das análises, a fruição do riso, nas fronteiras do humor e da religião, é fruto de um rebaixamento do sagrado para o profano, isto é, da vulgarização da figura de Deus. Esse prazer, no entanto, não é compartilhado por todos. A literatura sobre o humor, desde a antiguidade, sempre abordou de uma forma ou de outra o estatuto moral do riso. Historiadores como Skinner (2002) e Minois (2004) deixam bastante evidente esse embate ético, entre o que seria o “bom” e o “mau” riso. Em uma perspectiva simétrica, como a que propõe Paveau (2015), a preocupação não é sobre as éticas deontológicas (se a *natureza* do riso é boa ou má; se há a possibilidade do riso bom etc.), mas sim sobre a relação ética que se estabelece em um ambiente

cognitivo distribuído, observável nos metadiscursos sobre discursos potencialmente (a)morais.

A discussão sobre o caráter ontológico da moral do riso mostra a potência do humor, enquanto campo, para produzir acontecimentos discursivos morais, o que se prova pelos inúmeros processos contra humoristas, os atentados violentos, a polêmica sobre o politicamente correto, entre outros fatos. São metadiscursos que incidem não sobre a qualificação ou valoração do humor, mas sobre a moralidade dos discursos que transformam objetos específicos em motivo de riso. Quando este objeto é religioso, a questão torna-se ainda mais sensível, e aqui relembramos o processo movido pelo pastor Marco Feliciano contra o Porta dos Fundos.

Levando-se em conta essa “incompatibilidade” entre o humor e o sagrado, seria possível supor, tal qual a propõe Raskin (1985), que esse funcionamento é fruto apenas de regras incomuns, muitas vezes inacessíveis, de interações linguísticas próprias do humor. Segundo o autor russo (em contrapartida ao que propôs Grice, (1975), para sua comunicação *bona-fide*), na semântica humorística há uma inversão dos propósitos: se, para a comunicação *bona fide*, é necessário que o locutor seja claro e respeite a informatividade, na comunicação humorística (*non-bona-fide*), o locutor deve ser tão breve quanto possível (por necessidades próprias aos chistes) e emitir apenas informação suficiente para construir a piada. Essa inversão, por sua vez, poderia gerar mal-entendidos, caso a comunicação não seja reconhecida como humorística. No entanto, não parece ser o caso do pastor Feliciano. É evidente, em sua denúncia, que ele compreende o vídeo como humorístico: e é precisamente por isso que o denuncia – por seu caráter blasfêmico.

Este é um caso “típico” do que Paveau (2015) descreve como ética discursiva. Há, segundo a autora, uma regulação cognitivo-social daquilo que pode ser dito. E essa regulação, em grande medida, é mobilizada pelos agentes das relações discursivas. Assim, importa menos, como suporia Raskin, a *forma* da piada, e mais o *conteúdo* que ela veicula. Isto é, o sujeito “religioso” se ofende porque o sujeito “humorista” não poderia falar de algo sagrado ou, pelo menos, não deveria. Logo, o discurso do humorista é censurado, pois infringe regras éticas entre estes agentes (supostas por um; ignoradas por outros).

Para a analista do discurso citada, há, entre os agentes discursivos, conjuntamente ao ambiente (o que ela denomina de *perspectiva simétrica*), um sistema moral. A *decência discursiva* é estar de acordo com esse sistema: nele, “circulam valores que também constituem contribuintes, fornecendo aos enunciados justificativa ou, ao contrário, injustificabilidade” (PAVEAU, 2015, p. 212). Se o discurso em questão estiver de acordo com esses valores, ele será um *discurso virtuoso*, isto é, “discurso ajustado aos valores vigentes na realidade complexa e instável dos agentes e de seus ambientes” (PAVEAU, 2015, p. 214). Conforme a definição apresentada no início deste artigo, a *virtude discursiva* envolve a “disposição do agente-falante para produzir enunciados ajustados aos valores subjacentes às inter-relações dos agentes” (p. 216).

Visto que o discurso humorístico atua no campo do rebaixamento, ele apresenta um problema para a consideração desse sistema de valores, isto é, para a decência discursiva. Freud (1977) traz duas questões que contribuem para essa questão: por um lado, o humor é fruto de um recalque de uma ação proibida, transformada e liberada pelo riso; por outro, para que se ria, é preciso que haja *disposição prévia* entre os interlocutores (elemento destacado também por Raskin [1985]).

Considerando os exemplos humorísticos examinados no início do artigo, parece ser possível que cristãos riam das piadas e das tiras sem se ofenderem, mas a mesma receptividade não parece presente no caso (um *acontecimento discursivo moral*) envolvendo o processo contra o canal Porta dos Fundos. Por outro lado, é perfeitamente possível que religiosos mais tradicionais se ofendam mesmo com a representação “amistosa” de Deus nas tiras. Parece impossível resolver a tensão entre humor e virtude. A disposição dos agentes interlocutores para o riso e o limite de tensão subversiva que o sistema de valores suporta são cruciais para a recepção e produção do riso: nesse caso, a diluição do limite entre humor e blasfêmia.

Considerações finais

Retomando o papel dos estereótipos no funcionamento do humor, a constatação de que eles não são fruto de uma essência ou realidade profunda (algum tipo de verdade

que precisaria vir à tona) podem ser encontradas em diversos trabalhos, por exemplo, as análises de Possenti (2008, 2010a) mencionadas anteriormente. O que nosso trabalho pode acrescentar é, por um lado, a atualidade e o valor heurístico da obra de Freud para compreender certas manifestações da linguagem humana, como é o caso dos chistes (ainda que aqui tomemos esses textos como efeito dos discursos em circulação no espaço social) e, por outro lado, a constatação de que os estereótipos não são universais, embora o humor o seja⁴².

Os estereótipos sofrem coerções de um discurso específico, da semântica global desse discurso – de acordo com um conceito desenvolvido por Maingueneau (2008b), mas não aplicado integralmente aqui – e por isso a mesma “personagem” pode ser representada por estereótipos opostos, conflituosos entre si, como é o caso de Deus como um bondoso velhinho de barbas brancas ou como um jovem exótico, sádico e irreverente. Nesse sentido, os estereótipos não são perenes, mas se submetem às condições históricas de produção e circulação dos discursos. Em períodos históricos do passado, por exemplo, ninguém poderia retratar Deus como um indígena de moral duvidosa, ou maldizer figuras como o Papa e Madre Tereza (em algumas culturas, ainda hoje isso não pode ser feito, como os casos citados envolvendo o profeta Maomé). Até mesmo no Brasil, onde circula o imaginário segundo o qual Deus é brasileiro, produziu-se um vídeo em que Deus é, na verdade, polinésio.

Rir do sagrado tem ganhado, aparentemente, cada vez mais espaço nas diferentes mídias. Segundo Philippe Geluck, autor do livro *A Bíblia segundo o Gato*, isso é efeito do décimo primeiro mandamento,

o menos conhecido e sem dúvida o mais lindo de todos: “Rirás de tudo, pois, já que vamos todos morrer mais cedo ou mais tarde, só o humor permitirá tomar um pouco de distância das vicissitudes da existência” (GELUCK, 2014, s/p).

⁴² O humor é universal na medida em que diferentes culturas podem manifestar e compartilhar o mesmo fenômeno linguístico-discursivo: os chistes cínicos/blasfemos. Nestes casos, a divindade sofrerá igualmente os efeitos de um “rebaixamento”. O que difere é a manifestação concreta (textual) desse fenômeno discursivo, assim como o alvo específico do chiste. Para citar apenas dois exemplos, no Brasil, no caso analisado neste trabalho, Deus aparece retratado como um indígena polinésio. Na França, uma HQ (história em quadrinhos) foi lançada retratando Deus como um gato (GELUCK, 2014).

Principalmente nos casos em que se toca em temas religiosos, o discurso humorístico funciona mesmo no limiar entre a decência e indecência discursiva: ele não poderia ser completamente decente, senão não haveria riso, mas também não poderia ser indecente, pois se tornaria de algum modo ofensivo – é esse impasse que lhe constitui.

Referências

AMOSSY, R. O ethos na intersecção das disciplinas: retórica, pragmática, sociologia dos campos. In: _____. (Org.) **Imagens de si no Discurso**. São Paulo, SP: Contexto, 2008. Trad. de Dilson Ferreira da Cruz, Fabiana Komesu, Sírio Possenti.

COHEN, M.; VANINI, E. Humor sem censura do Porta dos Fundos provoca revolta em cristãos. **O Globo**. Caderno cultura, versão online disponível em: <<https://oglobo.globo.com/cultura/megazine/humor-sem-censura-do-porta-dos-fundos-provoca-revolta-em-cristaos-11240059>>. Acesso em: 3 ago. 2017.

COLLINS, F. **The language of God**. Nova York: Simon and Schuster, 2006.

COUTINHO, L. **Deus segundo Laerte**. São Paulo: Olhos D'Água, 2005.

DEUS. Rio de Janeiro, Porta dos Fundos, 2013. 3'20". Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=t11JYaJcpxg&t=2s>>. Acesso em: 3 ago. 2017 (transcrição no anexo).

DEUS é brasileiro, Livre. Direção: Cacá Diegues. Rio de Janeiro: Globo Filmes, 2003. 110', dublado, colorido.

FREUD, S. **Os chistes e sua relação com o inconsciente**. Rio de Janeiro: Imago, [1905] 2006. Trad. de Jayme Salomão.

_____. O humor. In: _____. **O futuro de uma ilusão... e outros ensaios**, vol. XXI, Rio de Janeiro: Imago, [1927] 1974, pp. 189-194. Trad. de Jayme Salomão.

GELUCK, P. **A Bíblia segundo o Gato**. Rio de Janeiro: Nemo, 2014. Trad. de Fernando Scheibe.

GRICE, H. Logic and Conversation. In: COLE, P.; MORGAN, J. **Syntax and Semantics 3: Speech Acts**. New York: Academic Press, 1975. p. 41-58.

MUÇULMANOS protestam contra charges do profeta Maomé na Tailândia e no Irã. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 12 mar. 2008. Mundo, *on-line*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2008/03/381055-muculmanos-protestam-contracharges-do-profeta-maome-na-tailandia-e-no-ira.html>>. Acesso em: 3 ago. 2017.

MAINGUENEAU, D. Problemas de ethos. In: _____. **Cenas da enunciação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008, p. 55-73. Trad. de Sírio Possenti, Maria Cecília Pérez de Souza e-Silva.

MINOIS, G. **História do Riso e do Escárnio**. São Paulo: Editora Unesp, 2003. Trad. de Maria Elena Assumpção.

PAVEAU, M. A. **Linguagem e Moral**: uma ética das virtudes discursivas. Campinas: Editora Unicamp, 2015. 389p. Trad. de Ivone Benedetti.

POSSENTI, S. **Os humores da língua**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998.

_____. Ethos e corporalidade em textos de humor. In: MOTTA, A.R.; SALGADO, L.S. (Orgs.) **Ethos discursivo**. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. Estereótipos e identidade: o caso das piadas. In: _____. **Humor, língua e discurso**. São Paulo: Contexto, 2010a.

_____. É um campo: um programa. In: _____. **Humor, língua e discurso**. São Paulo: Contexto, 2010b.

RASKIN, V. **Semantic mechanisms of humor**. Dordrecht: D. Reidel, 1984.

SCHILLER, G. **Iconography of Christian Art**, vol. I. London: Lund Humphries, 1971.

SKINNER, Q. **Hobbes e a teoria clássica do riso**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004. Trad: Alessandro Zir.

ANEXO

Transcrição do diálogo no vídeo *Deus*, do Porta dos Fundos

Deus: Tá perdida?

Mulher: Tô, um pouco.

D: Você morreu.

M: O quê?

D: Desencarnou! Veio parar aqui.

M: E você é quem?

D: Deus!

M: Como assim, você é Deus?

D: Sendo assim! Toda civilização acredita em alguma coisa, não é? Alguma tinha que estar certa, correto? E não é que esse tempo todo quem estava certa era uma tribo da Polinésia... E você, como não seguiu à risca nossos dogmas, nossas escrituras linguísticas, você vai arder no infinito!

M: Mas como é que eu ia saber que o Deus polinésio era o correto?

D: Esse foi o mesmo papo de Ghandi, mas não colou. Você escolheu o Deus católico... errou... errou feio, errou rude.

M: Não tem nenhum jeito de eu me redimir?

D: Não encosta em Deus! Olha, de acordo com a doutrina, se você dançar esfregando o peito e a barriga no chão, você se redime.

A mulher se deita no chão e começa a se contorcer.

D:Hahaha. Você acreditou, cegonha? Pode parar. Você acredita que eu fiz isso com Madre Tereza de Calcutá? Ela se debatia, babava... Hahaha.

M: Então quer dizer que eu fui à missa todo domingo, eu não trai meu marido, dei meu dinheiro aos pobres e...

D: Otária!

M: E no céu só tem polinésio?

D: E Hebe Camargo! Adoro!

M: Qual é a crença de vocês polinésios? Lá embaixo ninguém tá sabendo disso...

D: Meu povo em terra é um povo meio... what I means... um pessoal de tribo... mas eu tenho certeza de que daqui a pouco a minha palavra vai chegar a todos os homens.

M: Isso é um absurdo, pois as pessoas lá embaixo têm o direito de saber o que elas têm que fazer...

D: Tive essa mesma discussão com João Paulo II... não levou a lugar nenhum!

M: Então quer dizer que vou para o mesmo lugar que Hitler?

D: Tá pensando negativo... Pensa que você vai para o mesmo lugar que Einstein.

M: Tá bom. Posso fazer um pedido? Quando o Malafaia morrer, posso vir dar a notícia?

PLÁGIO: CONSIDERAÇÕES ÉTICAS NO CONTEXTO DE AVALIAÇÃO DE ESCRITA

Marcela Franco FOSSEY⁴³

Resumo: Neste trabalho, analiso uma discussão, que se desenvolve no âmbito dos estudos em avaliação de escrita, sobre o uso cada vez mais disseminado de softwares de detecção de plágio em escolas e universidades (Canzonetta & Kannan, 2016) mobilizando, para tanto, a noção de *discurso virtuoso* proposto por Paveau (2015).

Palavras-chave: Avaliação de Escrita. Plágio. Discurso Virtuoso.

Abstract: *This article examines a discussion, developed within the scope of writing assessment studies, about the widespread adoption of plagiarism detection systems by educational institutions (Canzonetta & Kannan, 2016). In order to do so, Paveau's (2015) theoretical proposal of virtuous discourse is mobilized.*

Keywords: *Writing Assessment. Plagiarism. Virtuous Discourse.*

Introdução

O plágio é, pelo menos desde a modernidade, considerado prática danosa. Refere-se ao ato de apresentar como de própria autoria trabalho de outrem, configurando, nas sociedades contemporâneas, um grave desvio moral e, frequentemente, um crime passível de penalidade.

Em ambiente acadêmico, tem se mostrado um problema complexo. A identificação de plágio entre pesquisadores de renome é sempre acompanhada de grande comoção e ampla divulgação midiática – além de penalizações como perda de títulos e, eventualmente, a expulsão do pesquisador por parte da instituição. Mas é o

⁴³ Pós-doutoranda em Linguística Aplicada no Instituto de Estudos da Linguagem – UNICAMP; Pesquisadora Associada da Fundação para o Vestibular da UNESP – VUNESP. Bolsista PNPd/Capes. Campinas, SP, Brasil. E-mail: marcela.ff@gmail.com

plágio entre alunos do Ensino Superior que tem sido foco de especial interesse por parte de pesquisadores e, principalmente, por parte das próprias instituições de ensino. É dado como fato o aumento dos casos de cópia indevida em trabalhos de alunos, o que seria um “efeito colateral” do acesso facilitado a informações que a Web proporciona. Diante deste cenário, muitas instituições de ensino superior têm buscado abordar o problema de forma preventiva, a partir da divulgação de materiais que explicitam o que é o plágio, como evitá-lo e, principalmente, como os alunos serão penalizados caso sejam *descobertos em seu delito*. O trabalho de Krokosz (2011) oferece um panorama bastante detalhado de como a questão é tratada em diversas universidades no mundo. Os resultados de sua pesquisa, que analisou os sites oficiais das três melhores universidades de todos os continentes e do Brasil, indicam que a maior parte dessas instituições tem materiais divulgados em seus sites em que são explicitados como cada uma delas lida com o plágio de seus alunos, o que, em geral, significa tornar públicas as penalidades a que os infratores estarão sujeitos – que vão desde a reprovação na disciplina em que o trabalho plagiado foi submetido para avaliação até a expulsão da universidade. Além disso, boa parte delas usa, sistematicamente, softwares antiplágio.

A caracterização do plágio como *chaga social* permeia o discurso preventivo em contexto acadêmico, o que faz do plagiário um indivíduo *desonesto, desprovido de ética*, especialmente porque, diante do tratamento explícito e sistemático a respeito das não virtudes associada à apropriação de trabalho alheio, não seria possível alegar desconhecimento. Em outras palavras, no contexto acadêmico de grande parte das universidades, especialmente das mais renomadas, não se poderia mais alegar influência involuntária ou, mais genericamente, desconhecimento das regras na produção do saber.

Assim, a elaboração de tais documentos visa, segundo as próprias instituições, promover a *honestidade* acadêmica, a *boa conduta* científica, o *comprometimento ético* dos alunos, a cultura de *integridade* acadêmica – noções que evidenciam o valor moral que reveste a questão.

Essa breve contextualização de como o plágio está associado ao ambiente acadêmico introduz a reflexão que irei desenvolver neste artigo, que, porém, não será sobre a prática do plágio exatamente. Na realidade, essa contextualização teve como

objetivo descrever o contexto em que se observa a ampliação do uso de detectores automáticos de plágio em ambientes de ensino. Se, à primeira vista, a possibilidade de contar com softwares antiplágio parece oferecer uma solução eficiente – eventualmente, definitiva – para um problema que estaria comprometendo a integridade da ciência, veremos que a questão é um pouco mais complexa. Neste trabalho, portanto, busco demonstrar como a recepção a essa tecnologia não é, necessariamente, positiva, especialmente entre alguns pesquisadores e professores que lidam diretamente com o ensino de escrita. E isso se dá exatamente pela associação das empresas desenvolvedoras de tal tecnologia a um *discurso não virtuoso*, nos termos de Paveau (2015).

O corpus e as lentes para análise

O *corpus* definido para a análise aqui proposta é o artigo *Globalizing plagiarism & writing assessment: a case study of Turnitin* (CANZONETTA; KANNAN, 2016), publicado no periódico especializado em avaliação de escrita *The journal of writing assessment*. As autoras propõem uma análise da retórica da empresa desenvolvedora do Turnitin, um dos principais softwares antiplágio do mercado. Trata-se de um buscador com um banco de dados próprio de texto acadêmicos, composto por textos oriundos da internet e também por textos inseridos na plataforma por outros usuários do sistema, e que indica as similaridades encontradas nos textos submetidos à análise. A ferramenta pode ser usada tanto no Ensino Superior quanto no Básico e está presente, segundo seu site oficial, em mais de 130 países do mundo, o que significa 26 milhões de estudantes e educadores utilizando a ferramenta e 500 milhões de trabalhos submetidos na plataforma⁴⁴; no Brasil, vem sendo utilizado por universidades como PUC-RS, ITA, UNESP, USP e UNICAMP, que disponibilizam o software a seus docentes. Além de ferramentas de detecção de plágio, o Turnitin oferece, também, ferramentas que auxiliam professores na avaliação dos textos.

Em linhas gerais, a crítica apresentada no artigo aponta para como o sucesso dessa ferramenta não acontece de forma independente à difusão de um discurso

⁴⁴ Informações disponíveis em: <http://turnitin.com/pt_br/quem-somos>. Acesso em: 3 ago. 2017.

homogeneizante e globalizante a respeito do plágio e, mais amplamente, das práticas de ensino e avaliação de escrita. As autoras analisam duas edições (2013 e 2015) dos Anais da Conferência *Plagiarism Across Europe and Beyond*, um evento acadêmico bianual que é parcialmente financiado pelo Turnitin (e também por outras empresas desenvolvedoras de softwares de detecção automática de plágio). Embora sejam cautelosas ao relacionar o financiamento da empresa ao total alinhamento com o que os trabalhos apresentados no evento defendem, é possível observar, segundo elas demonstram nas análises, que grande parte dos trabalhos promovem o uso de detectores automáticos de plágio em ambientes de ensino. Haveria, neste sentido – o que seria motivo de alerta (por indicar um *desajuste ético*) – uma ligação entre o desenvolvimento de tais softwares e a produção de conhecimento sobre plágio (especialmente o acadêmico) e sobre avaliação de escrita.

Assim, a crítica ao Turnitin feita por Canzonetta & Kannan (2016) pode ser analisada à luz da proposta de *virtude discursiva* e *decência discursiva* de Paveau (2015). Isto é, a crítica à automatização da avaliação da escrita, que o uso de softwares antiplágio implica, constrói-se sobre a identificação da retórica do Turnitin, posto a circular nos Anais acima referidos e no site institucional da empresa, como um discurso não virtuoso na medida em que promove um modelo binário de organização do mundo que estigmatiza estudantes e instituições não ocidentais. Trata-se, enfim, de mobilizar o aparato teórico oferecido por Paveau para analisar como a crítica ao software tem pouco ou nada a ver com o uso da tecnologia em si, mas sim com um desajuste moral identificado no discurso do Turnitin. Ou melhor, a crítica ao uso da tecnologia se dá essencialmente pelo discurso ao qual a empresa adere, que promoveria, como se verá, a humilhação de determinadas populações (as não-ocidentais). Neste sentido, esse discurso caracteriza-se como não virtuoso, desajustado aos valores de respeito às diferenças e que, neste movimento, revela desprezo a certas parcelas da sociedade, isto é, uma ausência de *decência discursiva*.

Compreender o que faz de um discurso um evento virtuoso é o objetivo de Marie-Anne Paveau, em sua obra *Linguagem e Moral: uma ética das virtudes discursivas* (2015). Ancorando sua proposta teórica numa produtiva intersecção entre a filosofia (mais especificamente, a filosofia das virtudes, de tradição aristotélica, o que implica pensar

em termos de *valores*) e a cognição social, Paveau apresenta uma visão discursiva do funcionamento moral da linguagem que situa o componente ético num *continuum* entre linguagem, ambiente e agente. Esse *continuum* em que se dá a produção dos sentidos – que se torna objeto de reflexão teórica quando se adota uma postura externalista – é caracterizado em termos de uma *linguística simétrica*. Isto é, na medida em que o componente ético da linguagem não é apreensível em termos de marcas linguísticas, internas ao sistema [“é bem notório que a língua e os discursos não oferecem marcadores éticos dos enunciados, ou seja, meios que a língua ou o discurso teriam de indicar que tal enunciado é eticamente correto, ou incorreto, moral ou imoral” (p. 53)], faz-se necessário, se se quer formular a questão ética para a linguística, considerar os ambientes externos como constitutivos das atividades cognitivas. Paveau irá afirmar, assim, que o ambiente, em sua proposta, não é apenas “pano de fundo para os intercâmbios verbais (que é a concepção comum do ‘contexto’ ou da ‘situação’ em linguística), mas constituem esses intercâmbios tanto quanto são constituídos por eles. [...]” (PAVEAU, 2015, p. 51). Nesses termos, todos os elementos presentes no ambiente externo aos sujeitos constituem as produções discursivas.

A autora refere-se, assim, a ambiente (e não a contexto que, segundo ela, tem papel acessório para a produção dos sentidos nas propostas teóricas da linguística) e a agentes-falantes, que no âmbito de uma concepção simétrica, caracteriza-se como um contínuo entre agentes humanos, produtores diretos da fala e o conjunto dos elementos do ambiente. Neste contexto, sua proposta é a de que a dimensão ética reside entre os enunciados (material linguístico *stricto sensu*) e os comportamentos do mundo real, nesse *continuum* entre língua e mundo – o que somente uma linguística simétrica pode tratar.

Ela busca, com isso, integrar a dimensão ética no objeto das ciências da linguagem, levando para o âmbito da filosofia moral a linguagem na materialidade de suas expressões – na medida em que, segunda a autora, “a filosofia moral, quando aborda a linguagem, fica no nível das proposições, do raciocínio e da descrição exterior dos comportamentos languageiros” (PAVEAU, 2015, p. 82) – e para o âmbito da linguística, o componente moral, uma vez que, “a linguística, quando trata da moral, fica aquém da filosofia e se detém em considerações enunciativas” (PAVEAU, 2015, p. 82)

Deste modo, define seu objeto não como “o discurso moral”, mas sim como “a moral do discurso”: “o que me interessa não é o funcionamento linguístico dos enunciados morais, mas o valor moral dos enunciados em contexto, quaisquer que sejam, tenham eles um conteúdo ou alcance moral, ou não os tenham” (PAVEAU, 2015, p. 66).

O conceito de *virtude discursiva* – e seus correlatos *discurso* e *agente virtuosos* – são então definidos. Resumidamente, *discurso virtuoso* é o discurso ajustado aos valores vigentes em uma dada sociedade, ajuste parametrizado em relação a três elementos: (i) os agentes e suas relações; (ii) o mundo (a realidade e suas representações e (iii) o conjunto de produções verbais que constituem a memória discursiva das sociedades. No contexto de uma linguística simétrica, Paveau afirma que “esses elementos formam um sistema ao mesmo tempo discursivo, cognitivo e ético, no qual estão profundamente imbricados” (PAVEAU, 2015, p. 214).

Por sua vez, *virtude discursiva* é a disposição dos agentes-falantes em produzir enunciados ajustados segundo os parâmetros agente/mundo/memória. Ou seja, somente agentes-falantes dotados de virtude discursiva podem produzir discursos virtuosos, considerando, porém, que de uma perspectiva simétrica, é o conjunto do ambiente – que inclui os agentes e todos os elementos que lhes são externos que contribuem para a produção dos sentidos – que é dotado *disposição para a virtude discursiva* (PAVEAU, 2015, p. 216). Por fim, o *agente virtuoso* é aquele cuja “conduta discursiva se baseia em boas disposições e capacidades, de tal modo que produz enunciados ajustados aos agentes, ao mundo e à trama discursiva” (PAVEAU, 2015, p. 220).

Porém, a definição desses conceitos, ainda que centrais na proposta de Paveau, não garantem sua operacionalidade. A própria autora indaga: como é possível avaliar a dimensão moral das produções discursivas? Considerando-se que não há marcas linguísticas que carregam, intrinsecamente, determinado valor moral, como identificar a virtude discursiva nos discursos? Para ela, “isso só é possibilitado pela consideração dos conjuntos dos elementos do ambiente a partir de um acontecimento metadiscursivo moral” (PAVEAU, 2015, p. 325). Ou seja, o que há, de fato, são efeitos dos discursos que podem se materializar em determinados elementos da língua. O que faz desses elementos pontos de condensação moral são as avaliações morais metadiscursivas,

detectáveis nos metadiscursos proferidos sobre os enunciados. Deste modo, um discurso será avaliado como não virtuoso em decorrência das produções metadiscursivas que provoca (protestos, indignações) que, por sua vez, sempre ocorrem como resultado de um desajuste em relação à memória discursiva, às realidades do mundo e aos valores morais de uma dada sociedade e a seus agentes: “portanto, encontrar-se-ão marcas de eticidade nos metadiscursos dos agentes que, durante acontecimentos discursivos morais, formulam os *efeitos* produzidos pelos enunciados comentados, no âmago de dispositivos em que reinem certos valores, ensejando uma forma situada de virtude discursiva” (PAVEAU, 2015, p. 224).

Por fim, o último conceito que será mobilizado nas análises é o de decência discursiva. Diz respeito à disposição dos agentes em produzir discursos “que não humilhem os agentes do ambiente e garantam também aos grupos potencialmente dominados e humilháveis uma espécie de aumento de proteção discursiva, de tal maneira que se conserve a ideia de ‘sociedade decente’ (A. Margalit)” (PAVEAU, 2015, p. 227). Referência para a construção da noção de decência discursiva, a proposta de Margalit de sociedade decente é aquela em que “as instituições não humilham as pessoas”. Decência discursiva, será, assim, garantida por um ambiente cujos valores não permitam a humilhação dos agentes.

Na próxima seção, apresento a crítica realizada por Canzonetta & Kannan (2016) ao Turnitin, buscando mostrar como essa crítica é justificada pelo desajuste moral identificado na retórica da empresa.

Plágio: uma questão pedagógica ou uma chaga social?

A crítica apresentada pelas autoras do artigo que constitui o corpus desse trabalho é realizada num contexto bastante específico de estudos dedicados à avaliação educacional, que é aquele que defende que as práticas educacionais devem ser norteadoras das práticas avaliativas – e não o contrário, como tem sido frequentemente apontado por especialistas: a prática constante, altamente disseminada, de avaliações realizadas em contexto escolar acabaria por moldar práticas de ensino em função dos testes. Desta perspectiva, aspectos contextuais se mostram como imprescindíveis de

serem considerados se se quer realizar uma avaliação válida, justa e ética. No que diz respeito especificamente à avaliação de escrita, à crítica ao Turnitin encontra eco na crítica aos procedimentos tradicionais de avaliação de escrita, fortemente embasados em técnicas psicométricas e estatísticas, e que desconsideram todos os aspectos que ancoram um teste educacional em um contexto específico. Essa crítica, amplamente divulgada por pesquisadores como Huot (2002) e Slomp (2016), volta-se exatamente para crença que subjaz a maior parte dos testes educacionais de escrita e os procedimentos de avaliação empregados: a de que a habilidade escritora é uma realidade passível de ser isolada e objetivamente medida. Assim, procedimentos cada vez mais padronizados de avaliação desconsiderariam que a escrita é uma prática socialmente situada, assim como (deveria ser) a avaliação e as práticas de ensino/aprendizagem.

Neste contexto, a disseminação global de programas corporativos de avaliação de escrita, como o Turnitin, é criticada por aqueles que se alinham ao discurso que defende práticas contextualizadas de ensino e avaliação de escrita. Isso se dá porque, conforme argumentam Canzonetta & Kannan (2016), tais programas fazem vigorar um discurso pautado em expectativas culturais hegemônicas sobre escrita e autoria. E, na medida em que se observa uma expansão global que ocorre rapidamente, liderada pelo Turnitin, a questão que surge é como tais programas corporativos estão influenciando uma grande quantidade de alunos em todo o mundo.

Para além dos danos pedagógicos que a adoção de práticas de avaliação padronizadas e, portanto, descontextualizadas implica, a principal crítica das autoras (que, por sua vez, mobilizam uma série de estudos que corroboram seu posicionamento) é para como o plágio entre estudantes vem sendo discursivamente construído. É, portanto, no desajuste moral que caracteriza esse discurso que reside a crítica ao Turnitin.

A partir da análise dos trabalhos publicados nos Anais da Conferência *Plagiarism Across Europe and Beyond* (2013 e 2015), Canzonetta & Kannan (2016) indicam que a construção discursiva do plágio acadêmico pode ser resumida nas seguintes premissas:

- as tecnologias de detecção automatizada de plágio apresentam-se como solução para a ética cada vez mais deteriorada dos alunos;

- tal deterioração ética organiza-se geograficamente de forma binária entre sociedades e populações confiáveis – as ocidentais (compostas prioritariamente por países de fala inglesa) – e não confiáveis – as não-ocidentais;
- conseqüentemente, algumas populações mostram-se mais propensas à prática do plágio: no ocidente, observa-se a aplicação de medidas punitivas aos plagiários enquanto em países não ocidentais, observa-se altos níveis de tolerância e um conhecimento rudimentar sobre as práticas de plágio;
- cabe aos professores, com auxílio de ferramentas de detecção automática de plágio, constituir a comunidade que deve preservar os padrões morais da sociedade.

De fato, como indicado já no início deste trabalho, o combate ao plágio em ambiente acadêmico vem associado à ideia de promoção da cultura de *integridade* acadêmica, que, consideradas as premissas acima, estaria a cargo dos professores, uma vez que ela se encontra ameaçada pela deterioração ética dos estudantes, especialmente dos não-ocidentais. Essas premissas se fazem ouvir, por exemplo, quando o Turnitin, na página oficial brasileira, apresenta-se como *seu aliado em educação com integridade*; ou, no mesmo site, na página dedicada a descrever a ferramenta voltada para o Ensino Superior, conclama o usuário-professor a *proteger a reputação de sua instituição*.

Mas, indo além das fronteiras acadêmicas, observa-se, em alguns artigos publicados nos anais, uma correlação entre plágio, justiça social e sucesso econômico, tornando o plágio um assunto de interesse geral, e não apenas acadêmico/pedagógico.

As autoras relacionam, então, esses dizeres, que surgem de formas variadas ao longo dos Anais, a três estratégias retóricas que promovem o uso de softwares antiplágio: (i) a detecção do plágio representa um aprimoramento social e possibilita a definição de um modelo ocidentalizado de aluno ideal; (ii) o plágio é uma preocupação nacional na medida em que reflete questões associadas à cidadania, à economia e ao caráter e (iii) a abordagem do plágio deve estar alinhada com abordagem das instituições ocidentais.

Porém, a questão moral se mostra, como prevê Paveau, no *acontecimento metadiscursivo moral*. A perspectiva discursiva que emerge dos anais da conferência que, de forma mais ou menos direta, dão notícias do discurso do próprio Turnitin, não é, por si só, um discurso desprovido de virtude. Por exemplo, a ideia de que certas nações plagam mais – o que teria relação causal direta com o (in)sucesso econômico dessas regiões e com um traço (i)moral inerente a essas populações – não é um discurso não virtuoso em si. Serão as avaliações morais metadiscursivas, detectáveis nos metadiscursos proferidos sobre os enunciados, que irão avaliar a moralidade desse discurso. No caso em análise, tais avaliações são os apontamentos feitos pelas autoras (que tomam por base, também, as críticas de diversos estudiosos às voltas com as questões de avaliação e ensino) sobre as consequências de se abordar o plágio entre alunos dessa forma. A principal crítica é a demonização de estudantes não ocidentais que, quando se encontram em contexto ocidentalizado, podem se tornar vítimas de preconceito e humilhação – pelo simples fato de serem estrangeiros (não ocidentais ou não falantes do inglês como língua materna). Além disso, professores, definidos como participantes da comunidade Turnitin, são posicionados antagonicamente contra alunos, criando uma relação de inimizade e um clima de vigilância punitiva, o que pouco tem a ver (ou deveria ter) com práticas de ensino. Outra crítica é que a abordagem do plágio tal como feita nesse contexto de avaliação automatizada acaba por mascarar questões pedagógicas e econômicas mais complexas ao oferecer uma solução corporativa para problemas de ensino. Isso é percebido, por exemplo, quando a ferramenta enfatiza como o professor, evidentemente sobrecarregado de trabalho, pode reduzir o tempo dedicado à avaliação dos trabalhos escritos de seus alunos (“Reduza o tempo dedicado à avaliação de projetos em 37%”, como informa o site brasileiro). Assim, ao invés de se contratar mais professores, emprega-se ferramentas que *otimizam* o trabalho dos profissionais já contratados. Por fim, critica-se o fato de, em seu movimento globalizante e ocidentalizante, o Turnitin assumir que originalidade e singularidade são globalmente aceitos como o traço central de autoria – o que, em definitivo, não se confirma.

Deste modo, como exposto anteriormente, as marcas de eticidade surgem nos metadiscursos dos agentes que, ao formular os efeitos decorrentes de enunciados desajustados, permitem identificar discursos desprovidos de decência discursiva, o que

ocorre sistematicamente com o discurso do Turnitin, especialmente na sua abordagem do plágio. Nas palavras de Paveau (2015, p. 312),

isso quer dizer que a decência discursiva, que define o ajuste entre os agentes, é regulada pela coletividade, pois depende das normas discursivas do conjunto do ambiente, e não simplesmente das concepções individuais dos agentes do intercâmbio verbal. A noção de decência é especialmente coerente com a abordagem simétrica do discurso, porque articulada com um sentimento situado exatamente na intersecção entre o individual e o coletivo (humilhação) e depende das normas perceptivas em circulação no ambiente.

Comentários finais

O plágio, segundo Paveau (2015, p. 347), “é um dos grandes temas dos metadiscursos morais”. Embora bastante complexo – especialmente porque delimitar, no campo das ideias e das práticas de escrita, a fronteira entre o próprio e o alheio não é simples, nem óbvio (surgem questões como quais os limites entre o plágio e a intertextualidade, o pastiche, a paródia, ou a simples inspiração?)⁴⁵ – o discurso leigo é impiedoso com os plagiários. Em ambiente acadêmico, o combate ao plágio entre alunos tem sido tratado como uma questão de comprometimento moral com a honestidade e integridade acadêmicas. Neste contexto, como pode associar-se a um discurso não virtuoso uma ferramenta que busca, ela mesma, eliminar ou ao menos controlar uma prática que transgride os valores morais do ambiente, que os metadiscursos sobre o plágio evidenciam?

Como se viu, o combate ao plágio levado a cabo pelo Turnitin mostra-se desajustado aos valores vigentes na medida em que constrói e faz circular um discurso atravessado por preconceitos relativos a certas populações. Assim, dividir o mundo em

⁴⁵ Certamente, uma das mais relevantes obras dedicadas ao tema é a de Schneider (1990), que apresenta uma robusta reflexão sobre a gênese (histórica, social, cultural, psicanalítica) do plágio. As complexidades associadas à descrição do plágio ficam mais evidentes quando Schneider apresenta uma revisão histórica dessa noção, elucidando que a compreensão da desonestidade implicada no ato de plagiar é um fenômeno moderno. As noções de autoria e originalidade não foram as mesmas em diferentes épocas e anteriormente à modernidade, a reelaboração, a síntese, a compilação era trabalho legítimo, sem a conotação moral que hoje se observa (“os clássicos tinham um empréstimo fácil e alegre” (p. 55)). Será apenas na modernidade que um discurso sobre o plágio irá aparecer e que o conceito passará “a ser nomeado, analisado teoricamente e tornado objeto de reflexão e, ao mesmo tempo, uma prática condenável” (p. 55).

ocidentais e não-ocidentais, e associar aos não ocidentais as práticas abusivas de apropriação das palavras do outro, revela a postura não virtuosa dos agentes desse discurso.

A análise aqui proposta busca testar, ainda que de forma bastante simples, possivelmente até rudimentar, a aplicabilidade analítica de uma proposta teórica que traz para o escopo da análise linguística e discursiva o componente moral. E, de forma indireta, o que aqui se apresentou propõe uma reflexão sobre as consequências da disseminação, em escala global, de ferramentas que automatizam a avaliação de textos e a detecção do plágio.

Referências

CANZONETTA, J.; KANNAN, V. Globalizing plagiarism & writing assessment: a case study of Turnitin. **The Journal of Writing Assessment**, v. 9, I. 2, 2016.

HUOT, B. **(Re)articulating writing assessment for teaching and learning**. Logan, UT: Utah State University Press, 2002.

KROKOSZ, M. Abordagem do plágio nas três melhores universidades de cada um dos cinco continentes e do Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 48, p. 745-768, 2011.

PAVEAU, M-A. **Linguagem e moral: uma ética das virtudes discursivas**. Tradução de Ivone Benedetti. Campinas: Editora da Unicamp, 2015.

SCHNEIDER, M. **Ladrões de palavras: ensaio sobre o plágio, a psicanálise e o pensamento**. Tradução de Luiz Fernando P. N. Franco. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

SLOMP, D. Ethical Considerations and Writing Assessment. **The Journal of Writing Assessment**, v. 9, I. 1, 2016.

**O “DILMÊS” NA WEB E EM OUTROS DISPOSITIVOS:
UM ACONTECIMENTO DISCURSIVO MORAL?**

Roberto Leiser BARONAS⁴⁶

Julia Lourenço COSTA⁴⁷

Resumo: Neste artigo, analisamos discursivamente um conjunto de textos que abordam as possíveis gafes cometidas pela presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, em seus pronunciamentos. Teórico-metodologicamente, ancoramos as nossas discussões no trabalho de Dominique Maingueneau (2010) acerca da teoria das frases sem texto, em Krieg-Planque (2011) e Krieg-Planque e Yaniv (2011) sobre a abordagem discursiva da comunicação e também nos recentes trabalhos de Paveau (2015) sobre a análise da dimensão moral dos discursos. Partimos da hipótese de que as possíveis gafes cometidas pela presidenta do Brasil podem ser enquadradas enquanto um “acontecimento discursivo moral” (Paveau, 2015), designado por esses dispositivos como “dilmês”.

Palavras-chave: Discurso. Comunicação política. Acontecimento discursivo. Moral.

Abstract: *In this text, we discursively analyze a set of texts which address the possible gaffes committed by the president of Brazil, Dilma Rousseff, in her pronouncements. Theoretically-methodologically we anchor our discussions in Dominique Maingueneau's (2010) work on the theory of sentences without text, in Krieg-Planque (2011) and Krieg-Planque and Yaniv (2011) on the discursive approach to communication and also in recent works by Paveau (2015) on the analysis of the moral dimension of the discourses. We start with the hypothesis that the possible gaffes committed by the president of Brazil can be framed as a “moral discursive event” (Paveau, 2015), designated by these devices as “dilmês”.*

Keywords: Discourse. Political communication. Event discursive. Moral.

⁴⁶ Professor no Departamento de Letras e no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, São Carlos, SP, Brasil, Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq e integrante do grupo de estudos FEETA da UNICAMP. E-mail: baronas@ufscar.br

⁴⁷ Doutora em Linguística pela Universidade de São Paulo – USP e pesquisadora do Laboratório de Estudos Epistemológicos e Discursividade Multimodais – Leedim – UFSCar. E-mail: juliajlc@gmail.com

Primeiras palavras

A comunicação política tem sido objeto de estudo não só no âmbito das teorias da comunicação, mas também em outras áreas do conhecimento. Diferentes domínios das humanidades tais como a sociologia, a ciência política, a história, a filosofia, a psicologia, entre outras, têm já desde alhures tomado a comunicação política como um objeto pertinente de reflexão. No que concerne às ciências da linguagem, mais especificamente aos estudos do discurso, a comunicação política tem tido mais recentemente um tratamento menos oblíquo. Inúmeros são os discursivistas que no momento atual têm deslocado a comunicação política do âmbito das teorias da comunicação para pensá-la no campo do discurso. Nesse sentido, merecem destaque os trabalhos dos pesquisadores franceses Dominique Maingueneau (2010; 2012; 2014) sobre a enunciação aforizante ou a teoria das frases sem texto e os de Alice Krieg-Planque (2006; 2009; 2011; 2016) e Krieg-Planque e Ollivier-Yaniv (2011) acerca das pequenas frases em política.

Para o primeiro estudioso, existe uma prática corriqueira na comunicação midiática contemporânea - a prática de destacar enunciados e fazê-los circular (transformados ou não) em novas arenas discursivas. O pesquisador francês afirma que “poucas pessoas hoje contestariam a ideia de que o texto constitui a única realidade empírica com a qual o linguista lida: unidades como a frase ou a palavra são necessariamente retiradas de textos” (MAINGUENEAU, 2010, p. 9). E os textos, por sua vez, remetem-se a gêneros de discurso, que funcionam como quadros de referência para toda a comunicação pensável numa dada formação sócio-histórica. Maingueneau mobiliza o termo “gênero do discurso” para atividades como a participação de nascimento, o debate televisivo, a conversação, entre outros.

Todavia, a assunção de que o texto é a unidade básica de estudo não é imune a questionamentos quando o que se investiga são as práticas discursivas da mídia, esfera de comunicação em que abundam enunciados curtos, geralmente constituídos de uma única frase e que circulam fora do texto. Maingueneau (2010) chama essas pequenas frases de “enunciados destacados”, incluindo *slogans*, máximas, provérbios, títulos de artigos da imprensa, intertítulos, citações célebres etc. O autor distingue duas classes de

enunciados, segundo a natureza de seu “destacamento”: a) *o constitutivo*: trata-se do enunciado naturalmente independente de um contexto e cotexto (fórmulas sentenciosas, provérbios, *slogans*, divisas etc.) e b) *o destacado* por extração de um fragmento de texto, segundo a lógica de citação.

Nessa mesma direção proposta por Dominique Maingueneau, contudo sem a inscrição numa visada enunciativa, Krieg-Planque (2006, 2009, 2011, 2016) propõe que a comunicação política deva ser entendida como “um conjunto de saberes e habilidades relativos à antecipação de práticas de retomada, de transformação e de reformulação de enunciados e de seus conteúdos” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 14), que ao entrarem em circulação no espaço público, pautam os mais diferentes tipos de debate político. Aprofundando essa questão, Krieg-Planque e Ollivier-Yaniv (2011) assinalam que a emergência das pequenas frases em política está diretamente ligada ao campo da comunicação política. São os atores inscritos neste campo (jornalistas, políticos...), que engendram esses pequenos enunciados e os põem em circulação nos mais diferentes *mídiuns*. Segundo as autoras citadas, nos discursos e nas práticas profissionais dos jornalistas, os empregos das pequenas frases “testemunham a existência de rotinas constantes que selecionam e distinguem um fragmento de um discurso, sem que as regras nem as condições de seus processos sejam explicitadas” (KRIEG-PLANQUE; OLLIVIER-YANIV, 2011, p. 19). Nesse sentido, longe de ser o estágio terminal do discurso político, as pequenas frases são o resultado mesmo das transformações contemporâneas da comunicação política e do trabalho jornalístico – o que não necessariamente implica o apagamento do aparelho político em prol do (res)surgimento do indivíduo falante. O aparelho político travestido de indivíduo falante se manifesta agora nos mais diversos *mídiuns* por meio dos enunciados breves. Ainda na concepção das autoras francesas, cabe à linguística e à análise do discurso debruçarem-se sobre esse fenômeno que se apresenta a um só tempo nas dimensões enunciativa, midiática, política e comunicacional.

Ainda que Maingueneau; Krieg-Planque e Krieg-Planque e Yaniv tragam uma importante contribuição para pensar a comunicação política de um mirante discursivo, deslocando-a das teorias da comunicação, é preciso levar em consideração que o destaque de pequenas frases de um determinado cotexto e a sua circulação em outros

contextos, sobretudo, no âmbito da política, engendra os mais diferentes tipos de acontecimento, que podem ser de natureza moral. Esse aspecto acontecimental das pequenas frases não foi pensando de maneira mais detida por nenhum dos autores mencionados. Nesse sentido, com base no nosso pequeno *corpus* de estudo, as supostas gafes de Dilma Rousseff, é possível asseverar que o acontecimento engendrado pelas pequenas frases em política é de natureza moral, ou seja, um acontecimento moral produzido por um “conjunto de comentários e reações [disfóricas], em dado grupo ou sociedade, a propósito de um enunciado” (PAVEAU, 2015, p. 96), visto que de alguma maneira esse enunciado fere a(s) norma(s) sociais da fala.

Sobre o *corpus* e o seu tratamento discursivo

O nosso pequeno *corpus* de estudo é constituído por um conjunto de textos que circulou na web, no ano de 2015 e parte de 2016, em diversas cenas genéricas, criticando as supostas gafes da então presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, em seus pronunciamentos. São tratadas desde matérias veiculadas em revistas e jornais de grande circulação nacional até o livro “Dilmês: o idioma da mulher sapiens”, lançado pelo jornalista Celso Arnaldo Araujo, em 2015. A escolha desse livro se deve ao fato de que ele se apresenta como uma espécie de representação metonímica do acontecimento moral, designado como “dilmês”: um simulacro de idioma criado pelos mais diferentes dispositivos midiáticos para caracterizar disforicamente as falas de Dilma Rousseff em seus pronunciamentos. Com efeito, essa designação “dilmês”, construída linguisticamente a partir do radical *dilm-*, extraído do nome Dilma, mais o sufixo *-ês*, extraído da terminação de muitas línguas: portugu-ês; ingl-ês; franc-ês, escoc-ês, irland-ês, etc, traz na própria materialidade o sentido disfórico. Em outros termos, o sufixo *-ês* ao ser incorporado ao radical *dilm-* passa a funcionar como uma marca disfórica. Esse termo também dialoga interdiscursivamente com outro simulacro de idioma criado alhures por diferentes dispositivos midiáticos, que é o *lulês*, termo que caracteriza negativamente as falas do então presidente do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva.

Por entendermos que as críticas às supostas gafes da presidenta Dilma Rousseff produzem esse acontecimento discursivo moral, o dilmês, também buscamos acolhida teórico-metodológica nos trabalhos de Marie-Anne Paveau (2015) acerca da reflexão sobre a dimensão moral dos enunciados.

Em seu livro *Linguagem e moral: uma ética das virtudes discursivas*, Marie-Anne Paveau (2015) busca integrar o parâmetro ético na linguística. Para tanto, discute, por um lado, a ética do discurso acadêmico: os problemas de deformação das teorias, roubo de ideias e requalificação ou atribuição errônea de conceitos; e, por outro, a ética da fala: um dispositivo moral relativamente à língua e aos discursos, cujas análises, embasadas numa espécie de linguística popular, são abundantes em juízos axiológicos, que identificam os enunciados como bons ou ruins. Para dar conta da dimensão moral dos enunciados, Paveau propõe uma filosofia do discurso ou uma linguística simétrica, que diferentemente das escolas estruturalistas e formalistas, bem como domínios como a sociolinguística, a pragmática ou a retórica, não propõe uma separação entre o que é da ordem do sistêmico ou da competência dos falantes e o que é da ordem do contexto, mas sim uma integração dessas ordens, a partir da análise da dimensão moral dos discursos.

Não trataremos aqui das questões éticas relacionadas ao discurso acadêmico, mas daquilo que Paveau designa como “a ética da fala”, ou seja, todo um conjunto de juízos axiológicos que é feito pelos mais variados atores sociais acerca do suposto mau uso que a presidenta Dilma Rousseff fazia da língua portuguesa, em seus pronunciamentos. Essas críticas são designadas por esses atores sociais, ora como gafes ora como pérolas. O verbete gafe está registrado no Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa como “ato e/ou palavra impensada, indiscreta, desastrada; indiscrição involuntária” (HOUAISS, 2001, p. 471). No entanto, discursivamente a gafe funciona como um insulto dissimulado que visa ofender o outro por meio da descaraterização de seu discurso. O primeiro texto que mobilizamos para a análise está reproduzido a seguir:



Figura 1 – Pérolas de Dilma
Fonte: Revista *Isto é*, 17/09/2016, p. 93

A matéria “As pérolas de Dilma que não deixarão saudade” está disposta em cinco pequenos textos, um embaixo do outro, como se fossem pequenos verbetes de dicionário, destacados das falas de Dilma em pronunciamentos. A fotografia do rosto de Dilma e as aspas logo abaixo dos títulos dos textos buscam atestar a autoria dos enunciados. Os títulos desses pequenos textos - Homenagem à mandioca; Respeito aos ETS; As mulheres sapiens; Conquista da Inflação e Vento estocado - são elaborados pela revista a partir do destaque alterado de falas da presidenta. No caso do primeiro texto, Dilma não usou a expressão “homenagem à mandioca” e sim “... estou saudando a mandioca”. Além disso, se formos recuperar o contexto em que a fala de Dilma circulou inicialmente, verificaremos que o que transforma a fala de Dilma em uma pérola é o destaque efetuado pela revista e não o conteúdo da fala de Dilma, que buscava destacar, com ênfase para a alimentação, todas as inúmeras contribuições que os povos indígenas trouxeram para a formação cultural do Brasil.

Eu acredito que é necessário que nós tenhamos muito orgulho da formação histórica deste país, para além do fato que cada povo indígena representa uma cultura especial, nós temos de ter um imenso orgulho de, na composição da nação brasileira, nós sermos uma mistura de INTERSECÇÕES, Edição 23, ano 10, número 2. página 115

várias etnias. E aqui, hoje, nós estamos saudando uma delas: nós estamos saudando a etnia indígena, que trouxe para nós não só - como disse aqui, muito bem, a nossa vice-governadora, representando o governador -, o sabor dos nomes que estão em todas as nossas cidades, de fato, mas também eu queria saudar, porque nenhuma civilização nasceu sem ter acesso a uma forma básica de alimentação. E aqui nós temos uma, como também os índios e os indígenas americanos têm a dele, nós temos a mandioca. E aqui nós estamos comungando a mandioca com o milho. E, certamente, nós teremos uma série de outros produtos que foram essenciais para o desenvolvimento de toda a civilização humana ao longo dos séculos. Então, aqui, hoje, eu estou saudando a mandioca. Acho uma das maiores conquistas do Brasil (Dilma Rousseff, em 23/06/2015)⁴⁸.

Temos aqui um exemplo lapidar do que Maingueneau (2010) designa como a transformação do locutor em aforizador. Quando se extrai um fragmento de texto para fazer uma aforização, um título de uma matéria na imprensa, por exemplo, converte-se *ipso facto* seu locutor original em aforizador. E o aforizador, como Sujeito, “diz o que é, não no instante, mas na duração atemporal do valor” (MAINGUENEAU, 2010, p. 14-15). Por meio da aforização, o locutor busca se colocar além dos limites, condicionantes e restrições específicas de um determinado gênero do discurso. Nesse sentido,

[O] “aforizador” assume o *ethos* do locutor que fala do alto, de um indivíduo em contato com uma Fonte transcendente. (...) Trata-se, fundamentalmente de fazer coincidir *sujeito da enunciação* e *Sujeito* no sentido *jurídico e moral*: alguém se coloca como responsável, afirma valores e princípios perante o mundo, dirige-se a uma comunidade que está além dos alocutários empíricos que são seus destinatários. (MAINGUENEAU, 2010, p.14-15).

Ao destacar o enunciado de um cotexto primeiro, pronunciamento da presidenta, na Cerimônia de Abertura dos Jogos Indígenas, em 23/06/2015, fazendo circular em outros contextos, atribuindo a Dilma a responsabilidade pela “saudação a mandioca”, a revista busca se eximir da responsabilidade por essa enunciação. Todavia, o que torna a fala de Dilma supostamente não virtuosa, isto é, “não ajustada aos valores vigentes, com efeito, não ajustada aos agentes, à realidade do mundo e às produções verbais que

⁴⁸ Trecho retirado do discurso proferido pela presidenta que está disponível no endereço <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-solenidade-de-lancamento-dos-i-jogos-mundiais-dos-povos-indigenas-e-abertura-do-congresso-tecnico-brasilia-df>>. Acesso em: 3 ago. 2017.

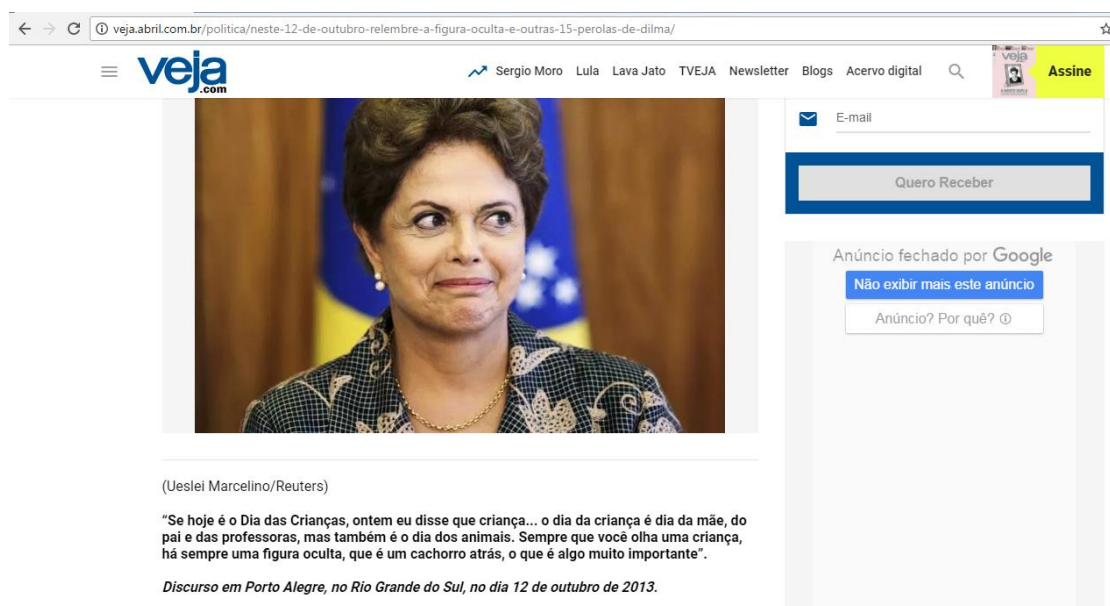
constituem a memória discursiva da sociedade” (PAVEAU, 2005, p. 31) é o destaque operado pela revista. Em outras palavras, é o destaque que ao tornar Dilma uma aforizadora, transforma a sua fala como pouco virtuosa, em se tratando da fala de uma chefe da nação, numa pérola. Com efeito, esse tipo de destaque produz para os leitores um percurso deôntico de interpretação, fazendo com que os mais variados atores sociais e institucionais emitam juízos de valor acerca do que foi enunciado por Dilma. Todavia, esses juízos de valor emitidos pelos mais diferentes atores sociais tomam como referência não o discurso em si de Dilma, mas o destaque operado pelo dispositivo midiático. Ademais, o título da matéria “As pérolas de Dilma, que não deixarão saudades”, funciona como um pré-construído, que “corresponde ao ‘sempre-já-aí’ da interpelação ideológica que fornece-impõe a ‘realidade’ e seu ‘sentido’ sob a forma da universalidade (o ‘mundo das coisas’)” (PÊCHEUX, 1995, p. 164). Dito de outro modo, o pré-construído não é assumido pelo sujeito enunciadador da revista, visto que se apresenta como um objeto do mundo “já ali”, preexistindo ao discurso, apagando as suas condições de produção e reforçando por um lado a responsabilidade das pérolas como sendo de Dilma e, por outro, asseverando que essas pérolas, assim como a própria presidenta, não deixarão saudades. Esse efeito do pré-construído se impõe ao sujeito como uma verdade evidente, pois “são traços de construções anteriores, de combinações de elementos da língua, já usados em discursos passados e que tiram daí seu efeito de evidência” (MALDIDIER, 2003, p. 34). Nesses enunciados pré-construídos sem sujeito nem causa, o enunciadador é somente uma testemunha: ele “vê” objetos, processos do qual não é o Agente, seu *dizer* apaga-se atrás de seu *ver* (SERIOT, 1985, p. 259)

A seguir, destacamos um trecho do texto publicado na seção Política da revista *Veja online*, intitulada “Neste 12 de outubro, relembre a figura oculta e outras 15 pérolas de Dilma”:

Desde que assumiu o Planalto, a presidente Dilma Rousseff trava um constante conflito com os microfones, a lógica e a língua portuguesa. A sequência de frases longas e confusas, engatadas umas nas outras, já deu origem a um idioma próprio da petista, o dilmês. Um ‘clássico’ da retórica de Dilma é o discurso proferido há dois anos por ocasião do Dia das Crianças – em que surge uma figura oculta, também digna de homenagem. Como a presidente não se cansa de cometer trapalhadas verbais, o site de VEJA publica mais uma coletânea de frases desastradas

de Dilma. Da mandioca à mulher sapiens, uma compilação para fazer rir (e chorar) qualquer brasileiro. (*Veja online*, 12/10/2015⁴⁹).

A primeira “pérola” apresentada pela revista *Veja*, dentre as 15 que arrola nesta matéria, foi intitulada de “Figura Oculta”. Abaixo está o *print* com a imagem e o texto verbal veiculado pela revista.



The screenshot shows a web browser window with the URL veja.abril.com.br/politica/neste-12-de-outubro-relembra-a-figura-oculta-e-outras-15-perolas-de-dilma/. The page features the *Veja* logo and navigation links for Sergio Moro, Lula, Lava Jato, TVEJA, Newsletter, Blogs, and Acervo digital. A search bar and a subscription form with an "Assine" button are also visible. The main content area displays a photograph of Dilma Rousseff and a quote from her speech in Porto Alegre, Rio Grande do Sul, on October 12, 2013. The quote is: "Se hoje é o Dia das Crianças, ontem eu disse que criança... o dia da criança é dia da mãe, do pai e das professoras, mas também é o dia dos animais. Sempre que você olha uma criança, há sempre uma figura oculta, que é um cachorro atrás, o que é algo muito importante".

Figura 2 – 15 pérolas de Dilma
Fonte: Revista *Veja online*, 12/10/2015

O texto acima publicado pela revista *Veja* como a primeira das quinze pérolas de Dilma, ao longo da sua passagem pela presidência, traz um fragmento do discurso da presidenta, proferido no dia 12 de outubro de 2013, na cerimônia de anúncio de investimentos do PAC Mobilidade Urbana e entrega de 57 máquinas motoniveladoras a prefeitos gaúchos em Porto Alegre/RS. Junto ao fragmento há uma foto da presidenta, olhando de lado e segurando o riso corroborando o tom jocoso da matéria. Se recuperarmos o discurso da presidenta, verificaremos que é mais uma vez o destaque efetuado pela revista na junção com a colocação de uma fotografia do rosto da presidenta que produz o efeito derrisório.

Obrigada, muito obrigada. Obrigada.

⁴⁹Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/politica/neste-12-de-outubro-relembra-a-figura-oculta-e-outras-15-perolas-de-dilma/>>. Publicação em 12 out. 2015. Acesso em: 3 ago. 2017.

Eu, primeiro, queria dirigir um cumprimento aqui aos nossos prefeitos e às nossas prefeitas, e dizer que muito me honra a presença deles aqui hoje. E, em especial, uma vez que eu estou aqui nesta cidade tão querida que é Porto Alegre, cumprimentar o nosso prefeito Fortunati e a querida, a primeira-dama Regina Becker. Principalmente porque, se hoje é o Dia das Crianças, ontem eu disse que criança... o dia da criança é dia da mãe, do pai e das professoras, mas também é o dia dos animais. Sempre que você olha uma criança, há sempre uma figura oculta, que é um cachorro atrás, o que é algo muito importante. Então, cumprimento também pela sua dedicação, Regina, a essa causa.
(Dilma Rousseff, em 12/10/2013)⁵⁰.

Assim como o fragmento do texto, a foto do rosto é o produto de um destacamento que elimina estes ou aqueles elementos do contexto (vestimenta, local, momento etc.) que mostraria a foto de uma pessoa toda. Tais destacamentos – o do texto, e do rosto – se reforçam mutuamente: o rosto é o do sujeito que se mantém estável por meio da variação, enquanto o fragmento do texto, pelo fato de exprimir esse sujeito, diz o que é válido para além desta ou daquela circunstância. Na matéria em questão, essa fotografia do rosto sofre uma restrição contextual, produzindo uma interação imediata com os destinatários. Tal restrição produz como um de seus efeitos, por um lado, uma relação do aforizador, no caso a presidenta Dilma com um interlocutor imediato, os leitores de *Veja* e, por outro, reforça que este aforizador é o sujeito que está exprimindo intensamente o que seria o seu verdadeiro pensamento. No caso em questão, rindo de si mesma.

Esse tipo de juízo axiológico, mais explicitamente produzido pela revista *Veja*, a partir da veiculação das 15 “pérolas” de Dilma e um pouco menos explicitamente operado pela revista *Isto é*, com base nos destacamentos da fala da presidenta, alicerça a construção do acontecimento discursivo moral em relação às falas de Dilma, que é o “dilmês”. Ou seja, temos aqui um ato discursivo de reenquadramento das falas da presidenta no âmbito do ridículo, do derrisório.

Tomemos a seguir mais um dado para as nossas análises. Trata-se do livro “Dilmês: o idioma da mulher sapiens”, de autoria de Celso Arnaldo de Araujo e publicado em 2015 pela Editora Record do Rio de Janeiro. Este livro conta com um prefácio do

⁵⁰ Trecho retirado do discurso na íntegra que está disponível no endereço <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-cerimonia-de-anuncio-de-investimentos-do-pac-mobilidade-urbana-e-entrega-de-57-maquinas-motoniveladoras>>. Acesso em: 3 ago. 2017.

professor aposentado do Departamento de Letras da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, Prof. Dr. Deonísio da Silva, intitulado “O português de Dilma” e está organizado em forma de quinze “crônicas” que discutem as gafes supostamente cometidas pela presidenta em suas intervenções. Essas “crônicas” estão organizadas a partir de fragmentos dos discursos da presidenta e juízos axiológicos do autor acerca desses fragmentos. Não há nessas “crônicas” nenhum tipo de análise linguística dos fragmentos de discurso da presidenta Dilma destacados pelo autor. O que há são análises embasadas numa linguística popular⁵¹ que enquadra os enunciados ou como bons ou ruins.

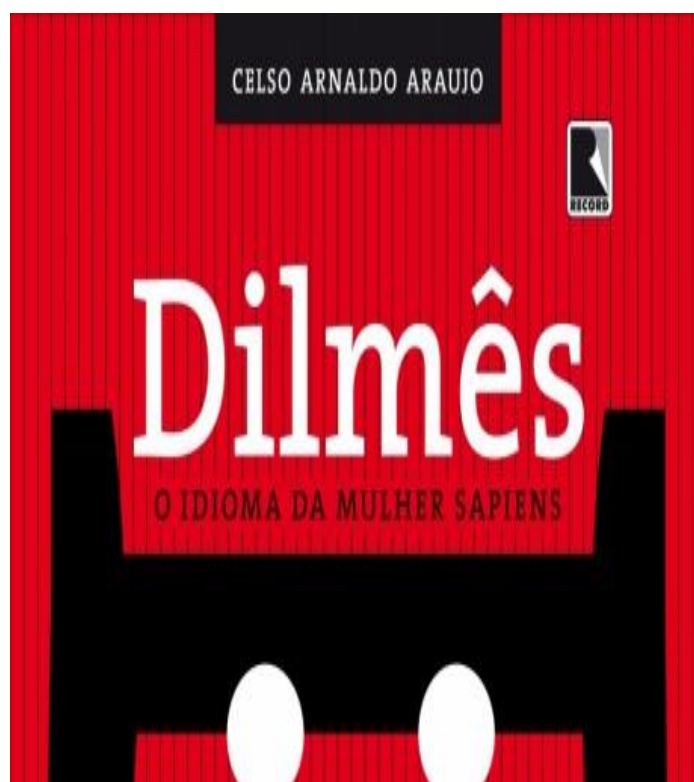


Figura 3 – Capa do livro “Dilmês: o idioma da mulher sapiens”.
Fonte: Araújo (2015)

Conforme enunciamos, este livro de Celso Arnaldo de Araujo pode ser considerado uma espécie de representação metonímica do acontecimento discursivo

⁵¹ A expressão linguística popular é uma tradução livre da expressão inglesa *folks linguistics* e designa as regulações linguísticas feitas por atores sociais não especialistas em ciências da linguagem a partir de morais languageiras da fala.

moral, construído pelos mais diferentes dispositivos midiáticos, em relação às falas da presidenta, o “dilmês”. O próprio título com destaque para o termo “Dilmês”, reforça a construção desse acontecimento discursivo moral. Com efeito, o livro do jornalista busca se apresentar como uma espécie de compêndio que visa condensar em um único dispositivo as principais gafes de Dilma. Vejamos abaixo um fragmento retirado da introdução do livro de Celso Arnaldo de Araujo:

Há oito meses, ouço tudo o que Dilma diz em público. Não lhe ouvi ainda uma frase inteligente. Um raciocínio límpido, criativo. Uma tirada esperta. Um jogo de palavras que faça sentido lógico e tenha algum requinte metafórico. Uma boa ideia própria. Uma resposta satisfatória e sincera. Um pensamento superior que denote em juízo superior sobre nossas mazelas e nosso futuro. Um cacoete de estadista. Uma réplica ferina. (...) Só construções que não param de pé, o mais absoluto desconhecimento das leis básicas da argumentação e da articulação de modernos conceitos de estado. Uma incultura geral inédita entre pessoas públicas com curso superior. Não consegue reproduzir, sem erros grosseiros, máximas, ditados e aforismos que já fazem parte da psique popular. Em Dilma, nada se salva. Não domina nenhum tema, nada lhe é familiar (ARAUJO, 2015, p. 15-16).

Esse fragmento da introdução do livro Dilmês procura evidenciar que as falas da presidenta não são virtuosas, no sentido que Marie-Anne Paveau (2015, p. 214) atribui a este conceito: “o discurso virtuoso é o discurso ajustado aos valores vigentes na realidade complexa e instável e de seus ambientes”. Com efeito, a introdução do livro busca evidenciar que essas falas estão desajustadas quanto às relações entre os agentes (no que tange, entre outras coisas ao valor da inteligência e da sagacidade dos governantes – “Há oito meses, ouço tudo o que Dilma diz em público. Não lhe ouvi ainda uma frase inteligente. Um raciocínio límpido, criativo. Uma tirada esperta. Um jogo de palavras que faça sentido lógico e tenha algum requinte metafórico. Uma boa ideia própria” – assim como quanto à memória discursiva em torno dos temas do domínio da língua portuguesa e da administração pública – “Só construções que não param de pé, o mais absoluto desconhecimento das leis básicas da argumentação e da articulação de modernos conceitos de estado. Uma incultura geral inédita entre pessoas públicas com curso superior”).

Para o livro de Araujo, essas falas de Dilma estão desajustadas também na realidade do mundo, visto que, no imaginário da grande maioria da população, as intervenções esperadas de um presidente da república devem ser as de um estadista – “Em Dilma, nada se salva. Não domina nenhum tema, nada lhe é familiar” - ou seja, espera-se um governante altamente versado nos princípios da arte de governar, exercendo a liderança política com muita sabedoria. Algo que pelos juízos axiológicos do autor efetivamente não se dá nas intervenções da presidenta.

Tomemos como objeto de análise o capítulo 07 do livro de Araujo, intitulado “Dilmês é como a gripe de Dilma: ‘uma doença que ataca cada um de nós’”:

Se o dilmês fosse um paciente internado, o boletim médico pregado ao leito da enfermaria seria um tratado de politraumatismos idiomáticos nos membros das frases: fraturas (a maioria exposta), torções, luxações, deslocamentos, desarticulações, degenerações, doenças do tecido conjuntivo etc. Pôr tudo no lugar parece tarefa impossível, sobretudo quando Dilma discorre sobre ... saúde. Explicando os benefícios do Minha Casa, Minha Vida, o mais bem-sucedido – vá lá – programa do seu governo, o dilmês se torna imprestável até para uma empresa de demolição, com a repetição obsessiva da redação escolar primária de Dilma sobre o verdadeiro sentido da casa própria (ARAUJO, 2015, p. 79).

Nesse fragmento, o autor mobiliza uma cenografia de um laudo médico – “Se o dilmês fosse um paciente internado, o boletim médico pregado ao leito da enfermaria seria um tratado de politraumatismos idiomáticos nos membros das frases: fraturas (a maioria exposta)” – para evidenciar que as falas da presidenta não gozam de boa saúde, portanto estão em condições insalubres e podem contaminar a todos. Esse tipo de comentário constitui uma boa base para identificar o “dilmês” como um acontecimento discursivo moral, visto que as ocorrências do dizer do autor sobre as falas da presidenta (como no excerto a seguir: “Explicando os benefícios do Minha Casa, Minha Vida, o mais bem-sucedido – vá lá – programa do seu governo, o dilmês se torna imprestável até para uma empresa de demolição”) constroem um discurso de incompetência da presidenta, uma vez que nenhuma área de atuação do seu governo se salva. Cumpre destacar que as análises do autor acerca das gafes da presidenta não se baseiam em nenhum dos domínios das ciências da linguagem. Trata-se de uma análise realizada a partir de uma linguística popular: um conjunto de morais languageiras, referendado alhures pelos

compêndios gramaticais e sua aplicação no ensino, que circula no imaginário da grande maioria da população, enquadrando os enunciados como bons ou ruins.

Conclusões preliminares

Neste texto, com base na análise de textos que circularam tanto na web quanto em outros dispositivos, acerca das supostas gafes da presidenta Dilma em seus pronunciamentos, proferidos ao longo de seus mandatos à frente da presidência do Brasil, buscamos discutir, por um lado, a importância de se tratar discursivamente a comunicação política, deslocando-a do campo das teorias da comunicação e, por outro, intentamos discutir como a circulação dessas gafes por meio dos mais diferentes dispositivos foi fundamental para a construção do acontecimento discursivo moral, “dilmês”.

O acontecimento discursivo em questão no nosso entendimento se apresenta como mais uma das justificativas para a destituição da presidenta⁵², ocorrida em definitivo em agosto de 2016, pois busca evidenciar que como o “dilmês” é um idioma doente, o governo de Dilma, o seu criador e principal usuário, também estaria doente, fomentando em boa parcela da população brasileira uma espécie de dilmafobia e sustentando, ainda que de modo velado, a necessidade de destituição da presidenta. Com efeito, se do ponto de vista jurídico as pedaladas fiscais foram o principal argumento para a deposição da presidenta, as pedaladas linguísticas ou gafes da presidenta, aliadas às denúncias de corrupção em seu governo compuseram o

⁵² O principal argumento supostamente jurídico para a deposição da presidenta Dilma ficou conhecido como “pedaladas fiscais”. Essa expressão “pedaladas fiscais” foi uma designação usada pela grande mídia para descrever uma manobra contábil do governo federal, utilizada também por governos anteriores ao de Dilma Rousseff, na qual supostamente o governo da petista objetiva passar a impressão de que arrecadava mais do que gastava. Nesse contexto, o governo não estaria pagando os bancos públicos e privados que financiavam programas sociais como o Bolsa Família. Então, para que os beneficiários não deixassem de receber, os bancos arcavam com as despesas sozinhos, sem receberem a compensação governamental. O Tribunal de Contas da União, em decisão unânime, considerou essa operação um empréstimo dos bancos, não pago pelo governo, ferindo a Lei de Responsabilidade Fiscal. Embora o TCU seja um órgão auxiliar do Legislativo e não tenha poderes para condenar o Chefe do Executivo, ele oferece um parecer prévio, que pode ou não ser acatado pelo Congresso Nacional, abrindo até mesmo a possibilidade de um processo de impedimento da Presidente da República. Fonte Wikipédia (https://pt.wikipedia.org/wiki/Processo_de_impeachment_de_Dilma_Rousseff. Acesso: 3 ago. 2017).

argumento para que boa parcela da população brasileira saísse às ruas, referendando a deposição de Dilma.

Para além dos aspectos anteriormente arrolados, as análises do acontecimento discursivo moral “dilmês” nos mostram a necessidade premente de se começar a trabalhar também, no âmbito do discurso, na esteira do que propõe Marie-Anne Paveau (2015), com a dimensão moral dos enunciados, discutindo, por exemplo até que ponto aqueles que se apoderam do discurso alheio, como é o caso dos textos analisados, que dizem disforicamente os pronunciamentos da presidenta Dilma, podem fazer o que bem entendem com esses discursos. Não haveria a necessidade de se perguntar como devemos tratar o discurso alheio de maneira que não seja somente um (mal)tratar?

A relação entre pedaladas fiscais e pedaladas linguísticas ou gafes como argumentos que se reforçam mutuamente para a destituição da presidenta Dilma pode ser entendida como demasiadamente forçada ou pouco pertinente. Todavia, se tomarmos a atual situação política brasileira, em que o atual presidente (dono de uma retórica que segue fielmente os modelos da língua padrão), apesar de estar envolvido numa série de denúncias de corrupção sendo interpelado pela Polícia Federal e o Supremo Tribunal Federal a responder pelo encontro e diálogo que teve com o empresário Joesley Batista, não tem o seu pedido de afastamento da presidência respaldado pela maioria da população brasileira, então a pertinência da reflexão apresentada neste artigo é revelada.

Referências

ARAÚJO, C. A. **Dilmês: o idioma da mulher sapiens**. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2015.

HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

KRIEG-PLANQUE, A. Por uma análise discursiva da comunicação: a comunicação como antecipação de práticas de retomada e de transformação dos enunciados. Tradução de Luciana Salazar Salgado. In: **Revista de Popularização Científica em Ciências da Linguagem - Linguasagem**, n. 16, São Carlos, SP. Disponível em: <www.letras.ufscar.br/linguasagem 2011>. Acesso em: 3 mai. 2017.

____. As pequenas frases: um objeto para a análise dos discursos políticos e midiáticos. In: BARONAS, R. L. *et al.* **Pequenas frases na política brasileira, francesa e anglo-saxônica**: abordagens discursivas. Campinas: Pontes Editores, 2016.

KRIEG-PLANQUE; A.; OLLIVIER-YANIV, C. Les “petites phrases” en politique. In: **Communication et Langages**, n. 168, junho/ 2011.

MAINGUENEAU, D. **Doze conceitos em análise do discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

____. **Frases sem texto**. Trad. Sírío Possenti *et al.* São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

MALDIDIER, D. **A inquietação do discurso**: reler Michel Pêcheux hoje. Trad. Eni Orlandi. Campinas: Pontes Editores, 2003.

OLLIVIER-YANIV, C. Pequenas frases e elementos de linguagem: categorias em tensão ou o impossível controle da palavra pelos especialistas da comunicação. In: BARONAS, R. L. *et al.* **Pequenas frases na política brasileira, francesa e anglo-saxônica**: abordagens discursivas. Campinas: Pontes Editores, 2016.

PAVEAU, M-A. **Linguagem e moral: uma ética das virtudes discursivas**. Trad. Ivone Benedetti. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2015.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Trad. Eni Orlandi *et al.* Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995.

SÉRIOT, P. Analyse do discours politique soviétique. **Revue Persée**, n. 2, vol. 57/ 1985.

MORAL: INTENÇÃO, EUFEMISMO E CONTEXTO

Sírio POSSENTI⁵³

Resumo: Este trabalho explora, um pouco lateralmente, questões de linguagem e moral. Aborda três temas: a relevância da intenção em casos de ofensa ou agressão, o eufemismo, que tornaria certas palavras menos agressivas, e o contexto, invocado em situações nas quais alguém considera que seu discurso foi mal interpretado. Não se trata nem de aplicação das teses de Pavau sobre linguagem e moral, nem de sua contestação: comentam-se alguns casos que podem ser associados aos temas propostos por sua obra e que, eventualmente, demandam mais explicitação.

Palavras-chave: Moral. Intenção. Contexto. Eufemismo.

Abstract: *This paper explores, somewhat laterally, questions of language and morality. It focuses on three main themes: the supposed relevance of intention in cases of offense or aggression; the euphemism that would make certain words less aggressive; and the context invoked in situations in which one considers that his discourse was misunderstood. It is neither an application of Pavau's thesis about language and moral, nor its contestation: it is a matter of commenting some cases that may be associated with the themes proposed by the work mentioned, which eventually demands more explicitness.*

Keywords: *Moral. Intention. Context. Euphemism.*

Introdução

Pavau (2013) trata de numerosas questões que envolvem palavras ou enunciados a respeito das quais se poderia falar de moral. Por ser obra pioneira, isso se compreende. Talvez se deva dizer também que as questões morais, por serem heterogêneas (uma coisa são os tabus, outra as ofensas, ainda outra a mentira ou a interpretação errada de uma teoria), são avaliadas diferentemente nas sociedades,

⁵³ Professor Titular do Departamento de Linguística (DL), Instituto de Estudos da Linguagem (IEL), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas-SP, E-mail: siriop@terra.com.br

porque estas também são heterogêneas. Neste trabalho, vou tratar de três questões, suscitadas certamente pela leitura da obra em questão, mas sem necessariamente segui-la ao pé da letra. Problematizo, talvez. Espero não cometer com isso nenhuma imoralidade.

Trato da questão da intenção, até porque pode ser ingrediente relevante nos casos de judicialização de determinadas declarações. Trato depois de termos tabu e de sua atenuação por eufemismos; mesmo estes talvez soem imorais, dado o âmbito em que ocorrem. Finalmente, trato de uma questão de interpretação “equivocada”: a questão é se poderia ou não ter sido evitada, caso o leitor considerasse um enunciado a mais. Ou seja, a questão é se estamos diante de um caso simulacro ou de um mero ataque a posição discursiva diferente. Paralelamente, pode-se perguntar se um simulacro pode ser imoral, mesmo que não decorra de má intenção, mas de uma grade semântica.

A intenção

Quando um pronunciamento discutível do ponto de vista moral é contestado, debatido ou confrontado, duas são as defesas mais comuns apresentadas por seus autores: a) não houve intenção (por exemplo, de ofender); b) o trecho foi citado fora do contexto, o que lhe altera o sentido intencionado. Os casos são extremamente numerosos, diria diários. Os já muitos exemplos que surgem nos meios de comunicação aumentaram exponencialmente com as redes sociais. Contentemo-nos com alguns, relativamente recentes. Antes, os relativos à intenção.

a) Um apresentador de TV hostiliza uma cantora porque ela não teria tratado bem suas fãs. Lembra que a cantora já foi “pobre e macaca”. Dadas as reações à palavra “macaca”, alegaram o apresentador e seu advogado não só que não houve “intuito” de ofender, mas também se ofereceu uma interpretação não ofensiva, especialmente de “macaca”. Invocou-se uma construção popular no Estado de Tocantins (que, na verdade, ocorre em todo o país): tratar-se-ia da expressão “macaco velho”, significando ‘pessoa

experiente'. Creio não ser necessário chamar atenção para o ridículo desta defesa, dada a diferença entre as duas formulações⁵⁴.

Um fato como este poderia ser alvo de apelo à Justiça, que, eventualmente, levaria em consideração se a ofensa foi ou não intencional. Sabe-se que até mesmo no caso de crime de morte, a Justiça estabelece uma distinção entre homicídio doloso e culposo.

Vejam-se estas breves definições:

Quando se diz que alguém cometeu um crime doloso é porque esse alguém teve a intenção e a vontade de cometer o crime, ou seja, agiu livremente e era consciente de que estaria praticando o crime. Portanto, o sujeito está sabendo o que faz, como por exemplo, no caso de homicídio em que uma pessoa compra uma arma e dá um tiro em outra pessoa, matando-a. Diferente situação ocorre no crime culposo, pois nesse caso o agente não tem a intenção de cometer o crime. Ele deixa de observar um dever de cuidado, por imprudência, negligência ou imperícia, ou seja, o resultado indesejado acaba ocorrendo (Disponível em: <<http://www.saibaseusdireitos.org/qual-diferenca-entre-crime-doloso-e-crime-culposo/>>. Acesso em: 3 ago. 2017)

Independentemente das decisões da justiça, é evidente que cidadãos farão seu próprio juízo – e é isso que importa do ponto de vista moral. Usualmente, os comentários se multiplicam, as posições assumidas são bastante diversificadas, indo da condenação pura e simples às diversas defesas, sendo um dos extremos a condenação do politicamente correto, que estaria deixando tudo muito chato (não se pode mais “brincar” com nada).

b) Uma ilustração talvez mais relevante da tese, por envolver altas autoridades, foi o caso da alteração do status de Moreira Franco, tornado Ministro de uma Secretaria (sic!), no início de 2017. Segundo nota do governo, reagindo à grita de muitos cidadãos e de segmentos da mídia, “não houve qualquer má intenção do presidente da República em criar obstruções ou embaraços à Operação Lava Jato” (FSP, 11 fev. 2017). Sem comentários...

c) Mais recentemente, outro episódio envolvendo autoridades pode ser considerado exemplar. No dia 08/06/2017, em audiência no Senado americano, o ex-chefe do FBI, que fora demitido dias antes, disse que o presidente Trump tentou fazer

⁵⁴ Ver notícias sobre o caso em <<https://oglobo.globo.com/cultura/apresentador-da-record-chama-ludmilla-de-macaca-20790833>>. Acesso em: 3 ago. 2017.

com que abandonasse uma investigação que envolvia assessores que teriam tido contato com russos durante a campanha presidencial, o que teria contribuído para a derrota de Hillary Clinton⁵⁵. O ex-chefe do FBI “disse nesta quinta-feira (08) acreditar que o presidente Donald Trump tentou obstruir a investigação sobre as ligações do ex-conselheiro...” (FSP, 9 jun. 2017). Trump lhe teria dito: “Ele é um cara bom. Espero que você esteja disposto a deixar isso passar”. O ex-chefe do FBI disse que interpretou esta fala de Trump como “orientação”. Seu argumento é que, afinal, tratava-se da fala do presidente dos EUA, “sozinho comigo”, dizendo “eu espero que”. Toda a questão reside em provar uma determinada intenção de Trump – implicando eventualmente obstrução da Justiça.

d) A defesa do locutor a quem foi imputada uma declaração imoral pode ser reinterpretar sua fala. Foi o caso do ministro Luiz Roberto Barroso, que, homenageando o ex-ministro Joaquim Barbosa, disse que ele era um “negro de primeira linha”, expressão que, que foi considerada eco das avaliações “comerciais” que se fazia dos escravos. Barroso pediu desculpas, mas também disse que pretendia narrar uma trajetória vitoriosa e fazer referência ao fato de o homenageado ter se tornado um “acadêmico negro de primeira linha”, postulando ainda que a expressão “de primeira linha” não se referia a “negro”, mas a “acadêmico”. A tese é de difícil sustentação, por mais que o escopo de certas palavras possa ser uma não contígua...

e) O youtuber Lukas foi um dos jovens pagos pelo governo para fazer propaganda da reforma do ensino. Depois que se descobriu qual fora a quantia paga pelo MEC por seu filminho, descobriu-se também que ele, anteriormente, postara textos preconceituosos e ofensivos em sua conta no Twitter. Segue uma pequena lista, na qual destaco palavras ou expressões usualmente consideradas imorais, retomando a pergunta de Paveau (2013, p. 18): “pode-se dizer tudo?”.

- Porra, temos que **foder** a Dilma, mas quem tem coragem de fazer isso? Eca...
- Mulher: tem mais de 1000 amigos no face? **eh PUTA**
- Quem gosta de **pica** é **viado**... mulher gosta de dinheiro
- Como estragar sua noite: imagine a Dilma de **quatro pra você**. De nada

⁵⁵ Talvez eu devesse me desculpar pelos sucessivos “teria”; pode ser influência das leituras de jornal, mas também efeito do receio de dizer mais do que posso – e incidir assim em quebra de preceitos morais...

- Nordeste: **cu do mundo**
- Não sou racista. Só acho que **os pretos poderiam lutar mais**
- Procurando **quem me roubou numa multidão de pretos**.

Além de palavras a serem evitadas (questão de moral ou de etiqueta?), há juízos ofensivos, especialmente “mulher gosta de dinheiro”, “quem me roubou numa multidão de pretos?”, “nordeste: cu do mundo”. Eventualmente, “os pretos poderiam lutar mais”.

Agora, veja-se sua defesa: “Sobre meus tweets antigos, eu peço desculpas. Não é como eu penso e me arrependo de ter postado. *Nunca tive a intenção* de ofender ninguém”.

Há claramente dois momentos nesta publicação: um pedido de desculpas e uma declaração de que não concorda com o que significam os enunciados que publicou. A reação mais imediata parece ser a de considerar seu autor mentiroso e/ou covarde, incapaz de assumir seus pontos de vista diante de uma denúncia. Em eventual ação judicial, só seria inocentado se fosse julgado incapaz, ou seja, não responsável pelo que escreveu.

Creio não ser o lugar para discutir se a intenção é um elemento importante (ou o mais importante) para a determinação do sentido. Parece, no entanto, que é bastante claro para muitos leitores que não se trata de atos inocentes ou humorísticos, e que seu efeito, provavelmente não desconhecido dos autores, é o de agredir (ou de se resguardar de problemas, como nos casos Moreira Franco, Trump e Barroso).

Vale a pena distinguir, talvez, os efeitos propriamente judiciais (condenação ou absolvição) dos efeitos morais. Ressalte-se, no entanto, que, também no que se refere aos últimos, a unanimidade é rara, porque as sociedades são heterogêneas. Nos casos considerados, a imoralidade consiste ora em ofender, ora em mentir, ora em ofender e mentir para defender-se de uma acusação.

Os eufemismos

Um dos pontos de partida do trabalho de Paveau (2013) é que as questões morais nunca fizeram parte da linguística dos linguistas (talvez apenas da dos leigos), mas que,

de alguma forma, questões como as palavras tabu surgem sem aviso prévio (p. 20); assim, de alguma forma, questões morais acabam sendo tratadas, mesmo que marginalmente.

Uma definição ligeira e intuitiva de palavras tabu é que são palavras proibidas. Mas sabe-se que continuam sendo proferidas, e que devem a esta “coragem” sua sobrevivência (ver, p. ex., TRUDGILL, 1974; GUÉRIOS, 1979).

No entanto, chocam, são consideradas imorais, ou, pelo menos, inconvenientes. Pode-se acrescentar (sem aprofundar aqui nenhuma das questões), que circulam preferencialmente em contextos privados ou em grupos específicos, criando embaraços e merecendo julgamentos severos quando proferidos em outros lugares ou por personalidades em tese consideradas incapazes de grosserias⁵⁶. Relembrem-se, por exemplo, os gritos “Dilma, vai tomar no cu”, proferidos no Maracanã quando da inauguração da Copa das Confederações. Se houve quem achou divertido, também não faltaram condenações (numa demonstração clara de sociedade dividida quanto aos valores morais)⁵⁷.

Uma das formas que a sociedade encontrou para não reprimir os desejos de explicitude são formas eufêmicas que substituem palavrões e outras palavras tabu. Segue, abaixo, uma série de enunciados que circularam nas redes sociais quando um ator revelou ser homossexual.

- Por que só saiu do armário agora, que está em baixa e no esquecimento? Não sabia que ele **peidava camisinha**.
- Só assumem quando encontram a **vara** perfeita, e até descobrirem, haja **varas**.
- Sim, **da ré no kibe** e dai?
- Gosta de **picolé de calda** e dai?
- Curte abraço apertado e dai? **Cafungada no cangote** e dai? Cada um vive a vida que gosta e nada pode mudar esta linha de direito.
- Essa tábuia já levou muito **prego** na vida.
- ...vamos curá-lo dessa doença. Mostraremos para ele como é bão uma (**_Y_**) de mulher!

⁵⁶ Os julgamentos das palavras são eventualmente estendidos a seus locutores: recentemente, por exemplo, jornalistas pareceram de fato chocados com o palavrado de Aécio Neves, em conversa pouco republicana com Joesley Batista (os palavrões parecem ter chocado mais do que os indícios de corrupção).

⁵⁷ O fato pode ser considerado, inclusive, indício de que houve muito de misoginia na oposição à Presidenta.

Um falante adulto do português brasileiro reconhece nos termos grifados substitutos de “dar o cu” (peidar na camisinha / dar ré no kibe...), de “pênis / pau” (kibe, picolé, prego...), etc. Alguns enunciados vão além da designação alternativa de objetos ou da descrição de eventos sexuais. Por exemplo, “cafungando no cangote” descreve a posição durante ato sexual (penetração anal e respiração ofegante do parceiro ativo); “picolé de calda” refere-se ao pênis e à ejaculação etc. O último enunciado inclui um desenho do que seria uma vulva, representada basicamente pela letra Y.

Em todos os casos, constata-se uma eufemização, um abrandamento da nomeação ou da descrição: em vez dos termos “crus” do cotidiano em situação relativamente privada, formas alusivas e metafóricas, comportamento provavelmente condicionado pelo fato de que as redes sociais são consideradas um espaço a meio caminho entre o público e o privado.

As enunciações alternativas que evitam de certa forma julgamentos de imoralidade ou de grosseria. Aliás, parece-me que uma questão mereceria aprofundamento: em que medida palavras consideradas grosseiras revelam um locutor de moralidade duvidosa?

Contexto

Vejamos agora alguns casos envolvendo a questão do contexto.

a) Ives Gandra Filho foi, durante alguns dias, forte candidato à vaga aberta no STF pela morte de Teori Zavasky (se não se tratou apenas de manobra diversionista). Assim que sua indicação pareceu provável, esmiuçou-se um pouco sua vida, em especial sua obra, em duas direções: 1) sua atuação no TST, que revelou um ministro alinhado com o patronato, não com os trabalhadores, o que aumentava seu cacife, diante dos propósitos de então de fazer uma reforma da legislação trabalhista em determinada direção; 2) alguns de seus escritos, em especial um capítulo de livro no qual ficavam claras suas posições, sempre extremamente conservadoras, sobre diversas questões relevantes (união civil de homossexuais, interrupção de gravidez, direitos das mulheres etc.) e das quais o STF tipicamente trata e, portanto, interessam à “sociedade”.

Como todas as manifestações citadas lhe eram desfavoráveis, na circunstância, Gandra Martins Filho veio a público defender-se, o que fez de duas formas: primeiro, justificou sua doutrina, citando partes de seu texto que tinham sido “esquecidas”⁵⁸; segundo, alegando que os textos descontextualizaram sua obra jurídica: “Diante de notícias veiculadas pela imprensa, descontextualizando quatro parágrafos de obra jurídica de minha autoria...” (FSP, 26 jan. 2017).

Não é o caso de detalhar problemas que podem surgir em relação ao contexto quando se trata de citações. Restrinjo-me à nota 3 (uma forma de dizer que algo do contexto sempre se perde na citação) e à menção de uma tese de Maingueneau, a meu ver decisiva, em especial fora do campo acadêmico:

daí seu [da aforização, isto é, da frase destacada, citada] laço estreito com a juridicidade: quando se quer condenar alguém por suas declarações, em geral não é um texto – sempre relativo a seu contexto –, mas uma aforização ou um conjunto de aforizações que se condena (MAINGUENEAU, 2007, p. 162).

Evidentemente, não se trata apenas de “condenação” ou julgamento em tribunais, embora esta situação não deva ser excluída, mas de todo e qualquer tipo de julgamento, seja público, seja mais restrito.

Vejam-se outros dois casos, de natureza um pouco diferentes. O primeiro vem do universo político-policial. Um hacker teria se apropriado de gravações do telefone de Marcela Temer. Um trecho dizia: “posso jogar vosso marido na lama”. Nota da assessoria do presidente afirmou que a frase reproduzida pelo hacker que fala sobre jogar “na lama” o nome de Temer (“de vosso marido”) está “fora do contexto” (FSP, 10 fev. 2017)⁵⁹.

O segundo caso será tratado com maior detalhe. Durante a FLIP de 2016, uma mesa redonda com Bernardo Carvalho e Benjamin Moser (Literatura hoje: por quê, para quê e para quem?) discutiu o mercado literário. Um jornal resumiu assim a posição do

⁵⁸ Seria a hora de dizer alguma coisa sobre como se selecionam as citações, sempre de acordo com os interesses de quem cita, conscientes ou não, porque os posicionamentos comandam o processo; mas fazer isso seria outro trabalho.

⁵⁹ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/02/1857673-hacker-ameacou-jogar-nome-de-temer-na-lama-com-divulgacao-de-audio.shtml>>. Acesso em: 3 ago. 2017.

primeiro: “o problema do mercado literário é que a demanda – o que os leitores querem – contamina a produção – o que se publica”.

Num resumo obviamente breve e “jornalístico”, a matéria (FSP, 2 jul. 2016)⁶⁰ acrescenta que o “para quem” foi respondido alto e bom som pelo autor de “Reprodução”: “Não me interessa se o leitor lê ou não lê; *eu quero que o leitor se foda*”. Há também outras declarações um pouco laterais, embora relevantes, que vou desconsiderar aqui. Mas incluo ainda, da mesma matéria, a seguinte citação indireta: **“Ele (Carvalho) acredita que o escritor não deve se deixar pautar pela demanda”**. E esta outra, em discurso direto: “O problema do que eu chamo de alta literatura é que ela não atende a uma demanda, ao que o mercado pede”⁶¹.

Em trabalhos sucessivos, Maingueneau (especialmente em Maingueneau, 2014) tem tratado das frases sem texto, sejam elas os provérbios e os slogans, sejam as que são “retiradas” de um texto com base em algumas de suas características – resumidamente, sua pregnância tanto de significado quanto de significante. É característico que tais frases sejam retomadas, circulem amplamente e, o que aqui vai ser destacado – recebam interpretações eventualmente controversas, seja por serem ambíguas, seja por não levarem em conta nem o contexto nem o co-texto.

Aqui, privilegio a última dessas questões, por duas razões básicas: a) uma interpretação que desconsidere o co-texto e o contexto vai na direção contrária das mais recentes “descobertas” das ciências da linguagem (e mesmo de demandas mais antigas, como as formuladas em torno do conceito de círculo hermenêutico), permitindo problematizar, portanto, a questão da legitimidade de tais interpretações; b) é comum que os autores de tais frases invoquem o contexto (ou critiquem seu abandono) como um fator relevante (e atribuam a seu abandono uma leitura equivocada), o que permite acusações de “má fé”. Destaque-se que em nenhum dos dois casos se invoca algum tipo de incapacidade do leitor, o que justifica que se pergunte – e se tente responder – em que medida a interpretação pode ser “ensinada”, incluindo no “currículo” uma questão ética. Vou analisar mais de perto a pequena e ilustrativa polêmica entre Bernardo de

⁶⁰ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2016/07/1788026-nao-me-interessa-o-leitor-diz-bernardo-carvalho-em-mesa-na-flip.shtml>>. Acesso em: 3 ago. 2017.

⁶¹ Adiante, ficará mais claro que esta não é, para Carvalho, uma constatação, mas uma tese: a literatura não deve (ou não precisa necessariamente) atender a uma demanda, ao mercado.

Carvalho e João Pereira Coutinho relativa ao sentido de uma declaração do primeiro sobre o lugar leitor na literatura, na FLIP de 2016, supostamente “Eu quero que se foda”.

“Eu quero que o leitor se foda” é evidentemente um enunciado destacável (e, de fato, foi destacado): tem certa independência, um ethos⁶² “solene” (o da proclamação de um princípio ético), é memorável. Não à toa, ecoou, e foi retomado⁶³.

Aqui, no entanto, não vou considerar o fato de que o enunciado foi apoiado, contestado etc. em comentários e outros tipos de texto. Vou me ater a uma pequena polêmica que ele provocou (o problema não é o destaque, mas uma questão de leitura, talvez de moral). Mais concretamente, interessa-me o fato de que, para defender uma certa leitura, alguém (aqui, seu autor, mas não é necessário que seja assim) mergulha de novo a frase destacada no texto ou no sistema de onde ela foi destacada.

Em 5 de julho de 2016, três dias depois, João Pereira Coutinho, um filósofo português que é colunista da *Folha de S. Paulo*, questionou a tese de Carvalho; mais precisamente, “Eu quero que o leitor se foda”, isto é, a frase destacada. Minha hipótese é que ele leu a reportagem da Folha (toda, mas apenas esta narrativa), e, como é comum, só discutiu a frase destacada, que circulou independentemente do texto do jornal e, claro, ainda mais independentemente da fala do escritor.

É interessante considerar o texto de Coutinho, não apenas porque ele só discute uma frase, mas principalmente porque avança em determinada direção, como se Carvalho tivesse dito ainda mais do que disse, produzindo, assim, simulacros de seu discurso. Vejamos alguns aspectos:

- Como Coutinho cita Carvalho (**FSP**, 5 jul. 2016): “Disse ele: ‘Não me interessa se o leitor lê ou não’. E acrescentou, com extrema elegância:⁶⁴ ‘Eu quero que o leitor se foda’. Para Bernardo de Carvalho, o importante é “fazer minha literatura” (como se vê, Coutinho cita passagens da reportagem, cobrindo ao máximo o que se poderia chamar de co-texto, incluindo (outras afirmações além da “tese” de Carvalho).

⁶² “Alto e bom som” diz respeito ao tom, que revela um ethos.

⁶³ Uma consulta ao Google em 26 de fevereiro de 2017 informa que há 393.000 ocorrências para esta afirmação sem aspas.

⁶⁴ Lendo esta passagem como se fosse irônica, descobre-se que, de fato, Coutinho inverte o “tom”, que era “alto e bom som”, no original, expressão que pode ser interpretada como ‘veementemente / francamente / com palavras vulgares’.

- Observe-se, o que pode ser crucial, que Coutinho sequer cita uma das declarações de Carvalho: “*que o escritor não deve se deixar pautar pela demanda*”. Convenhamos que ela poderia explicar o sentido de “que o leitor se foda”: ‘sua demanda não deve pautar o escritor’.

- Coutinho interpreta “fazer sua literatura” como se Carvalho fosse “indiferente ao ruído e aos interesses das massas ignaras”⁶⁵. Suas palavras são bem marcadas: mesmo que Carvalho tivesse dito literalmente que não se interessava pelas massas (ele disse “leitor”), traduzir o que teria dito por “indiferente ao ruído das massas ignaras” é uma evidente hipérbole; de onde vêm “ruído” e “ignaras”?

- Depois de dizer que a posição de Carvalho é solipsista, acrescenta: “Se Bernardo Carvalho escreve apenas para o próprio umbigo, como explicar o mistério da publicação comercial?”. Mas quais são as palavras de Carvalho que poderiam ser parafraseadas por “escrever para o próprio umbigo”? Provavelmente, a formulação deriva de “O escritor não deve se deixar pautar pela demanda”. O percurso “gerativo” seria: *não se deixar pautar* → *escrever o que se quer* → *escrever (apenas) para si próprio*. Simulacros!

- Por que, então, publicar? Ou, nos termos dele: “não seria mais coerente reservar o produto do vício solitário para a gaveta?” De novo: onde Coutinho encontra nas falas de Carvalho a afirmação de que ele não deseja ou acha inútil publicar (boa) literatura?

Feito isso, Coutinho retorna à história da literatura para mostrar que: a) muito do que foi popular é alta literatura (seu exemplo é Shakespeare); b) muito do que foi recusado pela elite (eventualmente, também pelo gosto popular, mas por outras razões), mais tarde se revelou alta literatura (como foi o caso de *À la recherche...*, de Proust, que Marc Humblot recusou-se a publicar).

Dois dias depois, no mesmo jornal, Carvalho responde a Coutinho, explicando “o sentido” de sua declaração. O título de seu texto é “Coutinho pinçou uma frase fora de contexto”, como dificilmente poderia deixar de ser. Cito o primeiro parágrafo:

O colunista da *Folha* João Pereira Coutinho dedicou sua coluna desta terça (5) a uma frase que a reportagem do jornal pinçou de um debate de uma hora e meia do qual participei no sábado (2) na Flip, em Paraty, - ao qual o colunista não assistiu. A frase foi dita em resposta a uma

⁶⁵ Carvalho tinha dito a Moser que se pode assumir que as pessoas são burras; o sentido é que não é para elas que a alta literatura é produzida (um argumento seu é que Paulo Coelho não roubou leitores da alta literatura).

pergunta insistente, que eu já havia respondido: se eu pensava no leitor na hora de escrever.

No excerto, algumas coisas chamam a atenção, especialmente “pinçar *uma frase* de um debate de *uma hora e meia*”; “o colunista não [o] assistiu”; “a pergunta [tinha sido] insistente”. O fundamental é a frase ter sido “pinçada” (o que explica sua interpretação) e a insistência da pergunta (que explica a resposta em “alto e bom som”). Mas a resposta continua:

Ao destacar a frase em detrimento do contexto, a reportagem prejudicou seu entendimento. A questão não era entre “alta cultura” e “cultura popular”, mas escrever para atender a uma demanda do mercado e escrever guiado por uma convicção pessoal. São modos diversos de lidar com a escrita, que podem se combinar ou não.

Não é possível saber se esta explicação foi feita durante o debate ou se é posterior, uma interpretação de Carvalho para sua frase **no** contexto. O que estas citações deixam claro é que Carvalho defende que, sem a consideração do contexto, a interpretação fica prejudicada (o que é uma tese banal, desde a pragmática até a análise do discurso, passando pela tese do “círculo hermenêutico”).

Mais interessante ainda é o que Carvalho faz em seguida: republica um texto que havia publicado alguns meses antes em um blog, no qual explicava sua posição, que, na matéria do jornal, apareceu “simplificada”. Este texto, diz ele, “esclarece a argumentação mais geral na qual a frase se insere”. Ou seja: fornece um contexto.

Deste texto, que não vou tentar decifrar, recorto as passagens nas quais Carvalho defende sua interpretação de “Eu quero que o leitor se foda”. Começa contando que certa vez ganhou um livro de um autor cuja característica era “ser um provocador implacável, um sabotador literário das posições entrincheiradas” do pós-guerra, segundo seu prefaciador. “Surgiu para desagradar, para dizer o que não se queria ouvir” – o inverso de hoje, afirma Carvalho.

Depois conta que, há algum tempo, participando de um debate na França, o mediador perguntou, a certa altura, qual fora o significado da literatura francesa para cada um dos debatedores. Carvalho conta que se lembrou na hora de uma entrevista de Jérôme Lindon, que viria ser o editor de Minuit, que dissera querer “publicar os livros

que ninguém quer ler”. Carvalho acrescentou que a literatura francesa tinha significado para ele esta liberdade.

Conta um pouco mais sobre este editor, que decidira publicar Beckett quando todos o-recusavam. Ir contra o leitor, diz ainda, pode significar escrever que a Terra é redonda para os que sempre ouviram que é plana. E que a literatura contra o leitor pode ser também uma literatura por um novo leitor. E que este projeto civilizatório se perde quando a literatura é sequestrada pelo gosto (do leitor, entenda-se). E que dizer que se escreve “contra o leitor” pode ser considerado arrogância, até porque o leitor é um cliente (mas nem por isso se deve ceder, é o sentido de seu texto).

Em suma: o que Carvalho faz, recuperando o contexto de mesa na FLIP e, depois, evocando um texto em que esclarece sua posição, é oferecer uma interpretação contra certas interpretações que derivaram da leitura de sua frase “fora do contexto”, como a de Coutinho No caso, as duas maneiras de tratar do que vai ser lido resultam em duas interpretações de “quero que o leitor se foda”: a) **o leitor não interessa** (nem mesmo interessa que me leia – ou até que compre meu livro). É a interpretação de Coutinho; b) **eu não me rendo ao gosto do leitor/do mercado**; significa que escrevo seguindo um certo projeto – e que, se isso implicar que terei poucos leitores, pago o preço. Que o leitor deste texto fique com a interpretação que lhe parece mais adequada.

Conclusão

Que conclusões tirar desta pequena amostra? Algumas: a) que determinados textos, em função do emprego de determinadas palavras, são considerados ofensivos, portanto, imorais; b) que, frequentemente, a defesa dos autores de determinados textos, pilhados em situação desconfortável, defendem-se alegando não terem tido a intenção de ofender (defesa dificilmente aceita pelos locutores / leitores, embora possa valer nos tribunais); c) que há leituras que se pretendem “exatas”, que consideram um corpus mais extenso, mais extenso mesmo do que um texto em seu contexto; d) que as leituras feitas no calor da hora, em especial as que consideram apenas fragmentos, notadamente

os fragmentos fornecidos pela mídia, tipicamente apelam para a associação livre, e se marcam pelo exagero – e às vezes pelo simulacro.

Tipicamente, a análise do discurso pretendeu, segundo a teoria que deriva de Pêcheux (obviamente sem dogmatismo quanto às leituras “corretas”), considera que a paráfrase tem papel fundamental na interpretação. À luz desta tese, a interpretação de Coutinho parece frágil. Apressada, talvez. Pouco ética, provavelmente, porque o gancho para uma mais adequada estava na reportagem: **o escritor não deve se deixar pautar pela demanda**, paráfrase de **quero que o leitor se foda**. A questão que sobra é relativa à legitimidade de avaliar leituras como a de Coutinho aqui mencionada carentes de moralidade.

Referências

GUÉRIOS, M. **Tabus linguísticos**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

MAINGUENEAU, D. L'énonciation aphorissante. In: SILVA, T. C.; MELLO, E. (Orgs.). **Conferências do V Congresso Internacional da Associação Brasileira de Linguística**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2007. p. 155-163.

____. **Frases sem texto**. São Paulo: Parábola, 2014.

PAVEAU, M-A. **Linguagem e moral**. Campinas: Editora da Unicamp, 2015.

TRUDGILL, P. **Sociolinguistics**: an introduction to language and society. New York, Penguin Books, 1974.